

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO PUC-SP

Elisa Harumi Musha

Jovens de projetos sociais em tempos neoliberais: o “personagem do social”

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Elisa Harumi Musha

Jovens de projetos sociais em tempos neoliberais: o “personagem do social”

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação da Profa. Dra. Bader Burihan Sawaia.

SÃO PAULO
2017

Banca Examinadora

Dedico esta dissertação ao meu pai, in memoriam, por ter me transmitido o sentimento que me permitiu fazê-la.

Aos jovens Nina, Binho, Safra e Peter que compartilharam comigo suas histórias e afetos.

Aos jovens brasileiros que cotidianamente lutam.

AGRADECIMENTOS

As pessoas que registro meus agradecimentos foram as pessoas que cuidaram de mim nesse processo árduo que é a escrita e que, sobretudo, estiveram presentes cotidianamente nos últimos dois anos. Vocês contribuíram para o nascimento desse trabalho e, de certa maneira, ele também é nosso!

Primeiro agradeço a meu pai Iwao que tenho como fonte de inspiração e luta. Você se foi no mesmo mês em que estava prestes a entrar no mestrado, naquela época eu me despedia de você, mas com a finalização desse trabalho, sinto que seu olhar nunca saiu de perto. Você está em cada linha escrita. *“Ai, mas que saudade, mas eu sei que lá no céu o velho tem vaidade e orgulho de sua filha ser igual seu pai”*. Agradeço também à minha mãe Neide e irmão Alberto por me mostrarem que, apesar de tudo, a vida sempre continua. Vocês fazem parte da elaboração desse mestrado.

Agradecer aos jovens, queridos! Nina, Binho, Safra e Peter. Obrigada por terem confiado em mim e compartilhado suas histórias. Por terem participado dessa experiência comigo. No meio da agenda lotada, vocês abriram um espaço para que nosso encontro fosse possível. Muito obrigada! Aprendi muito no encontro com vocês.

Nas andanças por Heliópolis, não poderia deixar de agradecer a disponibilidade de Régis, sua parceria e confiança em abrir as portas. Como você me disse certa vez: *“Tamo juntos e misturados!”*. Agradeço, imensamente, a Antônia Cleide - presidenta da UNAS - que sempre me recebeu com um sorriso e acolhida. Agradeço ao colega de profissão Cristiano pelas conversas reflexivas e instigantes no ônibus até o terminal Sacomã.

A Bader B. Sawaia minha orientadora pela escuta atenta, por seu olhar generoso e pela parceria no processo de escrita e análise, até o último momento. Acima de tudo, obrigada por ter estado comigo quando mais precisei, por ter estendido sua mão e dado apoio naquela situação de conflito pessoal. Por ter me mostrado na pele que não adianta estar em um núcleo que fala sobre afetividade se, antes, não formos capazes de olhar para os afetos que nos atravessam cotidianamente. Encerro essa etapa com a certeza de que não gostaria de ter outra pessoa para caminhar comigo nessa jornada. A você, um agradecimento que de tão grande não cabe nessas curtas linhas.

Agradeço aos amigos do Núcleo de Pesquisa Dialética de Exclusão/Inclusão Social (NEXIN) que tornaram o mestrado um espaço de bons encontros: Pedro, Aline Matheus, Eugênia, Diana, Lívia Maria, Emylio, Roger, Gláucia, Rilma e Gustavo.

Um agradecimento especial para Kelly, por ter sido a primeira pessoa com quem criei um laço de amizade dentro do NEXIN, nossa amizade foi tão espontânea quanto você! Agradeço também à Flávia pelo companheirismo do cotidiano, por ser sempre tão acolhedora e pronta a ajudar, por dividir comigo o seu “*batom vermelho*”! E ao Dílson pelos incontáveis cafés e almoços, sempre cercados por reflexões e trocas de ideias que contribuíram para aprofundar temas importantes dessa pesquisa.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social; pelo aprendizado nas aulas e, também quando eu era da Comissão Discente, vocês foram figuras importantes nessa caminhada. Sinto saudades de participar das reuniões do colegiado!

A todas as pessoas que formaram e/ou estiveram envolvidas com a Comissão Discente na gestão de 2016, quero dizer que aprendi muito com vocês! Sinto-me enormemente contente por ter feito parte de um movimento tão intenso e gerador de boas provocações e ações. Ressalto um agradecimento a Lú (Luciane), companheira da comissão e, sobretudo, parceira de andanças dos eventos acadêmicos e das prosas sem fim, acompanhadas do cafezinho. Te conhecer foi, definitivamente, mais um bom encontro.

Agradeço, imensamente, também à querida Marlene, secretária do programa, por toda a disponibilidade e o carinho na hora de tirar dúvidas. Tua ajuda e cuidado na hora de passar as informações e explicá-las foram cruciais nessa reta final, você fez diferença.

Também agradeço aos professores que fizeram parte da minha banca de qualificação, cujas contribuições foram importantíssimas para os rumos desse trabalho e por aceitarem continuar participando na banca de defesa: Odair Furtado e especialmente à Erich M. Franco, professor desde a graduação, supervisor do estágio específico em comunitária e, acima de tudo, a pessoa que me inspirou a dar os primeiros passos até chegar ao mestrado.

A todos os integrantes do Núcleo Grande ABC da Abrapso meus agradecimentos, por todos os compartilhamentos, pelas aprendizagens e por tudo o que realizamos nesse período. Uma ressalva a Gil Gonçalves que é uma figura inspiradora de ser humano.

A minha analista Maria José pela escuta cuidadosa e auxílio na compreensão de todos os atravessamentos que fizeram parte nessa reta final da dissertação. Obrigada por estar comigo e pelo cuidado!

A Jaque, minha amiga de infância, que com seu ombro de amiga ouviu com calma e amor todas as ansiedades e medos. Sou mesmo muito sortuda de tê-la ao meu lado nesses 20 anos, obrigada!

A Jéssica que esteve presente nos dias de maior alegria e de maior tristeza. Obrigada pelos abraços tão apertados e demorados. Pelo amor com que você me olha e por dizer que “tudo vai dar certo”, quando você diz, sinceramente, eu acredito. Jé, você traz o sol para perto!

A Ana, amiga das conversas demoradas ao telefone. Nesse ano você se mudou de cidade, mas mesmo com a distância física, damos nosso jeito de nos mantermos perto uma da outra! Obrigada pelo carinho e escuta!

A Meire que mesmo passando semanas sem nos vermos, continua com sua presença acolhedora e sensível. Faça uma boa viagem, Meiroca, sentirei saudades!

A Monique que mesmo atarefada ou no trabalho, sempre teve disponibilidade para ir ao meu encontro. Você é uma amiga muito fofa!

Agradecer a Daniel pela amizade cheia de espontaneidade que me levou a praia em um momento em que tudo o que precisava era colocar os pés na areia e encher o pulmão com brisa de mar! Você cuidou de mim e contagiou-me com sua alegria nessa etapa final de depósito. Muito obrigada!

Agradecer ainda a Karina Celestino secretária da Pós-Graduação da PUC-SP pela disponibilidade, gentileza e, sobretudo, sensibilidade ao atender uma mestrandia com o coração a milhão! Você foi uma fofíssima!

Por fim, agradeço ao povo brasileiro, mantenedor da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), órgão de fomento que me contemplou com a bolsa de estudo durante o mestrado.

MUITO OBRIGADA!

Fala

Tudo
Será difícil de dizer:
a palavra real
nunca é suave

Tudo será duro:
Luz impiedosa
Excessiva vivência
Consciência demais do ser.

Tudo será
Capaz de ferir. Será
agressivamente real.
Tão real que nos despedaça

Não há piedade nos signos
E nem no amor: o ser
é excessivamente lúcido
e palavra é densa e nos fere.

Orides Fontela (De Transpiração, 1969)
(Toda palavra é crueldade)

RESUMO

MUSHA, Elisa Harumi. **Jovens de projetos sociais em tempos neoliberais**: o “personagem do social”. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa com jovens moradores de Heliópolis-São Paulo, que participam desde a infância dos projetos da União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS). Por meio da pesquisa participante o presente trabalho analisou a configuração na participação em projetos sociais financiados por empresas privadas, ao mesmo tempo, com a intermediação da UNAS enquanto movimento social. A relevância social da pesquisa está na possibilidade de apresentar à comunidade científica reflexões sobre a ação de entidades vinculadas a grandes empresas e como afetam os projetos de vida de jovens, especialmente, se considerarmos as contradições que esses projetos carregam com o seu objetivo de inclusão social. A orientação teórica são os estudos de Sawaia sobre a dialética exclusão/inclusão, para indicar que todos os sujeitos estão inseridos de alguma maneira na sociedade, contudo, nem sempre de forma digna e justa, sendo a grande maioria da humanidade inserida por meio de privações, escassez e vulnerabilidade.

Partiu-se da suposição de que haveria um modelo de jovem empreendedor e da pergunta: que tipo de jovem é formado pelos projetos sociais? Porém a pesquisa revelou uma questão não prevista: o sofrimento ético político gerado pela adoção da identidade que foi nomeado pelos jovens de “personagem do social” que é vivido como imperativo categórico, obrigação por estar no social.

Palavras-chaves: Juventude de Periferia; Potência de Ação; Psicologia Sócio-Histórica; Subjetividade; Projetos Sociais; Dialética Exclusão/Inclusão; Neoliberalismo; Empreendedorismo.

ABSTRACT

MUSHA, Elisa Harumi. **Youths of social projects in neoliberal times**: The “character of the social”. Dissertation (Masters in Social Psychology) – Pontifical Catholic University of São Paulo, São Paulo, 2016.

This paper draws on a survey of youths living in São Paulo City’s Heliópolis district who participated in projects carried out since childhood by the Heliópolis and São João Clímaco Residents’ Union of Centers and Associations (UNAS, from the Portuguese *União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis and São João Clímaco*). Based on the data collected, this paper analyzes how youth engagement in corporate-funded social projects managed by social movement organization UNAS is configured. The social relevance of the research lies in the possibility of presenting to the scientific community some reflections on the action of entities linked to big companies and how this action affects these youths’ future plans and goals, especially if we consider the contradictions these projects carry, with their social inclusion goal. The theoretical orientation was provided by studies conducted by Sawaia on the exclusion/inclusion dialectic that show that all individuals are somehow included in society, yet not always in a way that is decent and just, while most of humanity is included in a setting of deprivation, scarcity, and vulnerability.

It started from the supposition that there would be a young entrepreneur model and the question: what kind of youth is formed by social projects? However, the search revealed a not provided question: the political and ethical suffering generated by the adoption of the identity of what was named by the youths as the “character of the social” that is experienced as a categorical imperative, an obligation to be in the social.

Key words: Youth in Poor Suburbs; Potency of Action; Sociohistorical Psychology; Subjectivity, Social Projects; Exclusion/Inclusion Dialectic; Neoliberalism; Entrepreneurialism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Registro da produção de Safra realizada no encontro com os jovens.....	118
Figura 2: Registro da produção de Nina realizada no encontro com os jovens.....	119
Figura 3: Registro da produção de Binho realizada no encontro com os jovens.....	120

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABCR - Associação Brasileira de Captadores de Recursos
ABRAPSO-SP – Associação Brasileira de Psicologia Social - Regional São Paulo
AmBev - Associação Brasileira do Álcool
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEMPRE - Cadastro Central de Empresas
CEU – Centro Educacional Unificado
CNPD - Comissão Nacional de População e Desenvolvimento
CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ETEC – Escola Técnica Estadual
Fasfil - Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FAUUSP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FSH - Folículo-estimulante
GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GnRH - Gonadotrofinas
IAPAS - Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOPE - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
LH - Hormônios luteinizante
MSE-MA – Medida Socioeducativa em Meio Aberto
NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família
NEXIN – Núcleo de Pesquisa Dialética Exclusão/Inclusão Social
ONG – Organização não-governamental
PIB – Produto Interno Bruto
PT- Partido dos Trabalhadores
SNJ - Secretaria Nacional da Juventude
UBES - União Brasileira dos Secundaristas

UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco

USP – Universidade de São Paulo

ZDP – Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: PARA COMEÇO DE CONVERSA.....	16
CAPÍTULO 1 - PUBERDADE, ADOLESCÊNCIA E/OU JUVENTUDE: DE QUEM FALAMOS?.....	20
1.1. Puberdade.....	20
1.2. Adolescência.....	21
1.3. Juventude.....	24
1.4. Juventude de periferia.....	31
CAPÍTULO 2– POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PARA A JUVENTUDE DE PERIFERIA.....	41
2.1. Cenário do “Terceiro Setor”	42
2.2. Dialética exclusão/inclusão nas políticas públicas e sociais.....	52
CAPÍTULO 3 – PRODUÇÃO DE JOVENS DE PROJETOS SOCIAIS.....	58
CAPÍTULO 4 - CAMPO DE AFECÇÕES: HELIÓPOLIS-SP.....	64
CAPÍTULO 5 – INTERREGNO PARA APRESENTAR A METODOLOGIA DE PESQUISA.....	69
5.1. Da inserção no campo de pesquisa.....	71
5.2. Questões éticas.....	76
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS DISCURSOS INSTITUCIONAIS: AMBEV E UNAS.....	76
6.1. Discurso empresarial.....	76
6.2. UNAS e formação dos jovens.....	80
6.3. UNAS e Bairro Educador.....	84
CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DO VIVIDO: JOVENS E ACONTECIMENTOS.....	88

7.1. Fórum da Juventude.....	90
7.2. Fala jovem.....	101
7.2.1. Bairro Educador Heliópolis na contramão do “apertador de parafuso”.....	106
7.2.2. Formas de (r)existir da juventude.....	108
7.2.3. Santíssima trindade do capital: autonomia, trabalho e dinheiro.....	111
7.2.4. Ampliação de horizontes.....	114
7.2.5. Responsabilidade social da empresa: marca do social.....	115
CAPÍTULO 8 – “PERSONAGEM DO SOCIAL”: ANÁLISES, DESCRIÇÕES E REFLEXÕES.....	117
8.1. Cadê o tempo para sentir?.....	122
8.2. A solidão de estar só no coletivo.....	123
8.3. Subjetividade como drama.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	131

INTRODUÇÃO: PARA COMEÇO DE CONVERSA

Muitas pequenas coisas feitas em muitos pequenos lugares por muitas pessoas miúdas podem mudar a face do mundo.

Provérbio chinês

O tema deste projeto de dissertação tem início na minha atuação em estágio específico de Psicologia Comunitária, como aluna de graduação em psicologia na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em parceria com a União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS). Durante o ano de 2013, quando estive envolvida com as atividades da UNAS, desenvolvi uma oficina de documentário com um grupo de seis jovens que fazem parte de um projeto denominado Jovens Alconscientes (J.A.).

Em razão dessa experiência, deu-se início a construção desta dissertação com a finalidade de aprofundar os conhecimentos que obtive e ampliar a pesquisa iniciada, sobretudo, considerando que fiz contatos importantes com protagonistas da comunidade e constatei a participação dos jovens em projetos sociais. Um questionamento era a base da minha motivação, refletir sobre a subjetividade de jovens que, desde o nascimento, participam dos projetos sociais empresariais. Que tipo de jovens o projeto social está formando?

É fato que, atualmente, há uma grande oferta de projetos sociais em comunidades pobres, que faz surgir uma geração de jovens e crianças criados em contato direto com projetos sociais. Peliano e Beghin (1999) afirmam que os projetos sociais voltados à educação de crianças e jovens é preferência nos investimentos das empresas, especialmente as de grande porte, como a Ambev, que apresentam contradições no sentido de ser empresa que lucra com o consumo de álcool, ao mesmo tempo em que investe na conscientização de usuários quanto aos efeitos danosos dessas substâncias. Esses autores participaram de uma pesquisa sobre a participação do empresariado em ações sociais feita pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em que se constatou que a diretoria, ao definir os rumos de sua ação social, elegem a criança e o jovem para suas atuações. Santos (2014) ressalta que muitos projetos dirigidos para jovens das favelas estão baseados no modelo que os entende como ociosos e delinquentes, resultado de uma maneira de ser jovem diferente da dominante (SANTOS, 2014). Com essas reflexões decidi continuar minha pesquisa com o objetivo de

colaborar com a compreensão de como a participação em projetos sociais afeta a configuração da subjetividade e a participação política dos jovens.

O projeto J.A. foi criado no ano de 2010, com o objetivo de conscientização do jovem sobre uso da bebida alcoólica. É constituído por 20 jovens, um coordenador e um educador. Todos os jovens recebem uma bolsa de incentivo financiada pela Companhia de Bebidas das Américas (Ambev) e pela Catraca Livre (plataforma jornalística). Durante o período de dois anos recebem formação por meio de diversas atividades, tais como comunicação de mídias e redes sociais, leitura e escrita. Nas atividades propostas pelo grupo está a realização de campanhas e ações que visam a prevenção do uso do álcool entre os jovens.

A pesquisa começou com um convite da UNAS para conhecer o projeto J.A. No primeiro encontro, 20 jovens de ambos os sexos estiveram presentes, sendo que seis jovens¹ demonstraram interesse pela atividade oferecida. Todos os participantes² eram do sexo masculino, suas idades variavam de 16 a 21 anos, alguns já haviam concluído o ensino médio e outros o estavam cursando. Eles também integravam o J. A. há dois anos e participavam ativamente de atividades comunitárias que envolvem a promoção de saúde e promoção da paz e da educação.

Feito o primeiro contato, decidiu-se em conjunto com os jovens a elaboração de um documentário que teria como principal objetivo contar a história do J.A. e, além disso, ensejar reflexões sobre o uso consciente do álcool entre os moradores de Heliópolis. Os jovens elegeram a quermesse, evento realizado pela UNAS com patrocínio da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev), para realizar as entrevistas. Nas gravações emergiram contradições que explicitaram a tensão entre os interesses mercantis e pessoais, fazendo com que os jovens refletissem também a respeito dos interesses da própria Ambev³ em financiar ações sociais. Conforme minha convivência se desenvolvia, fui percebendo que os jovens não só participam dos projetos sociais financiados por incentivos privados como, também, realizam ações de

¹ É importante ressaltar que os jovens, ao participarem da oficina de documentário, não receberam a bolsa de estudo do J.A., pois os mesmos já haviam se formado como membros do projeto.

² No caso dos jovens com menos de 18 anos, a autorização dos pais é condição para o ingresso nas atividades do projeto Jovens Alconscientes.

³ Os jovens do J.A., ao debaterem sobre o financiamento da Ambev em projetos sociais, compreendem que a indústria tem interesse em que a saúde dos consumidores não se debilite a ponto de inviabilizar o próprio consumo de bebidas.

participação na militância da UNAS. É importante destacar que foi a observação dessa intensa participação dos jovens que gerou o interesse, atual, de continuar a pesquisa.

O J.A. não é o único projeto oferecido aos jovens de Heliópolis por empresas. Ao todo, há sete projetos e todos, apesar de serem financiados por incentivos privados, são administrados pela UNAS por meio dos líderes da comunidade. Tais projetos são: Facebook na Comunidade, que visa ensinar programação e empreendedorismo por meio da rede social; Coletivo Heliópolis, que tem como objetivo a formação de jovens para o mercado de trabalho e conta com a parceria do instituto Coca-Cola; Leo Educa (Escola de Marcenaria), que forma 72 jovens por ano, trabalhando a formação profissional na área de marcenaria com foco na construção de moveis; Projeto Costurando Renda, uma oficina de geração de renda e economia solidária; Multiplicando Saúde, projeto que tem por objetivo formar multiplicadores de educação em saúde por meio do processo de formação, mobilização, articulação e participação social na promoção, cuidado e prevenção em saúde; Arrumando a Casa, projeto voltado à reforma da casa de pessoas em situação de vulnerabilidade, beneficiando-as com o valor de 5.000,00 reais sendo necessário o pagamento de apenas 30% do valor.

Todos os projetos, apesar da diversidade de atividades, têm em comum o objetivo de passar conteúdos de cidadania e empreendedorismo.

Outro fator importante foi a constatação de que todos os projetos são mediados pela UNAS, que faz a gestão e a definição das ações a partir dos objetivos propostos pela empresa. Os jovens não ficam presos só nos projetos financiados por empresas privadas e circulam por diferentes participações. Esse fato ampliou os objetivos iniciais a fim de compreender como o jovem é afetado nessa participação em que está inserido em um projeto social que é financiado pela empresa privada, ao mesmo tempo que tem a mediação da UNAS enquanto movimento social.

Objetivo geral

Analisar a configuração da subjetividade de jovens de Heliópolis que participam da UNAS e de projetos sociais financiados por empresas privadas.

Objetivos específicos

a) Conhecer o cotidiano da participação no projeto Jovem Alconsciente e na UNAS dos sujeitos da pesquisa;

- b) Conhecer a história de participação em projetos sociais em geral;
- c) Compreender os sentidos e as motivações da participação desses jovens.

CAPÍTULO 1 - PUBERDADE, ADOLESCÊNCIA E/OU JUVENTUDE: DE QUEM FALAMOS?

O ser jovem ou juventude é uma questão bastante debatida nos dias de hoje nas Ciências Humanas. Apesar de haver muitas divergências, também há um consenso de que o mesmo não é um fenômeno natural, que segue um padrão de desenvolvimento estável. Ele é um fenômeno histórico da ordem da dialética entre o biológico e os significados sociais e culturais. Nosso autor de referência da Psicologia Sócio Histórica, Vigotski, que nos orienta nesse trabalho faz um tratado sobre adolescência defendendo que ela é um fenômeno histórico, ao mesmo tempo, em que não perde a radicalidade biológica. Assim, partimos de suas reflexões para apresentar a concepção de jovem que orienta a presente pesquisa e o motivo de optarmos pelo conceito de juventude. Para tal, começamos a apresentar os diferentes conceitos usados para referir-se a essa fase de vida entendida entre a infância e a vida adulta. A literatura apresenta três conceitos: puberdade, adolescência e juventude. Para tanto, considera-se que a juventude⁴ abrange uma fase que começa na infância até a fase adulta, enquanto a adolescência é uma fase rápida marcada pelo que Vigotski denominou de *idade de transição*.

1.1. Puberdade

A palavra puberdade no dicionário da língua portuguesa⁵ possui, respectivamente, dois significados. O primeiro considera que a puberdade é uma fase de crescimento que se estende do término da infância até o início da adolescência, caracterizada por grandes transformações no corpo e o desenvolvimento das características sexuais secundárias, com o desenvolvimento das funções reprodutivas, a chamada pubescência; enquanto o segundo a considera como estado ou qualidade de púbere.

⁴ O Estatuto da Juventude, promulgado em 2011, define como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade e, no interior desta faixa etária, define três subcategorias, a saber: entre 15 e 17 anos, jovem-adolescente; entre 18 e 24 anos, jovem-jovem e, finalmente, entre os 25 e 29 anos, jovem-adulto. O Estatuto da Juventude reafirma a condição de sujeitos de direitos dos adolescentes, já preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente para as pessoas até 18 anos, e alarga os direitos específicos e a proteção especial para as pessoas com até 29 anos. O Estatuto da Juventude ainda estabelece que as políticas públicas e os programas sociais devem possibilitar aos jovens espaços para a participação ativa.

⁵ Dicionário Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 07 de julho de 2016.

De acordo com Lourenço e Queiroz (2010) a puberdade é caracterizada pelas mudanças biológicas que se manifestam na adolescência e representam, para o ser humano, o início da capacidade reprodutiva. A puberdade não é, portanto, sinônimo de adolescência, mas uma parte dela. Constitui-se por um período relativamente curto, de cerca de dois a quatro anos de duração, no qual ocorrem todas as modificações físicas desse momento de transição da infância para a idade adulta. Essas transformações somáticas que ocorrem na adolescência têm caráter universal, ou seja, representam um fenômeno comum a todos os indivíduos nessa fase da vida. Embora ainda persistam dúvidas sobre a complexa dinâmica da ativação puberal, sabe-se que esse momento se inicia após a reativação de neurônios hipotalâmicos, que secretam, de uma maneira pulsátil bastante específica, o hormônio liberador de gonadotrofinas (GnRH). A secreção desse resulta na consequente liberação também pulsátil dos hormônios luteinizante (LH) e folículo-estimulante (FSH) pela glândula hipófise.

1.2. Adolescência

O conceito de adolescência, historicamente, tem apresentado sentido negativo associado à agressão, inconformismo, rebeldia, desordem e/ou crise. Contudo, Vigotski (1996) com sua teoria coloca a crise não na adolescência, mas na sociedade ao entender que ela é um fenômeno histórico-cultural que possui radicalidade biológica. Ele não se preocupou em definir idades. Seguindo sua concepção de desenvolvimento diferente de Piaget, sua análise enfatiza as características que marcam a passagem da infância, dando o nome a esta mudança de *idade de transição*. Neste momento ele ressalta como grande núcleo desta transformação a mudança referente à sexualidade, já apontada no item sobre puberdade, e ao pensamento abstrato que irá permitir que os sentidos e significados sirvam de mediação para dar novos significados às alterações biológicas. No pensamento abstrato, a memória não é somente memória do que ocorreu, mas também capacidade de imaginação e de apropriação da vida do outro além da sua. Em outras palavras, o pensamento abstrato permite a desvinculação da fisicidade. Resultado disto são as alterações em todo o psiquismo, consequentemente, na maneira de agir e de sentir o mundo, especificamente na abertura dos horizontes, pois

[...] debido a la maduración sexual surge para el adolescente un mundo nuevo y complejo de nuevas atracciones, aspiraciones, motivos y intereses, de nuevas fuerzas

que orientan su conducta en nueva dirección. Las nuevas fuerzas motrices impulsan el pensamiento del adolescente hacia adelante, le plantean tareas nuevas. Hemos visto, seguidamente, como esas nuevas tareas desarrollan la función central y rectora de todo el desarrollo psíquico – la formación de conceptos – y cómo sobre esta base aparece una serie de funciones psíquicas nuevas, cómo se reestructuran sobre esta base nueva la percepción, la memoria, la atención y la actividad práctica del adolescente y, sobre todo, cómo se unen en una estructura nueva, cómo, poco a poco, se van cimentando los fundamentos de las síntesis superiores de la personalidad, de la concepción del mundo (VIGOTSKI, 1996a, p. 223).

Nesta passagem, Vigotski, apresenta com clareza a outra dimensão da idade de transição, que é a formação de conceitos por meio do pensamento abstrato. Só é possível a formação de conceitos quando se tem a capacidade de pensar abstratamente. Em nenhuma outra idade do desenvolvimento infantil se revela, com tal evidencia, o fato de que a maturação e formação de certas atrações vitais constituem a premissa imprescindível para que se modifiquem os interesses dos adolescentes. É importante ressaltar que a puberdade é fundamental para a mudança de interesses, por meio da maturação da sexualidade e do pensamento abstrato. Assim, para analisar a idade de transição, Vigotski (1996) utilizou o desenvolvimento de interesses que permite a formação de conceitos, o núcleo fundamental que reúne todas as mudanças produzidas no pensamento adolescente. A formação de conceitos é um passo para uma forma diferente e superior de atividade que é o pensamento por conceitos. A formação de conceitos é uma função do crescimento social e cultural do adolescente, que afeta tanto o seu conteúdo quanto o seu raciocínio. É por meio da passagem ao pensamento por conceitos que o adolescente amplia a sua forma de perceber o mundo que o rodeia (VIGOTSKI, 2008).

O desenvolvimento do pensamento por conceito é o alicerce principal para todas as outras mudanças psicológicas que ocorrem na idade de transição. É por meio do pensamento em conceitos que todas as funções psicológicas se renovam tendo como consequência disto uma abertura de horizontes da experiência, diferentemente da fantasia da infância que é concreta. “Pero tan solo en la edad de transición, junto con la formación de conceptos es cuando avanza decisivamente por el camino de la auto comprensión, del desarrollo y estructuración de la consciencia” (VIGOTSKI, 1996a, p. 72).

Assim, de acordo com Vigotski (1996a) a partir da formação de conceitos e da consequente imaginação tem-se a possibilidade de sair de uma situação concreta para modificá-la de maneira criativa. É por intermédio do pensamento em conceitos que o adolescente passa a compreender a realidade, a dos outros e a sua própria, o autor afirma

[...] diremos que la adquisición de la función de la formación de conceptos constituye el eslabón básico, principal, de todos los cambios que se producen en la psicología del adolescente. Los eslabones restantes de esa cadena, todas las demás funciones parciales se intelectualizan, se transforman y reestructuran por la influencia de los éxitos decisivos que alcanza el pensamiento del adolescente (VIGOTSKI , 1996a, p. 113).

Outra dimensão em desenvolvimento na adolescência, e que está diretamente ligada ao pensamento em conceitos é a imaginação, diferentemente da fantasia da criança. De acordo com Vigotski (1996a) a imaginação é determinante da criação e da inventividade, ela estabelece uma estreita relação com o pensamento em conceitos e integra a atividade intelectual. Já a fantasia adolescente é uma forma de pensamento mais subjetiva, um pensamento exclusivo para si. Assim, é a partir da formação de conceitos e da imaginação que se dá a possibilidade de sair de uma situação concreta e de modificá-la de maneira criativa.

Outra função psicológica que se altera no processo de desenvolvimento sociocultural do adolescente é a memória. Sobre ela, Vigotski (1996a) afirma que a modificação principal no desenvolvimento da memória do adolescente consiste na mudança inversa das relações que existiam entre o intelecto e a memória na idade escolar. Na criança, o intelecto é função da memória, já no adolescente, a memória é uma função do intelecto. O pensamento primitivo da criança se fundamenta na memória, ou seja, o pensar para ela significa lembrar. Para o adolescente é o contrário, considera-se que a memória se baseia, essencialmente, no pensamento, lembrar é procurar em uma sequência lógica algo que precisa.

Esta mudança na capacidade do pensar torna fundamental o desenvolvimento do interesse do adolescente em duas etapas: a etapa da aparição de novos interesses e a etapa de maturação desse novo sistema estruturado através dos novos interesses.

Con experimental claridad hemos podido observar como la maduración y aparición de nuevas atracciones y necesidades internas amplían infinitamente el círculo de objetos que poseen fuerza incitadora de los adolescentes, como esferas enteras de actividad, antes neutras para ellos, se convierten ahora momentos fundamentales que determinan su conducta, como, a la par del nuevo mundo interno, surge para el adolescente un mundo exterior completamente nuevo (VIGOTSKI, 1996a, p. 24).

O mesmo autor afirma ainda que essa força instigadora pode ter um caráter tanto positivo quanto negativo. O que determina o caráter instigador das coisas são as novas necessidades que, apesar de serem socialmente mediadas, modificam a relação do indivíduo com o meio: “igual a la pólvora que explota tan sólo cuando cae en ella una chispa, la necesidad se revela también en la colisión com los objetos externos que la instigan y pueden satisfacerla”

(1996a, p. 20). Aqui estaria a concepção da crise que costumeiramente se relaciona ao adolescente, o confronto entre novos interesses e as normas/morais sociais definidas para o jovem. Suas reflexões indicam que a suposta crise da adolescência resulta da sociedade, uma vez que ela cerceia todos os processos em florescimento no adolescente, deforma suas motivações e suas necessidades.

As reflexões acima citadas demonstram a diferença da concepção de Vigotski de adolescência de uma concepção desenvolvimentista, pois, quando o autor aborda o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, ele está falando de um processo que é primeiramente social antes de ser biológico.

O desenvolvimento das funções psicológicas superiores (VIGOTSKI, 2000) é mediado por significados. Uma função psicológica superior foi social antes de se tornar uma função, o que significa que ela foi uma relação social entre duas pessoas. Elas originam-se de relações reais entre sujeitos, não são inventadas, nem aparecem subitamente. Elas são funções que apresentam uma natureza histórica e uma origem sociocultural. Em síntese, consideramos que as contribuições de Vigotski em relação à temática da adolescência permite olhar criticamente para as teorias psicológicas que naturalizam a adolescência. Vigotski abre a oportunidade de entender a adolescência como um momento da vida que possibilita a ampliação de horizontes, processo que lhe é cerceado e controlado pela sociedade e pela cultura, portanto, vai depender da classe social ao qual ele ou ela pertence. A respeito disso o autor menciona que

[...] la primera fase en el adolescente obrero tiene igual duración que en el adolescente burgues; a veces, debido a las condiciones de vida se manifiestan con mayor virulencia y, en cambio, la segunda fase, la de los intereses, es más reducida, más restringida en el tiempo, limitada en su desarrollo natural, inhibida a causa de la necesidad de trabajar en edad temprana y a las duras condiciones de vida (1996a, p. 29).

1.3. Juventude

A psicologia tem incorporado, ainda que tardiamente, a temática da juventude, tanto a juventude enquanto categoria social, quanto os jovens em sua singularidade. A psicologia, tratou e ocupou-se com muita ênfase da infância e da adolescência. Já as Ciências Sociais ocuparam-se da juventude. A respeito disso León considera que

Disciplinarmente, tem sido atribuída à psicologia a responsabilidade de analisar a adolescência, na perspectiva de uma análise que parte do sujeito particular de seus

processos de transformação. Tem sido deixado para as outras disciplinas das Ciências Sociais – e também de humanidades – o estudo da categoria juventude, em especial, para a sociologia, antropologia cultural e social, história, educação, estudos culturais, comunicação, entre outras (2009, p. 49).

Barros (2006) considera que a juventude não é tomada apenas como sinônimo de uma determinada fase da vida, mas sim, que se torna um estilo de vida na atual sociedade.

Nas Ciências Sociais a definição de juventude acompanha as transformações sociais. Nos anos 1950, a juventude “transviada”, “rebelde”, “sem causa” passa a ser vista desde os anos 1960, como expressão de uma necessidade de construção de uma nova sociedade que começa a ser analisada como militância política. No entanto, a partir dos anos 1980, com o enfraquecimento desses atores estudantis, é possível notar o desaparecimento da juventude da cena política, erigindo aquelas formas de atuação antes suspeitas a modelos ideais de atuação, frente aos quais todas as outras manifestações juvenis aparecem como desqualificadas para a política. Mesmo suas participações nas movimentações de rua pelo impeachment de Collor⁶, em 1992, foram largamente desqualificadas por serem “espontaneistas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização”. Na década de 1990, a juventude passa a se organizar em torno de movimentos musicais ao apresentar um estilo de vida marcado, por exemplo, com os punks, rockeiros, darks. Nessa época, os estudos sociológicos passam a abordar a juventude a partir de seu poder de transformação por meio de seu trabalho e de seu potencial junto aos movimentos sociais, e não somente pela via da vulnerabilidade ou da violência (ABRAMO, 1997).

A autora Abramo (1997) ressaltou em suas pesquisas que

é curioso notar que, apesar da juventude estudantil ter tido, durante todo o período dito “de modernização” do país (dos anos 1930 aos 1970), destacada presença em prol dos processos de democratização e combate às estruturas conservadoras, houve sempre certa ressalva com relação à eficácia de suas ações: para os setores conservadores, a suspeita de baderna e de radicalismo transgressor; para alguns

⁶O governo Collor começou em março de 1990, com a implementação de medidas econômicas radicais para tentar combater um dos principais problemas da economia do país: a inflação, que na época chegava a surreais 1700% ao ano. A fraca sustentação política do governo, além da profunda crise econômica do país e da grande insatisfação popular, marcada por um escândalo de corrupção diretamente ligada ao nome do presidente, contribuíram para o impeachment de Collor. Foi nesse contexto que surgiram os *caras pintadas*, um movimento essencialmente estudantil, promovido principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Secundaristas (UBES). O movimento tinha como objetivo remover o presidente do poder. Em agosto de 1992, começaram a ocorrer grandes passeatas, reunindo inicialmente 10 mil pessoas, depois 30 mil até chegar à marca de 400 mil pessoas presentes na passeata em São Paulo.

setores da esquerda, a suspeita de alienação ou de radicalidade pequeno-burguesa inconsequente (p. 27).

No contexto da academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente, através de dissertações de mestrado e teses de doutorado – no entanto, a maior parte da reflexão é ainda destinada a discutir os sistemas e instituições presentes nas vidas dos jovens, por exemplo, as instituições escolares, a família, os sistemas jurídicos e penais, no caso de adolescentes em situação de risco, ou mesmo as estruturas sociais que conformam situações “problemáticas” para os jovens, poucas delas enfocando o modo como os próprios jovens vivem e elaboram essas situações. “Só recentemente tem ganhado certo volume o número de estudos voltados para a consideração dos próprios jovens e suas experiências, suas percepções, formas de sociabilidade e atuação” (ABRAMO, 1997, p. 25).

No presente texto vamos adotar o conceito de juventude por ser mais abrangente de acordo com o uso que dele fazem as comissões nacionais e internacionais. Para exemplificar, citamos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990), aprovado em 13/07/1990 (Lei 8069), que considera criança, para os efeitos da Lei, o menor de 12 anos e adolescente aquele com idade compreendida entre 12-18 anos, não fazendo qualquer referência à chamada juventude. Para as Nações Unidas, são jovens os indivíduos com idade entre 15 e 24 anos, mas salvaguarda que, de acordo com a realidade, cada país pode estabelecer sua “faixa jovem”. Para a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP), a estratificação do grupo jovem (15-24 anos) é dividida em faixas de idades que correspondem a público-alvo, subdividindo os seguintes recortes etários: 15 a 17 anos - jovens adolescentes; 18 a 20 anos - jovens; e 21 a 24 anos jovens adultos. Segundo os institutos de pesquisa (Ibope e Ipsos/Marplan), os jovens são identificados na faixa etária dos 15 aos 24 anos. No Brasil, de acordo com a Lei 11.129, de 30/06/2005, para fins das Políticas Públicas do Governo Federal, jovem é o brasileiro que se encontra na faixa etária entre 15 e 29 anos.

De acordo com Abramo (1997), a juventude só se torna objeto de atenção enquanto representa uma ameaça de ruptura com a continuidade social, ou seja, ameaça para si própria ou para a sociedade. Seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social — por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização – ou ainda por anomalia do próprio sistema social, ou seja,

porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produzem transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameace romper com a transmissão da herança cultural.

Tendo em vista o contexto citado acima, é importante considerar o perfil da juventude brasileira. Para início, a pesquisa realizada com os dados do Censo de 2010 - último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identifica que há 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos vivendo no Brasil, sendo 84,8 % nas cidades e 15,2 % no campo. Isso significa que podemos, então, definir o Brasil como uma sociedade em que os jovens representam um quarto da população do país. De acordo com o mesmo estudo, é possível identificar que 53,5% dos jovens de 15 a 29 anos trabalham, 36% estudam e 22, 8% trabalham e estudam simultaneamente. Um levantamento feito entre abril e maio de 2013, pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República, para analisar o perfil dos jovens brasileiros detalha um pouco mais essa porcentagem. A pesquisa aponta que, entre os mais novos, na faixa de 15 a 17 anos, 65% estudam e 16% trabalham. Entre os jovens de 25 a 29 anos, mais de 70% trabalham ou estão procurando trabalho, enquanto apenas 12% ainda estudam.

Outro estudo elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2009) afirma a juventude brasileira como uma juventude trabalhadora. Mesmo considerando a diminuição das taxas de participação no mercado de trabalho nos últimos anos, a juventude brasileira tem se esforçado para combinar trabalho e estudo. Porém, o documento revela um ingresso ao mercado de trabalho predominantemente aos 18 anos e fortemente marcado por desigualdades sociais. Os jovens de renda mais elevada estão sujeitos a menores índices de desemprego. A chamada “inatividade” juvenil atinge mais intensamente jovens mulheres e negras. Os trabalhos informais são ocupados, sobretudo, por jovens de baixa renda e baixa escolaridade, mulheres e, principalmente, por jovens negros de ambos os sexos.

A pesquisa feita pela SNJ, também, constatou que a juventude brasileira é grande, diversa e, ainda, muito atravessada por desigualdades. Com uma distribuição de sexo quase idêntica, 49,6% homens e 50,4% mulheres, seis em cada dez entrevistados declararam-se de cor parda (45%) ou preta (15%) e 34% da cor branca. Esses dados apresentam uma pequena diferença em relação aos dados levantados pelo IBGE no Censo 2010. No levantamento da SNJ, a proporção de jovens que se diz preta é maior (15%) do que a identificada pelo Censo (7,9%) e a secretaria acredita em uma tendência de crescimento, na população jovem, de autodeclaração como da cor preta. Uma das hipóteses é que o aumento da visibilidade da

questão racial no país e os papéis importantes que os negros vêm conquistando ultimamente estejam estimulando os jovens a afirmar sua identidade por cor e etnia.

Sobre os problemas que mais preocupam a juventude brasileira de hoje, disparadamente, o resultado é a violência e a segurança do país (43%). Segundo a pesquisa, 51% dos jovens já perderam alguém próximo em razão da violência. As vítimas, na maioria dos casos, eram amigos (18%) e primos (12%), ou seja, companheiros de geração. O segundo assunto que mais preocupa os jovens é emprego ou profissão (34%). Em seguida, estão as questões de saúde (26%) e educação (23%) (SNJ, 2013).

A secretaria chama a atenção que a educação não esteja no topo da lista. A hipótese é de que, apesar do assunto ser de importância e de interesse dos jovens, ela não é mais tema de grande preocupação, uma vez que essa geração vive a experiência de ter tido um ganho nesse campo em relação às gerações passadas. Entre os assuntos que os jovens consideram mais importantes para serem discutidos pela sociedade estão a desigualdade social e a pobreza (40%) e drogas e violência (38%). Em seguida, vêm política (33%), cidadania e direitos humanos (32%), educação e futuro profissional (25%), racismo (25%) e meio-ambiente e desenvolvimento sustentável (24%). E, por fim, o que os jovens avaliam como mais positivo no Brasil é, em primeiro lugar, a possibilidade de estudar (63%) e, em segundo lugar, a liberdade de expressão. Apenas 4% dos jovens declaram que não há nada de positivo no país.

Podendo aí se subentender uma característica de sonhador e batalhador do jovem brasileiro, o estudo da SNJ mostra também que é muito clara para eles a percepção sobre a capacidade da juventude de mudar o mundo. Cerca de nove em cada dez dos entrevistados responderam que os jovens podem mudar o mundo, sendo que para sete, eles podem mudá-lo e muito.

Ainda sobre a questão da educação é interessante notar que, segundo o Censo 2010, apenas 16,2% dos jovens de todo o país chegaram ao ensino superior, 46,3% apenas concluíram o ensino médio e 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental. Comparando a escolaridades dos jovens com a de seus pais, os dados representam um ganho nessa nova geração. O relatório feito pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em 2014 constatou que apenas 5% dos pais e 6% das mães tiveram acesso ao ensino superior (contra os 16,2% dos jovens de hoje) e 22% dos pais e 23% das mães concluíram o ensino médio. Quase metade dos 46,3% dos jovens de hoje que têm o 2º grau.

Quanto à religião dos jovens brasileiros, a maioria (56%) é católica, 27% são evangélicos e 16% não têm religião (somados a eles 1% de ateus). Comparando com outras pesquisas feitas anteriormente, nota-se que os jovens católicos diminuíram em dez pontos percentuais (somavam então 65%), enquanto os evangélicos, que eram 22%, aumentaram 5%.

A sociologia analisa como a juventude se desenvolve historicamente, ou seja, entende-se a juventude como fenômeno em processo e constante transformação, não apenas como mero reflexo do real, mas sim, por mudanças de interesses na tensão entre bloqueio e necessidade de pensamento abstrato. É possível identificar mudanças na estrutura das idades, nas relações intergeracionais, nas narrativas sobre a juventude que se tornam hegemônicas a cada época da história (OLIVEIRA et al, 2013).

O conceito de juventude, o modo como é expresso pelas distintas forças políticas, é um exemplo do poder mobilizador do ato de conceituar. Barbosa, ao refletir sobre a dificuldade de conceituar a juventude, afirma que “qualquer definição precisa de juventude(s) pode resultar em simplificações incompletas de uma categoria social complexa e diversa.” (2009, p.22), especialmente quando leva-se em conta que as significações vão se transformando na medida em que a própria realidade é transformada.

Todos esses aspectos e as questões práticas referentes à juventude trazem certa dificuldade e tensão no processo de conceituação. Para Spósito (2002), uma forma de superar essas dificuldades na definição do conceito de juventude reside em reconhecer que a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem são históricos e culturais. Reconhecer juventude como problema sociológico significa aceitá-la como noção socialmente variável.

As Ciências Sociais lançam elementos para compreensão do conceito de juventude historicamente, enquanto a Psicologia Social traz implicações na compreensão da experiência do jovem nas relações intersubjetivas que ele vive. Nessa medida, o homem é visto como ser que vai se constituindo enquanto estabelece relações sociais determinadas pelo modo de produção da vida material e, esse, por sua vez, gesta a cultura. Contrariamente, a compreensão de uma gênese autônoma do sujeito, uma espécie de natureza humana que, como uma semente, independentemente de qualquer externalidade, se desenvolve e constitui seu verdadeiro eu. Mas a Psicologia Sócio-Histórica não rompe com a materialidade e nem com o biológico sem cair numa visão construcionista de jovem como se fosse apenas uma construção social. Vigotski aponta algo muito importante, o desenvolvimento psicológico ocorre desde a infância o que lhe

abre possibilidades e novos interesses/horizontes. Entretanto, o reconhecimento do caráter histórico e ideológico do processo demanda uma consideração de questões presentes em um contexto social determinado, as quais atuam como mediações a fim de levantar implicações para o desenvolvimento do jovem.

É preciso ter uma teoria social, para tanto entendemos que o sujeito depende da sociedade, ao mesmo tempo em que tem seus próprios movimentos psicológicos. Tal ideia está exposta no texto *Manuscritos*, de 1929, de Vigotski, no qual o autor afirma que por trás de todas as funções superiores e suas relações estão, também, as relações geneticamente sociais, relações reais das pessoas. Daí a ideia de *Homo duplex*⁷ em que Vigotski afirma que

[...] o princípio e método da personificação na pesquisa do desenvolvimento cultural, isto é, a divisão das funções entre as pessoas, personificação das funções: por exemplo, atenção voluntária: um domina – outro está dominado. Divisão novamente em dois, daquilo que está unido em um (veja o trabalho moderno), desenvolvimento experimental do processo superior (atenção voluntária) em um pequeno drama (2000, p. 26).

Neste manuscrito, Vigotski problematiza o *Homo Duplex*, aquele que tem a possibilidade de se desdobrar pelo signo (eu/mim, eu/outro) e pela linguagem, controlar e ser controlado, experienciando o drama das relações interpessoais; busca compreender o funcionamento do signo na atividade mental, na formação do que ele chama de "personalidade", e pergunta: “O que é o homem? Para Hegel, ele é um sujeito lógico. Para Pavlov, é uma soma, um organismo. Para nós, o homem é uma pessoa social – um agregado de relações sociais, corporificado num indivíduo (VIGOTSKI, 1989, p.66).”

A partir do que foi explicitado anteriormente é possível mencionar que é na dialética entre a radicalidade biológica e as determinações sociais que o adolescente se transforma. As experiências sociais vão aparecendo e amadurecem os novos interesses, novas necessidades e capacidades de viver a experiência de outro simbolicamente, que pode vir a se transformar em uma “pólvora social”, quando se junta as pessoas em um mesmo sentimento. Aquilo que Vigotski (1989) denomina de signo emocional comum permite que as pessoas partilhem das mesmas emoções com a possibilidade de formar a multidão.

Na concepção vigotskiana, a sociedade bloqueia a abertura de novos horizontes que ocorrem na adolescência pela capacidade de elaborar conceitos abstratos. A análise sociológica

⁷ Homem duplo (lat.)

sobre juventude demonstra claramente essa mediação da sociedade tanto ao cercear os horizontes e interesses, quanto a criação de novos horizontes e interesses. A autora Rossana Cruz (2007) analisa as práticas juvenis e as apresenta como formas de “atuação política não institucionalizada”. E as culturas atuam em relação ao exterior, aos outros como meios de proteção e segurança diante de uma ordem excludente. Já internamente, funcionam na construção de um sentido comum em um tempo de incertezas.

1.4. Juventude de periferia

O perfil da juventude apresentado anteriormente mostra como a desigualdade atravessa a vida dos jovens, além de reforçar o alerta de Abramo que afirma que os jovens começam a ser estudados novamente na medida em que passam a significar ameaça, ruptura para a sociedade vigente.

Certamente, “periferia”, aqui, não tem unicamente o sentido geográfico. Trata-se da nomeação de uma identidade construída nos últimos anos e que tem efeito nos estilos, estéticas, vínculos sociais e laços afetivos das trajetórias de uma parcela dos jovens de hoje que vivem na pobreza. E quem são estes jovens que se apropriam e deram um novo sentido à palavra “periferia”? Para pensar sobre a juventude de periferia faz-se necessário, primeiramente, uma retomada sobre o conceito de periferia.

A sociologia brasileira, desde os anos de 1970, tem analisado intensamente a pobreza urbana. Espaços urbanos ocupados por esses grupos sociais foram caracterizados como "periferias", ou seja, espaços socialmente homogêneos, esquecidos pelas políticas estatais, e localizados tipicamente nas extremidades da área metropolitana. Tais espaços são constituídos predominantemente em um loteamento irregular ou ilegal de grandes propriedades, sem o cumprimento das exigências para a aprovação do assentamento no município. A maioria das casas desses locais é "autoconstruída". Essa solução de moradia tornou-se predominante em São Paulo, embora as favelas (uma outra solução de moradia tradicional para os pobres) também estivessem presentes (TORRES et. al., 2003).

Assim, desde a década de 1980 constata-se o esgotamento do padrão periférico da cidade. Nesse momento, percebe-se que muitos trabalhadores pobres não têm mais condições de comprar um lote na periferia, nem de autoconstruir. Outro aspecto foi a diminuição da oferta

de lotes populares por causa da redução dos loteamentos clandestinos, até porque a legislação dificultará o aparecimento destes. O resultado dessa combinação de empobrecimento e processo de legalização dos lotes mais a melhoria da infraestrutura urbana nos bairros periféricos tornou a periferia mais cara (CALDEIRA, 2000, p. 231). A consequência, principal, foi a procura das regiões centrais pelos trabalhadores, principalmente, pelos cortiços, para ficarem mais próximos dos locais de trabalho e diminuir os custos com o transporte.

Se a periferia se constitui como lugar de representação da exclusão tornou-se, ao mesmo tempo, espaço de organização dos movimentos populares: movimentos para obter água e esgoto, pela melhoria dos transportes e pela construção de creches se organizaram pela cidade. Em que pese a repressão à luta sindical, aos partidos de esquerda, esse conjunto de mobilizações fez parte de uma luta mais geral contra o regime militar. Importante se faz ressaltar a formação das Associações de Moradores, reivindicando melhorias urbanas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), clubes de mães e outras formas de organização popular. Esse processo revela a identificação dos problemas sociais e o sentimento da necessidade de encontrar formas de resistência. As greves metalúrgicas e a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) e a organização dos moradores das periferias constituíram, assim, “consciência de exclusão e insubordinação” (KOWARICK, 1994, p. 158).

Apesar da reversão do processo de expansão da periferia na cidade de São Paulo, a década de 1990 não apresenta uma conjuntura favorável à solução dos problemas habitacionais. Desde a década anterior, as ocupações e as invasões em áreas públicas ou particulares impõem um modo de constituição da moradia, já que a vida ficou mais cara na periferia, pois nem favelas ou cortiços são suficientes para abarcá-las (CARRIL, 2006).

Assim, segregação socioespacial demarcada pela formação das periferias, em que as classes sociais não se tocavam, tem sido substituída por uma aproximação entre estas, tanto pela vinda dos mais pobres para as regiões centrais – seja para os cortiços, para baixo das pontes e para a mendicância, seja pela saída dos mais ricos para os condomínios fechados localizados em áreas periféricas. Mas essa aproximação física vem sendo mediada pela construção dos muros que cercam as propriedades e por sistemas de vigilância que constantemente monitoram a ameaça de assaltos, furtos e mortes: “(...) é uma cidade de muros em que a qualidade do espaço público está mudando imensamente e de maneiras opostas àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política (CALDEIRA, 2000, p. 25).”

As “periferias” vinham sendo caracterizadas pela sociologia urbana, como dito anteriormente, em espaço urbanos de concentração de pobreza e homogêneas no sentido do processo de atuação do poder público (TORRES et. al., 2003). A percepção do contraste entre pobreza e riqueza dava à cidade um aspecto dual (ROLNICK, 1997), marcando uma configuração urbana “radial-concêntrica”. No entanto, a nova forma dos empreendimentos urbanos destituiu o desenho antigo. A riqueza e a pobreza agora andam lado a lado, separadas por uma arquitetura segregacionista e policialesca.

Essa realidade urbana não se restringe somente às cidades brasileiras, mas está presente em outros centros latino-americanos, no capitalismo periférico, e também se estende atualmente aos países centrais. Wacquant (2001) encontra semelhanças na marginalidade urbana em alguns países: favela (Brasil), poblacione (Chile), vila miséria (Argentina), ranchos (Venezuela), banlieue⁸ (França) e gueto (Estados Unidos). Trata-se, segundo o autor, de lugares estigmatizados, que atraem a atenção da mídia, do poder público, da sociedade e da polícia. Seus signos são, na maioria das vezes, negativos, pois envolvem o medo e o preconceito sobre lugares onde predominam o crime, a violência, o vício, a desintegração social e moral. As análises sociológicas norte-americanas, sobretudo na década de 1980, têm convergido para a conceituação de *underclass* como expressão ideológica que denota o caráter de marginalização atribuídos pelas classes médias às populações pobres das cidades norte-americanas. Reemergindo no campo midiático, esse conceito foi sendo redefinido pelo discurso repressivo e moralizador, conceito que atribui a culpa da pobreza aos próprios pobres (CARRIL, 2006).

Para Carril (2006) o modelo de segregação espacial em São Paulo se deve à forma pela qual o negro brasileiro foi inserido no mercado de trabalho e como sua assimilação à cidadania e ao território se baseou na constituição de mecanismos fortemente ideológicos. A nova forma que recriaram para a condição do negro. O que produz semelhanças entre as periferias de São Paulo, o gueto e a banlieue é a reordenação das prioridades do Estado e a aceleração da abertura da economia brasileira durante a década de 1990, acentuando as exclusões. O neoliberalismo, em conjunto com a abertura da economia brasileira às importações, a política de privatização, a entrada de capitais especulativos e o controle da inflação implantou novo modelo econômico.

Esse ciclo de reformas acelerou a integração das economias da periferia do capitalismo ao mercado global, sustentando-se no discurso governamental de que seriam inevitáveis e sem

⁸ Subúrbios, “ilhas” de alojamentos públicos.

retorno. A promessa de recuperação em médio prazo do crescimento interno apontava a possibilidade de saltos qualitativos para a participação do Brasil na modernidade, o que fomentava a ideia de diminuição das desigualdades de renda – problema histórico e crucial para a conquista da democracia em nosso país. Contudo, os países periféricos não têm sido mais atraentes do ponto de vista dos interesses econômicos (recursos naturais), nem estratégico (órbita de controle dos países durante a Guerra Fria). São considerados locais de pobreza e deixados como continentes esquecidos ou transformados em economia processadoras (CARRIL, 2006).

De acordo com Carril (2006), se é verdade que há estigma, pobreza e desigualdades que circundam a periferia, por outro lado, também, é na periferia que se criam outras formas de expressão e linguagem, que diferem da formal e acadêmica. A auto-identificação e o reconhecimento entre pares produz uma territorialidade composta pela produção cultural e intelectual com formas próprias de linguagem.

Na territorialidade da periferia nasceu o rap (com seus DJs e MCs), o break e o grafite que compõem a trilogia de um fenômeno social chamado, pelos próprios participantes, de movimento ou cultura hip hop. O hip hop não é um movimento orgânico que produz grupo homogêneos. Ao contrário, existem várias correntes, linhas e ênfases que diferenciam o rap feito em países, cidades, bairros e grupos específicos. A circulação de bens culturais, como se sabe, não se faz nunca em uma direção unilateral. Cada manifestação de rap é um resultado singular do encontro de elementos da cultura local com informações globais (MOTTA e OLIVEIRA, 1998).

A psicanalista Maria Rita Kehl (2000) constata que os Racionais MCs usam Deus para lutar pela sobrevivência, embora em nenhum momento se fale em nome de igreja alguma, e indaga: “Deus é lembrado – mas para quê? Deus é lembrado como referência que ‘não deixa o mano desandar’, já que todas as outras referências (rádio, jornal, revista e outdoor estão aí para ‘transformar um preto tipo A em um neguinho’ (...)” (p. 100). Nesse contexto social, diz a autora, “a regressão (do ponto de vista filosófico) a Deus faz sentido, num quadro de absurda injustiça social, considerando-se que a outra alternativa é a regressão à barbárie” (p. 100). A fé, portanto, é parte constitutiva do esforço civilizatório do rap.

Ainda sobre o rap, no Brasil, os grupos que se tornaram conhecidos do grande público e que incentivam centenas de outros grupos que proliferaram nas chamadas “comunidades” se declaram contra as drogas, denunciam a violência física e simbólica presente na sociedade e

clamam pela “união dos manos da periferia”. Hoje, para uma parcela importante dos jovens brasileiros o rap torna-se um demarcador de identidade, provoca conversões, muda rumos e destinos. Neste sentido, é importante destacar a periferia como lócus da explicitação da luta de classes e exposição dos mais variados projetos sociais (NOVAES, 2006).

Feita a retomada conceitual acerca da periferia, voltamos à questão da juventude de periferia para ressaltar o fato de que jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais (NOVAES, 2006). Entre os jovens brasileiros de hoje, a desigualdade se explicita claramente na vivência da relação escola/trabalho. A indagação sobre e quando um jovem começa e termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira. Este “quando” e este “como” revelam acessos diferenciados a partir das condições econômicas dos pais. Contudo, nas trajetórias dos jovens, as diferenças de origem social e a situação de classe não esgotam o assunto.

A juventude atua no contexto de ampla publicização de suas culturas que se transformam em mercadorias privilegiadas na sociedade do consumo. O jovem idealizado torna-se uma imagem vendável e não apenas o consumidor para o qual se produzem determinados produtos. Ele passa a fornecer modelos de conduta e consumo para as outras gerações. Por sua vez, a busca intensa dos produtos juvenis como signos de distinção e de legitimidade influencia os discursos sociais que identificam essa mesma juventude. Observa-se um círculo fechado entre a lógica do consumo e os discursos estruturadores do social que sustentam o fenômeno de juvenilização que Edgar Morin (2009) identificava, no início dos anos 1960, como elemento do espírito de um novo tempo marcado pela cultura de massa.

Esses jovens das classes de baixo poder aquisitivo estão ditando moda e não ficam de fora da lógica do consumo e há, inclusive, produtos pensados a partir de e para (mas não exclusivamente) esta parcela da juventude com os quais vão elaborando elementos no constante jogo de identificação e diferenciação sociais. Essa virada começou aproximadamente no contexto dos anos 1990 e no início do novo século, no vestuário, nas festas e no hip-hop, cujos integrantes são, pelo menos inicialmente, moradores dos bairros pobres e periferias das grandes e médias cidades brasileiras.

O que não significa que os jovens das classes populares, mesmo consumidores e criadores de moda e de estilos musicais, sejam plenamente reconhecidos como cidadãos por amplas parcelas da sociedade: suas expressões e movimentos culturais sofrem do preconceito duplo de classe e étnico. Existe um padrão valorizado entre as ofertas de bens simbólicos

produzidos no e para o “cenário juvenil” que impõem não apenas uma estética ou símbolos de distinção social, mas um modelo de cidadania. Quem não o consome é desqualificado para o convívio social e para a circulação na esfera pública que, como demonstra Habermas (1984), é burguesa em sua origem.

Gênero e raça são outros dois recortes que interferem no problema. As moças pobres podem até se “beneficiar” do crescimento do emprego doméstico, mas ganham menos que os rapazes quando ocupam os mesmos cargos de trabalho. Por outro lado, a “boa aparência” exigida para os empregos exclui os jovens e as jovens mais pobres e este “requisito” atinge particularmente jovens negros e negras. Ser pobre, mulher e negra ou pobre, homem e branco faz diferença nas possibilidades de “viver a juventude” (NOVAES, 2006).

Mas, de novo, não é tudo. Para a maioria da juventude brasileira que vive nas grandes cidades, há ainda um outro critério de discriminação derivado da pobreza: o local de moradia. O endereço faz diferença: abona ou desabona, amplia ou restringe acessos. Para as gerações passadas esse critério poderia ser apenas uma expressão da estratificação social, um indicador de renda ou de pertencimento de classe. Hoje, certos endereços também trazem consigo o estigma das áreas urbanas subjugadas pela violência e pela corrupção dos traficantes e da polícia – chamadas de favelas, subúrbios, vilas, periferias, morros, conjuntos habitacionais, comunidades. Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e “a discriminação por endereço” (NOVAES, 2006).

No acesso ao mercado de trabalho, o “endereço” torna-se mais um critério de seleção. No imaginário social “o jovem que mora em tal lugar de bandidos é um bandido em potencial: melhor não empregar”. Ou se ele “mora ali, não vai poder sair para trabalhar quando houver um conflito entre grupos de traficantes ou entre traficantes e a polícia: melhor não empregar”. Conscientes da existência da “discriminação por endereço” encontram estratégias para ocultar o lugar onde vivem e lançam mão de endereços dos patrões dos pais, de parentes, de bairros próximos ou caixas postais (NOVAES, 2006).

Em relação à escola, Novaes (2006), por meio de suas pesquisas, identifica que os jovens mais pobres não se iludem, não embarcam no “mito da escolaridade”. Para eles, a escola já não é vista como garantia de emprego. Jovens de classes populares que conseguem terminar o ensino médio esbarram nos concursos e demais processos de seleção com candidatos que possuem cursos universitários completos. São muitos os jovens dessa geração que têm

consciência de que a escola é importante como passaporte que permite a viagem para o emprego, mas não o garante. A respeito disso, destaco a fala de Peter⁹ que diz:

Eu acho que a escola forma você para ser o que a gente chama aqui de “apertador de parafuso” [...]. É, você ser operário, vai ficar lá para sempre apertando parafuso e nunca vai ser mais do que isso. A escola formou você para isso. Vamos dizer assim, o que o governo quer é que você não seja mais. Se você começa a parar e criticar, questionar aí você vai virar um problema, né. Porque vai votar melhor, vai começar a criticar e as pessoas não querem isso. Então, o projeto social mostra esse outro ponto, que o mundo é muito maior do que você aprende na escola. Você começa a ver que política é importante e essas coisas você tem que aprender fora da escola. O projeto social é basicamente isso (Peter, 2016, 25 anos, educador no projeto Jovens Alconscientes).

A baixa expectativa de mobilidade social interfere nas possibilidades de a juventude projetar o futuro. Para Márcio Pochmann (2004), a ausência da mobilidade social está no centro da atual “questão juvenil”. Segundo o autor, poucos países como o Brasil, além dos Estados Unidos, permitiam que as novas gerações conseguissem se reproduzir em condições melhores de vida e de trabalho que a anterior. Isso aconteceu entre 1930 e 1980. É claro que enquanto o filho do pobre ficava menos pobre do que o pai, o filho do rico ficava mais rico do que o pai, que já era rico. Ou seja, as desigualdades sociais foram se aprofundando, mas havia mobilidade. Hoje, os jovens não possuem, em geral, condições melhores de trabalho e de vida do que seus pais. Os filhos dos pobres estão ficando mais pobres do que os pais, os filhos dos ricos menos ricos do que os pais. Não por acaso, a diminuição das possibilidades de mobilidade social gera pessimismo e ausência de perspectiva em relação ao futuro.

É verdade que os jovens de hoje estão mais escolarizados do que os jovens de algumas décadas atrás. No entanto, enfatizar muito a escolaridade é pressupor que existam empregos disponíveis para os escolarizados. Há muitos jovens, hoje, cujas possibilidades de inserção no mercado de trabalho não são condizentes com os anos de estudo. Também são exigidas pessoas com maior qualificação e preparação técnica para trabalhos empobrecedores. Como lembra Pochmann (2004), um dos postos que tem crescido e está vinculado à nova tecnologia é a central de atendimento telefônico, o chamado *call center*: a pessoa está lá, com um ponto no ouvido, falando, mexendo no computador, novas linguagens etc. É um trabalho simplificado, não exige

⁹Peter, atualmente, exerce o cargo de educador dentro do projeto Jovens Alconscientes. Tem 25 anos e participa de projetos sociais desde os 18 anos.

criatividade ou autonomia. Representa repetição, desqualificação, empobrecimento, desqualificação do trabalho.

Em síntese:

Essa é uma categoria social e, por isso, deve-se considerar que a perda de uma visão da totalidade da sociedade, mostrada de forma segmentada, objetiva minimizar as influências e determinações das classes sociais. Se, por um lado, há um discurso pelo respeito e consideração às diversidades juvenis e a juventude em sua generalidade, em um modelo hegemônico construído a partir das características dos jovens das classes dominantes, cuja juventude é tomada como um tempo de moratória social, de escolarização e formação para o ingresso futuro no mundo do trabalho, um tempo de experimentação afetivo-sexual, um tempo para o exercício de certa irresponsabilidade consentida. Neste quadro ficam excluídos os jovens que muito cedo foram travestidos em adultos pela interrupção da trajetória escolar; pela entrada precoce no mundo do trabalho; pelo exercício da paternidade e maternidade (OLIVEIRA, 2013, p. 99).

Para o jovem de periferia a inserção no mercado de trabalho é mais sofrida, as escolas não são adequadas, ao mesmo tempo, em que os jovens tendem a serem vistos como ociosos e delinquentes. É neste contexto que os jovens têm sido alvos dos projetos sociais. Desta forma, compreende-se que os jovens são sujeitos sociais (DAYRELL, 2003; GROPP, 2000), que pensam, agem, ou seja, vivem num movimento dialético e contraditório do seu tempo (SANTOS, 2013, p.90).

Outro aspecto importante no contexto da juventude de periferia é o genocídio juvenil. No mapa da violência de 2014, encontramos logo na introdução um dado absurdo. Mesmo frente a todos os anos de luta e mesmo ainda com a implementação do ECA, que dá à criança e ao adolescente o reconhecimento como sujeitos de direitos e garantias de proteção, o documento começa afirmando um retorno aos primórdios. Segundo os dados atuais, o número de jovens mortos apresenta-se semelhante ao início dos primeiros mapas da violência, que já apontavam a juventude como alvo das mortes no Brasil. Além disso, a mortalidade juvenil no Brasil, atinge taxas maiores do que em países com conflito armado. As mortes juvenis (de indivíduos de 15 a 29 anos) provocadas por causas externas¹⁰ representaram 71,1% do total de mortes, enquanto que para a população não jovem esse índice foi de 8,8%; os homicídios juvenis tiveram participação de 38,7% na mortalidade total, sendo 93,3%, jovens do sexo masculino; entre os

¹⁰As causas externas de morte, segundo padrões internacionais da Organização Mundial de Saúde, são aquelas não naturais, englobando homicídios, suicídios e acidentes.

não jovens, 2,4% das mortes por causas externas foram decorrentes de homicídios (WAISELFISZ, 2014).

Esse quadro é ainda mais aterrador para a juventude negra: no período de 2002 a 2011, a participação de jovens negros no total de vítimas de homicídios no país se eleva de 63% para 76,9%, enquanto que a participação de jovens brancos diminui de 36,7% para 22,8%. Os números mostram ainda que a vitimização dos jovens negros, no mesmo período, subiu de 79,9 para 168,6; isso quer dizer que, para cada jovem branco assassinado, há 2,7 jovens negros vítimas de homicídio. Esse cenário é tão alarmante que ativistas e especialistas têm denominado o fenômeno de *genocídio da juventude negra*. Mas, o que há por trás de tamanha desigualdade nos padrões de mortalidade entre negros e brancos em nosso país? (WAISELFISZ, 2014).

É preciso atentar para a participação dos agentes dos sistemas de justiça e de segurança pública nesse contexto. Pesquisas mostram que são os jovens negros, especialmente os moradores das periferias, as principais vítimas de violência policial no país: de cada 10 mortos pela polícia, sete são negros; são eles também que compõem grande parcela da população carcerária (38% tem de 18 a 29 anos e 60% são negros) (WAISELFISZ, 2014). Talvez as instituições policiais sejam o agente estatal mais perverso na prática do racismo institucional: a polícia elegeu o jovem negro como o suspeito principal, atribuindo-lhe o estereótipo de inimigo padrão da sociedade. Nas vilas, favelas e bairros periféricos é comum ouvir depoimentos de jovens negros que desde criança foram agredidos dentro de suas comunidades com tapas e empurrões de policiais em serviço.

Frente a esse contexto, em termos normativos, a própria Constituição Federal de 1988 traz alguns preceitos antidiscriminatórios, entre os quais pode-se destacar o reconhecimento de que o Brasil seja um país de pluralidade étnico-racial; o respeito ao princípio da isonomia e da não discriminação; e o que tornou o crime de racismo inafiançável e imprescritível. Foram criadas, a partir de 2003, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que é baseada, inclusive, em acordos e documentos internacionais. Mais recentemente, houve uma ampliação de políticas afirmativas, fruto da adoção de cotas para pessoas negras em algumas universidades públicas e de medidas como a Lei nº 12.711, sancionada em 2012. Em resposta a pressões da sociedade foi criado o Plano Juventude Viva, com o objetivo de reduzir a mortalidade de jovens, especialmente jovens negros, por meio do incremento de ações e políticas sociais específicas.

No entanto, todas essas ações têm se mostrado limitadas e insuficientes para fazer frente à gravidade do que está se passando em todo o país. É preciso avançar com urgência e conter as mortes de jovens. Também é necessário responsabilizar o Estado brasileiro nas cortes internacionais, a fim de definir formas de reparação e compromissos que o país deve assumir para acabar com o genocídio. Por essa razão é tão importante que o tema ganhe cada vez mais destaque não apenas nas agendas governamentais, mas também nos diversos espaços de debate da sociedade civil nos planos nacional e internacional.

Compreende-se e concorda-se com Bourdieu (1983) que a noção de juventude está em disputa, constituindo-se, portanto, numa construção social politicamente disputada. As políticas públicas, os programas e os projetos vêm sendo desenhados para os jovens que residem na periferia. Diante de tal cenário social e político, com os avanços e problemáticas apontadas pelos autores aqui utilizados, este trabalho buscou levantar indagações, tais como: de que maneira se dá a construção de jovens de projetos sociais, hoje, pela iniciativa do terceiro setor permeada por um Estado que gera novas políticas para juventude? Como os jovens de Heliópolis experimentam os projetos dos quais participam? Que expectativa eles desenharam para o futuro?

CAPÍTULO 2– POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PARA A JUVENTUDE DE PERIFERIA

[...] não se faz mobilização social com heroísmo. As mudanças são construídas no cotidiano por pessoas comuns, que se dispõem a atuar coletivamente, visando alcançar propósitos compartilhados.

Toro e Werneck

A Constituição de 1988 e, sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foram, e ainda são, importantes parâmetros para a elaboração de políticas públicas para as crianças e adolescentes no Brasil. Contudo, há um vazio em termos de políticas públicas para a juventude brasileira. Os programas, no geral, limitam-se à faixa etária de 17 anos. Mas há uma série de iniciativas de ONGs e de fundações empresariais que marcou a década de 1990, cujo recorte – legitimado pelo ideário do desenvolvimento local sustentável – tem a marca territorial, isto é, se propõe a incidir sobre o “local”. Esse local, por sua vez, é fruto de relações assimétricas, históricas, econômicas, políticas e culturais entre diferentes espaços sociais: regiões, cidades e campo. Assim, na dinâmica social de inclusão e exclusão social em cada espaço se fazem presentes, com maior ou menor peso, todos os elementos descritos anteriormente no item sobre juventude de periferia (renda, gênero, raça, local de moradia e trabalho) e agora também pesa a presença ou ausência de projetos sociais (NOVAES, 2006).

Como dito anteriormente para fins das Políticas Públicas do Governo Federal, jovem é o brasileiro que se encontra na faixa etária entre 15 e 29 anos. Considera-se que, sobretudo, é no período entre os 18 e os 25 anos que há a expectativa de que o jovem já estivesse maduro o bastante para entrar na vida adulta. A partir daí os acontecimentos seguiam uma certa previsibilidade: começava-se a trabalhar, casava-se, nasceriam os filhos, aposentava-se e assim por diante. Até meados dos anos 1970, as fases da vida de um sujeito eram claramente definidas e obedeciam a uma sequência mais ou menos previsível. Após a sociabilização durante a infância, com quase total dependência em relação aos pais, chegava-se em torno dos 15 anos à adolescência, o que marcava uma autonomia ainda que relativa na busca pela independência dos pais e no rompimento dos laços familiares. Contudo, a partir da década de 1980 essa previsibilidade dos acontecimentos começa a cair por terra. Os fatos nem sempre seguiam uma

sequência e os comportamentos que, teoricamente, fugiam das convenções passaram a ser mais facilmente aceitos pela sociedade. A infância está cada vez mais curta, a adolescência se estica e torna-se comum que o amadurecimento e a passagem para a vida adulta aconteçam somente quando o jovem sente segurança na sua inserção no mercado de trabalho. Essa situação tende a ocorrer depois dos 30 anos e é cada vez mais comum isso acontecer ainda na casa dos pais. Segundo estudo feito pela Escola Nacional de Ciência Estatística, órgão do IBGE, só no Rio de Janeiro 29% dos adultos solteiros com mais de 30 anos moram com os pais e, entre todos os filhos que moram com os pais, um quarto tem mais de 30 anos, sendo mais da metade (54%) homens, ao contrário do que se poderia imaginar. Esse é um fenômeno mundial (BORGES, 2013).

O presente capítulo pretende explicitar as políticas públicas para a pobreza ligadas à ideologia do “terceiro setor”, bem como o papel que tem adotado as organizações não governamentais (ONGS). Em seguida há o esforço de apresentar as contradições existentes nos projetos sociais, mais especificamente, aqueles voltados à juventude.

2.1. Cenário do “Terceiro Setor”

*Eles ficam assim, olhando pra mim, terceiro setor, vem que tem dimdim
Vendem a ideia de que são legais, nadar de costas vai jacaré abraça!
Criolo em Chuva Ácida*

O termo “terceiro setor”¹¹ tem tanto sua origem ligada as visões segmentadoras “setorializadoras” da realidade social (nas tradições positivistas, neopositivistas, estruturalistas, sistematistas, funcionalista, do pluralismo e do institucionalismo norte-americano etc.), claramente distante do nosso referencial teórico-metodológico, quando apresenta forte funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital, particularmente “no que se refere ao afastamento do Estado das suas responsabilidades de resposta às sequelas da “questão social”, sendo, portanto, portador da função de encobrir e desarticular o real” (MONTAÑO, 2010, p. 16).

¹¹ Com inspiração no teórico Carlos Montaña (2000) optamos por manter o uso do conceito “terceiro setor” entre aspas para enfatizar sua fragilidade conceitual.

A fim de aprofundar a compreensão sobre o chamado “terceiro setor”, Montañó (2010) resgata a história do processo de reestruturação do capital pós-70, orientado segundo os princípios neoliberais – e para a América Latina a partir dos ditames do chamado Consenso de Washington¹², de flexibilização dos mercados nacional e internacional das relações de trabalho, da produção, do investimento financeiro, do afastamento do Estado das suas responsabilidades sociais e da regulação social entre capital e trabalho, permanecendo, no entanto, instrumento de consolidação hegemônico do capital mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro. Assim, chega-se ao chamado “terceiro setor” como um debate ideológico, ora produzido no interior dos interesses do grande capital, ora surgido numa fração da esquerda resignada, mas de eventual “intenção progressista”, porém, inteiramente funcional ao projeto neoliberal.

Consideramos importante a mobilização da sociedade contra, por exemplo, o consumo excessivo do álcool entre os jovens como o programa “Jovem de Responsa” e as chamadas ações de prevenção. Porém o problema é, primeiramente, ignorar que se tratam de ações emergenciais que, dando respostas imediatas e assistencialistas, não resolvem a médio e longo prazos as causas do alcoolismo ou até mesmo da violência juvenil, consolidando uma relação de dependência dessa população por estas ações. Por outro lado, o problema consiste em acreditar que nestas ações devem-se concentrar e esgotar todos os esforços reivindicatórios e as lutas sociais. Como afirma Montañó (2010)

[...] ao esquecer as conquistas sociais garantidas pela intervenção e no âmbito do Estado, e ao apostar apenas/prioritariamente nas ações dessas organizações da sociedade civil, zera-se o processo democratizador, volta-se à estaca zero, e começa-se tudo de novo, só que em uma dimensão diferente: no lugar de centrais lutas de classes, temos atividades de ONGs e fundações; no lugar da contradição capital/trabalho, temos a parceria entre classes por supostos “interesses comuns”; no lugar da superação da ordem como horizonte, temos a confirmação e “humanização” desta (p. 18).

¹²Consenso de Washington é uma conjugação de grandes medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do FMI em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

A generalização característica da abordagem do “terceiro setor” possui limites importantes, na medida em que não diferencia a filantropia da “pilotropia”, as organizações não-governamentais (ONGs) realmente comprometidas com os setores subalternos e com o desenvolvimento, preservação e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas daquela maioria que apenas persegue o objetivo de enriquecer seus altos membros. No entanto, ela potencializa a capacidade de determinação do verdadeiro significado e papel social deste conjunto, entendido como fenômeno. Nas palavras de Montañó (2010):

[...] o debate do “terceiro setor” desenvolve um papel ideológico claramente funcional aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, no caso, promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistências universais não contratualistas e de qualidade desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória. Portanto, a abordagem crítica do conceito ideológico de “terceiro setor”, e do fenômeno real que ele esconde, constitui uma ferramenta importante para o enfrentamento do processo neoliberal de alteração da modalidade de trato à “questão social”, assim como na mais clara identificação dos sujeitos e processos de lutas sociais (p. 19).

Desta maneira, a resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos e um direito do cidadão, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo e um não-direito do portador de necessidades, o “cidadão pobre”. A cerca da questão de pobreza, Vera Teles (2001) enfatiza que esta situação

[...] permanece e persiste desvinculada de um debate público sobre critérios de igualdade e justiça. [...] a tradição cobra e continua cobrando num registro ou no outro, a pobreza é encenada como algo externo a um mundo propriamente social [...]. Nessas formas de encenação pública, a pobreza é transformada em paisagem que lembra a todos o atraso do país [...] como paisagem, essa pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada. [...] seus tributos numa espécie de linha de sombra em que se confundem direitos e ajuda, cidadania e filantropia, ao mesmo tempo em que se repõe essa espantosa indiferença diante do espetáculo da pobreza, que tanto caracteriza a sociedade brasileira. [...] visível por todos os lados, na sua evidência a pobreza é percebida como efeito indesejado de uma história sem autores e responsabilidades. Nesse registro, aparece como chaga aberta a lembrar o tempo todo o atraso que envergonha um país que quer ser moderno, de tal modo que sua eliminação é projetada para as promessas civilizatórias que haverá, algum dia, quem sabe, de absorver os que foram até agora dele excluídos. Como problema que inquieta e choca a sociedade, a pobreza aparece, no entanto, no registro da patologia, seja nas evidências da destituição dos miseráveis que chamam pela filantropia pública ou privada, seja nas imagens da violência, que apelam para sua ação preventiva e, sobretudo, repressiva (p. 31).

No cenário mencionado acima, a ONG passa a ter uma relação diferente com o Estado e com a empresa. Como já observamos, enquanto, nas décadas de 1970 e 1980, a ONG, do lado

dos movimentos sociais, desenvolvia em geral uma estratégia de enfrentamento ao sistema (mais pontual ou mais estrutural), via demanda ao Estado, via organização de manifestações populares etc, nos anos 1990, já em processo de divórcio com os movimentos sociais, passam a se relacionar com o Estado (e, até em muitos casos, com as empresas) como parceiros.

Assim, nesse sentido, como enfatiza Montaña (2010), o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na “questão social” e de transferi-los para a esfera do “terceiro setor” não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente político-ideológico: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto a políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto-culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. Tendo em vista todas as considerações já feitas até agora, pode-se dizer que este relacionamento é dócil, despolitizado e despolitizador, funcional ao projeto neoliberal de reestruturação (entre ONG e Estado) e de relação de interesses conflitantes (das organizações populares) à relação clientelista.

Supostamente, o “terceiro setor” teria vindo para “resolver” um problema de dicotomia entre público e privado. O público identificado sumariamente com o Estado e o privado considerado como o mercado – concepção claramente de inspiração liberal. Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem o outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O “terceiro setor” seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: o “público, porém privado”, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado, e/ou suposta superação da equiparação entre o público e o Estado: o “público não-estatal”, e seria também o espaço “natural” para esta atividade social. Neste sentido, o conceito “terceiro setor” se expande recentemente, nas décadas de 1980 e 1990, supostamente, a partir da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal (MONTAÑO, 2010).

Com tal falta de rigor na caracterização deste “setor”, fica uma dúvida razoável: são os movimentos de luta classista incorporados nesta categoria? O movimento dos jovens em Heliópolis é pertencente ao chamado “terceiro setor”? A princípio, como não são atividades

estatais nem da órbita do mercado (“primeiro e segundo setor”), deveriam ser tratados como pertencentes ao “terceiro setor”. Porém, não apenas a maioria dos autores do tema não trabalha com estes exemplos, como também, em alguns, eles são expressamente excluídos – uma passagem de Fernandes (1994) mostra claramente que o chamado “terceiro setor” se comporia, para ele, apenas de manifestações pacíficas e não de organizações de lutas de maior impacto no enfrentamento.

Como já mencionado anteriormente, os movimentos sociais, entre as décadas de 1970 e 1980, desenvolveram uma atividade dirigida para ou contra o Estado, muitas vezes apoiadas por um tipo de organização que, particularmente nos contextos ditatoriais, surgia e se expandia de forma progressista, a ONG. Efetivamente, as chamadas organizações não-governamentais surgem fortemente vinculadas aos movimentos sociais desses anos, procurando sua melhor organização, participação, articulação nas suas demandas, reivindicações e lutas. Porém, com o advento dos regimes democráticos pós-ditaduras, com a retirada paulatina das agências financiadoras internacionais, com o retorno à vida política dos sindicatos e partidos proscritos – particularmente, no Brasil, após a Constituição de 1988 -, muitos desses movimentos começam a entrar em crise (MONTAÑO, 2010).

Nessa perspectiva das tensões, no campo societário que os movimentos sociais estão inseridos hoje, Feltran (2005) em seus trabalhos buscou entender o que se passa com eles, por exemplo, antes opositores ferrenhos do autoritarismo estatal, hoje subitamente em condição de firmar parcerias com o Estado nos seus diferentes níveis e viver de alguma forma a experiência da gestão. Viram-se obrigados a uma atuação propositiva, capaz de gerenciar recursos, elaborar planos, implementar projetos. Assim a “explosão das ONGs, em número e tamanho, a despeito da heterogeneidade desse campo, também os pegou em cheio, em boa medida representando a opção por uma racionalidade gerencial ao invés de uma propriamente política” (FELTRAN, 2005, p. 78).

A respeito da despolarização recente do setor movimentista, o mesmo autor enfatiza que

[...] está para muito além, do ponto de vista teórico, da já contatada queda da militância de base, institucionalização ou pragmatização. Essa despolarização ganha novos significados e não se restringe a mudanças de procedimentos, mas atinge mesmo os imaginários e identidades dos movimentos populares, alterando suas formas de figurar os problemas sentidos, inserindo na base de suas atitudes uma outra racionalidade. Outra concepção de mundo está presente hoje, suas lutas disputando espaços com a anterior. A ênfase nos direitos e na política parece conviver indistintamente no seio mesmo dos movimentos com uma segunda e mais recente ênfase, a da prestação de

serviços, quando não a do voluntariado e filantropia, ou ainda a que faz dos movimentos sociais meros objetos da “responsabilidade social” de marketing empresarial. Nas periferias, nos anos recentes, proliferaram cursos e cursos oferecidos a entidades comunitárias, muitas com histórico ligado aos movimentos populares, sobre “gestão de projetos no terceiro setor”, para que competissem entre si por poucos recursos privados ou públicos, e pouco se falou em política (FELTRAN, 2005, p.78).

Na tentativa de compreender as novidades do contexto recente em que se inserem os movimentos sociais, percebe-se primeiramente uma série de características que se manifestam hoje com certa regularidade entre os países invadidos pela lógica neoliberal, como o Brasil. Muitos dos movimentos sociais da América Latina, por exemplo, exibiram tendências de atuação semelhantes ao longo das duas últimas décadas, desde o período final dos regimes militares. Reconhecido esse âmbito geral, entretanto, explorar os desdobramentos específicos de cada caso e os mecanismos próprios de cada um é mais produtivo ao entendimento das novas conjunturas do que denunciar o peso das determinações centrais nesses cenários, pois os ajustes colocados em pauta pela nova e autoritária ordem mundial tiveram, certamente, milhares e milhares de adesões nacionais, regionais e locais para serem implementados, com diversas intensidades e intenções em todo o mundo (FELTRAN, 2005).

Assim, de organização com a finalidade de organizar e potenciar os movimentos sociais, canal de obtenção de renda para os movimentos sociais (como nos anos 1960/80), passam na maioria dos casos, nos anos 1990, a organizações dedicadas a intermediar a relação desses movimentos sociais (ou da “sociedade civil” não organizada) com o Estado. Diante disso, despolitiza-se o conflito; retira-lhe o substrato de classe ou econômico e rompe-se a relação direta dos movimentos sociais com o Estado (agora intermediado pela ONG); deixa esta entidade, na maioria dos casos, de se preocupar com o nível de organização e poder dos movimentos sociais, pois agora “não estão sozinhos” mas “acompanhados” por essas ONGs, seus “representantes” e “mediadores” (MONTAÑO, 2010).

Em decorrência das premissas anteriores, os movimentos e organizações do “terceiro setor” desenvolveram uma prática “não-política”, mas harmônica, integradora, de parceria, visando ao bem comum, e não aos interesses de classe – assim, as ONGs “cidadãs”, as empresas “cidadãs” ou “participativas”, os indivíduos (cidadãos) solidários, o Estado “parceiro” (MONTAÑO, 2010). Ainda em relação à participação, está passa a ser compreendida como “participação solidária”, sustentada no “voluntarismo”, no caso dos sujeitos, e na “responsabilidade social”, no caso das instituições, em especial as empresariais. O sentido

propriamente político, coletivo e confrontativo de participação se esvai nessa perspectiva de protagonismo solidário e moralista que promove a atuação individualizada e privada. Aqui não há aparentemente disputa pela partilha de poder, mas serviços prestados aos setores sem assistência da sociedade, numa redefinição de papéis: “o que deveria ser obrigação do Estado passa a ser responsabilidade da boa vontade dos setores mais “humanistas” das classes médias e altas” (DAGNINO, 2004, p. 102).

Evidentemente, não é exclusividade dos movimentos sociais estar em meio a essa confusão de modos de pensar, de formas de compreender o ato de viver no mundo contemporâneo e isso vem mudando rapidamente. Essas tensões entre distintas racionalidades da política estão atingindo efetivamente setores sociais diversos e amplos e já aparecem tentativas de diferenciá-las. Feltran (2005) enfatiza que a recente disputa nas tensões entre as sistemáticas tentativas de anulação da política, em especial produzidas pela ênfase neoliberal atual na gestão técnica e pragmática, inumana, supressora de conflitos, e as inúmeras iniciativas que buscam resistir, desobedecer, inserir novas questões em pauta, propor a refundação de campos políticos.

O IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) trazem a público o mais recente estudo realizado sobre as organizações da sociedade civil organizada no Brasil, com base nos dados do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE. Nesta pesquisa estima-se que, em 2010, havia 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) no Brasil, voltadas, predominantemente, à religião (28,5%), associações patronais e profissionais (15,5%) e ao desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). As áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social (políticas governamentais) totalizavam 54,1 mil entidades (18,6%). As Fasfil concentravam-se na região Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%). Dessas instituições, 72,2% (210,0 mil) não possuíam sequer um empregado formalizado, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. Nas demais, estavam empregadas, em 2010, 2,1 milhões de pessoas, sendo intensa a presença feminina (62,9%). Porém, a remuneração média das mulheres (R\$ 1.489,25) equivalia a 75,2% da remuneração média dos homens (R\$ 1.980,08), sendo para o total dos assalariados, R\$ 1.667,05 mensais naquele ano. Quanto ao nível de escolaridade, embora 33% dos assalariados dessas entidades possuíssem nível superior, quase o dobro do

observado para o total das organizações (16,6%), sua remuneração era de 5,8 salários mínimos, bem menor do que a dos assalariados do total das organizações do CEMPRE – 7,6 salários mínimos.

Entre 2006 e 2010, observou-se um crescimento de 8,8% das fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil, expansão significativamente menor do que a observada no período de 2002 a 2005 (22,6%), e de 15,9% no pessoal assalariado, com aumento real de 6,2% nos salários médios mensais. Em números absolutos, o maior crescimento foi o das entidades religiosas, o que significou a criação de 11,2 mil entidades ou quase a metade (47,8%) do total das 23,4 mil criadas no período. Existiam oficialmente no país, em 2010, 290,7 mil Fasfil (organizações privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias). Essas instituições representavam 5,2% do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não-lucrativas, do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE do IBGE, naquele ano.

Entre 2006 e 2010, observou-se um crescimento da ordem de 8,8% dessas instituições, passando de 267,3 mil para 290,7 mil, significativamente menor do que a observado no período de 2002 a 2005 (22,6%). As Fasfil concentram-se nas regiões Sudeste (44,2%), Nordeste (22,9%) e Sul (21,5%), estando menos presentes no Norte (4,9%) e Centro-Oeste (6,5%). Entre o total dessas instituições, 82,9 mil entidades administravam diretamente serviços ou rituais religiosos (28,5%), 44,9 mil atuavam na área de associações patronais e profissionais (15,5%), e 42,5 mil no desenvolvimento e defesa de direitos (14,6%). Havia, ainda, 54,1 mil entidades (18,6%) dedicadas a implementar políticas governamentais (saúde, educação, pesquisa e assistência social). Nesse segmento, os grupos mais vulneráveis da população – crianças e idosos pobres, adolescentes em conflito com a lei e portadores de necessidades especiais – eram assistidos por 30,4 mil entidades de assistência social (10,5%). Em educação e pesquisa (6,1%) e saúde (2,1%) eram 23,7 mil entidades, destacando-se as entidades de ensino fundamental (4,5 mil) e outros serviços de saúde (3,9 mil). Já entidades voltadas à preservação do meio ambiente e proteção animal representavam 0,8% do total das Fasfil.

Em 72,2% das instituições (210,0 mil entidades) não havia sequer um empregado formalizado, em 2010, provavelmente, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. As instituições sem empregados eram mais comuns no segmento de religião (29,1%), desenvolvimento e defesa de direitos (17,4%) e associações patronais e profissionais (16,2%).

Entre as 80,7 mil instituições com empregados assalariados, a área de saúde (6,0 mil entidades) empregava 574,5 mil pessoas (27,0%), em 2010, seguida pelo grupo de entidades de educação e pesquisa (17,7 mil), com 26,4% do total de trabalhadores. No grupo da Educação, a concentração é bem mais expressiva no subgrupo de educação superior, pois 1,4 mil universidades ou faculdades empregavam 165,6 mil trabalhadores (7,8%). Naquelas instituições com mais de 500 assalariados, 44,2% estavam na área da saúde e 26,3% eram de educação e pesquisa. Mais da metade do pessoal ocupado assalariado (58,1%) trabalhava em instituições localizadas no Sudeste, em especial, no estado de São Paulo (748,7 mil, 35,2%).

Em 2010, havia, em média, 7,3 pessoas ocupadas assalariadas por entidade, com variações de 224,8 trabalhadores (hospitais) a 1,8 trabalhadores por entidade (religião).

Entre 2006 e 2010, cresceu 15,9% o número de ocupados assalariados, sendo criados 292,6 mil empregos. Esse crescimento do pessoal ocupado, no período, foi mais significativo nas entidades de Desenvolvimento e Defesa de Direitos (30,0%) e de Saúde (26,5%). Porém, em números absolutos, na Saúde foram criados 120,2 mil empregos novos, enquanto no desenvolvimento e defesa de direitos esse número foi de apenas 27,8 mil.

No período, houve uma elevação, em termos reais, de 6,2% e os salários médios mensais passaram de R\$ 1.569,53 para R\$ 1.667,05. Os ganhos salariais mais relevantes, entre o período de 2006 a 2010, foram observados nas associações patronais e profissionais (16,8%) e nas entidades de saúde (15,1%). Nesses dois grupos, destacaram-se a elevação nas remunerações dos ocupados nas associações de produtores rurais (20,4%) e nas de outros serviços de saúde (25,6%). Nas associações de moradores o aumento foi de 20%. No entanto, nos centros e associações comunitárias foi de 13,5% e nas associações profissionais 19,5%.

Chama a atenção a remuneração nas entidades de ensino fundamental e de educação infantil, os dois subgrupos que, proporcionalmente, mais cresceram no período em termos do percentual de empresas. No ensino fundamental, houve uma queda de 4,4% nas remunerações e na educação infantil, uma redução de 0,8%.

Praticamente 60% dessas entidades associadas à ABONG foram fundadas a partir de 1985, mostrando uma realidade historicamente nova no nosso país – 15,4% dentre elas são “novíssimas”, tendo sido criadas de 1990 a fevereiro de 1994. Apenas 21% delas foram fundadas na década de 1970 (LANDIM, 1998, p. 59).

No Brasil, a ainda incipiente atividade de fundraising¹³ conta com a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), criada em 2000. Aqui, já em 1995, segundo pesquisa da Oxfam (Grã-Bretanha) e do Instituto de Estudos da Religião (ISER), registrou-se um fluxo anual de 74 milhões de dólares, provenientes das maiores fundações e agências de cooperação europeias e norte-americanas “destinadas a programas de desenvolvimento e o decorrente trabalho de políticas públicas”. Ao todo, segundo pesquisa, o “terceiro setor” gastou no Brasil cerca de 10,9 bilhões de reais no mesmo ano, correspondente a 1,5% do PIB (SZAIZI, 2000, p. 21).

Diante deste cenário, consideramos, juntamente com diversos autores do “terceiro setor”, a necessidade de que, no âmbito da sociedade civil, inclusive desde a sua cotidianidade, as pessoas, os movimentos sociais, as ONGs, as associações comunitárias, os grupos de interesse ou categorias participem ativamente do processo de lutas sociais. Pensar numa sociedade desarticulada, apática, desmobilizada é deixar este espaço para o controle hegemônico dos setores sociais que exercem a direção hegemônica na sociedade como um todo, desde o Estado até o mercado. A atividade da sociedade civil, na acepção marxiana, constitui o motor da história, e na interpretação gramsciana, condiciona os espaços e as formas de lutas de classes e a transformação social (MONTAÑO, 2010).

Outro importante ponto a ser destacado é a mediação enquanto constituição de uma necessidade imperiosa para superar a imediaticidade alienante. Segundo Pontes (2000), para Lukács, a mediação refere-se ao conjunto de particularidades que relaciona dialeticamente o universal e o singular. O cotidiano constitui, assim, um campo de mediações, que, não obstante, não aparecem ao sujeito de forma direta, mas se ocultam. É preciso, portanto, “ultrapassar o plano da imediaticidade (da aparência) em busca da essência”, o que exige “construir intelectualmente mediações para reconstruir o próprio movimento do objeto”. Para Pontes, “a captura pela razão dos sistemas de mediações (oculto sob os fatos sociais) permite por aproximações sucessivas ir-se negando à facticidade/imediaticidade e desvelar-se as forças e processos que determinam a gênese (o nascimento) e o modo de ser (o funcionamento) dos complexos e fenômenos que existem em uma determinada sociedade” (2000, p. 42).

¹³ O termo *Fundraising* (em português Captação de Recursos) é a ação desenvolvida pelas organização sem fins lucrativos que, a partir de um conjunto de estratégias e procedimentos, levantam recursos financeiros para a sustentabilidade institucional.

2.2. Dialética exclusão/inclusão nas políticas públicas e sociais

Na presente pesquisa interessa os projetos sociais voltados à inclusão social dos jovens de periferia por empresas privadas. Assim, reflexões de Sawaia (2006) voltadas à inclusão social permitem orientar a análise da inserção de jovens em projetos sociais ao enfatizar que a exclusão social possui três dimensões: a objetiva, referente à desigualdade social, a ética, vinculada às injustiças sociais, e a subjetiva, que concerne ao sofrimento produzido pela exclusão social. Além disso, a análise da exclusão social, não pode estar dissociada do par dialético que a confere, uma vez que no modelo atual do capitalismo ninguém está apartado completamente da sociedade, todos, de alguma maneira, encontram-se incluídos de algum modo no sistema. Como afirma Sawaia

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (2006, p.8).

Desta forma, a autora sugere que a exclusão passe a ser analisada pelo seu par dialético exclusão/inclusão. Esta mudança tem como objetivo introduzir tanto a ética quanto a subjetividade no debate, ampliando a questão uma vez que não se torna mais possível a culpabilização individual da exclusão, como ocorre com a pobreza. Ao contrário, a análise dialética nos permite compreender os mecanismos de manutenção da ordem excludente, compreendendo-a como “descompromisso político com o sofrimento do outro” (SAWAIA, 2006, p.8).

Alguém poderá dizer: um projeto social é um processo de intervenção que tem início, meio e fim e que exige um planejamento, um acompanhamento e um processo de avaliação permanente. Sem dúvida, podemos entender um projeto social a partir de sua função constitutiva, e que envolve a realização de todas essas etapas. Contudo, falar em projeto social, também, implica em objetivos que considerem as transformações das pessoas, sociedade ou comunidade. Implica uma mudança de aspectos da realidade social, uma mudança do social, uma transformação social. Assim, caracterizado, um projeto social seria um instrumento ou um meio para a transformação social, ou melhor seria, por hipótese, uma condição desta

transformação. Mas isto ainda não é suficiente para caracterizar um projeto social (TASSARA, 2002).

Esta pesquisa tem como pano de fundo para entender os projetos sociais a perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, sendo assim, faz-se necessário considerar a questão da historicidade. Poder-se-ia supor que a história se projeta de maneira espontânea e que as coisas simplesmente acontecem. Mas, não: a primeira condição para que se possa planejar e desenvolver um projeto de natureza social – que tenha relação com a transformação das pessoas, com a produção de um impacto que gere mudanças na sociedade – é considerar que o desenvolvimento histórico não se dá espontaneamente. Pelo contrário, Tassara (2002) enfatiza que o desenvolvimento é resultante de uma luta estratégica entre grupos, interesses e visões diferentes.

Neste sentido, torna-se necessário analisar o papel do Estado no processo referido. O Estado deve representar a sociedade, sendo que, quanto mais democrático ele é, maior é o grau de representatividade da sociedade por este Estado. Sob tal perspectiva, um projeto social busca influenciar o grau de representatividade do Estado na produção da organização humana no espaço (TASSARA, 2002).

Um grande número de projetos sociais que estão sendo propostos e realizados visa contribuir para a representação de interesses das chamadas minorias. Minorias define-se em função de uma maioria que, de uma maneira geral, representa e é representada pelo *status quo*. Portanto, é natural que as políticas públicas do Estado correspondam às expectativas do *status quo*, mas não necessariamente dos setores chamados minoritários. Porém, esses setores minoritários diferem dos outros por não serem atendidos pelas políticas públicas, de maneira a conduzir a um desenvolvimento social e material igualitário dos territórios e, portanto, um desenvolvimento igualitário das pessoas dentro de seus territórios (TASSARA, 2002).

Pode-se dizer que, em linhas gerais, existem projetos sociais cujos propósitos estão contidos nas políticas públicas, visando uma transformação almejada pelo próprio Estado como representante da sociedade; e que existem projetos que não são englobados nos objetivos das políticas pública, cuja trajetória sócio-histórica é mais complexa, na medida em que sua função não é apenas se auto sustentar, mas também, através da reverberação de seus efeitos, produzir uma mudança no que se refere às suas próprias funções (TASSARA, 2002).

A política de projetos sociais visa fazer cumprir a declaração universal dos direitos do homem, que fundamenta a nossa constituição e que, no fundo, define como direito de cada

homem ser “igual ao igual”, o que é muito difícil de definir. De qualquer forma, trata-se de um igual que tem que ter casa, saúde, emprego, etc. Assim, quando se inicia o desenvolvimento de um projeto social, antes de qualquer coisa, é preciso definir quem é esse sujeito, que deveria vir a ser “igual do igual”, que se pretende atingir.

Se o objetivo desse projeto, por exemplo, for a inclusão de excluídos e a definição de quem são e porque são, os sujeitos dessa exclusão não estão claros. Ou parte-se de um modelo de desejabilidade cuja delimitação não está bem configurada, ou não ficará claro também o que deve ser avaliado. Sobretudo ao levar em consideração que a exclusão se encontra transmutada como inclusão e por isso compõem um par indissociável, pertencentes a uma mesma substância e sua dinâmica que viabiliza a manutenção do sistema. Desta maneira a dialética inclusão/exclusão se materializa na gestão empreendida das subjetividades. Assim, para compreender a vivência da exclusão social, não é possível apenas o traçado das perspectivas econômicas, pois “elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência” (SAWAIA, 2006, p.9).

Tomemos como referência o projeto Jovens Alconscientes, financiado pela Associação Brasileira do Alcool (AmBev), uma iniciativa criada em 2010 com a participação de jovens e militâncias da UNAS. O J.A. tem como principal objetivo a conscientização do uso da bebida alcoólica entre os adolescentes. O grupo é constituído por 20 adolescentes, um coordenador e um educador. Além disso, os jovens recebem uma bolsa de incentivo financiada pela AmBev e pelo Catraca Livre, devendo permanecer no projeto por um período de 2 anos, período durante o qual receberão formação na comunicação de mídias e redes sociais e na leitura e escrita. Nas atividades propostas pelo grupo está a realização de campanhas e ações que visam a prevenção do uso do álcool entre os jovens. Para tanto, o Alconscientes promove um evento chamado de Helipa Night, que é uma balada com entrada gratuita para os jovens da comunidade e que tem como principal objetivo proporcionar aos jovens da comunidade um espaço de diversão sem o uso de bebidas alcoólicas, cigarros ou drogas.

A análise desta situação aponta para uma complexa problemática. Afinal, quem define o que é certo? Esta definição é, na verdade, um dos grandes problemas dos projetos sociais.

No cenário hodierno, as organizações não governamentais (ONGs) inscrevem-se como sujeitos da sociedade civil que se juntam na direção de algum objetivo de transformação ou de influência. As ONGs precisam propor projetos, precisam desenvolver planejamentos, os quais,

por sua vez, podem envolver participação ou não. Para tal, é preciso também ter algum poder, que é concedido ou apenas tolerado. Embora as ONGs estejam sempre na dependência dos financiamentos, sempre na dependência das concessões, sua atuação pode transcender ao objetivo como um poder. Isto é, com sua atuação, as ONGs podem aumentar o impacto de uma desajustabilidade, transferindo-a para a sociedade civil que, nesse caso, assume o poder de transformação política da própria sociedade, no sentido que está sendo esperado (TASSARA, 2002).

No que se refere à eficiência do projeto social há uma importante medida a ser considerada que, na maioria dos casos, as agências de financiamento não levam em conta: a busca do protagonismo existencial e político do sujeito, que é a eficácia máxima. Quer dizer, será um projeto auto-sustentável de fato se as pessoas envolvidas passarem a ter possibilidade de auto regerem sua subsistência, buscando elementos para sobreviverem em condições outras que não aquelas oferecidas pelo projeto e se incluindo no processo político de uma inserção no esquema do poder que relaciona o Estado com a sociedade. Se o projeto alcança essa eficácia, ele, de fato, é um projeto social e se inclui no processo histórico (TASSARA, 2002).

Nesse ponto reside uma mudança profunda, até mesmo revolucionária, mas que não significa necessariamente uma luta com armas. O que isso pode significar, de fato, é uma mudança no sentido de colocar essa exigência de melhoria social e política no seu plano máximo, que é a transformação de cada sujeito em protagonista da história. Significa criar possibilidade para que se fortaleça um sujeito capaz de entender o poder que ele tem de atuar nessas transformações e capaz de se engajar na busca coletiva de mudança por melhores condições da vida social (TASSARA, 2002).

Quem está mandando fazer esse projeto? O que esse projeto quer? Até onde esse projeto conseguirá ir? Quem está delegando o poder de realiza-lo? Para quem? Que poder é esse? Quem está concedendo o direito de se realizar esse projeto? Qual é o preço dessa concessão? Em geral, a obtenção do poder está, justamente, condicionada ao pagamento dessa concessão.

Os analistas das agências de financiamento para projetos sociais têm uma outra perspectiva. Geralmente eles são executivos de grandes empresas dos quais se requer, justamente, a eficiência técnica. Nesse sentido, eles têm que saber o que é bom, o que é ruim, o que é certo, o que é errado. E, por isso, também eles querem uma resposta de eficiência do projeto social que está sendo avaliado. É claro que nesse ponto existe um conflito de posturas intelectuais e ideológicas: no projeto social, provavelmente, a postura é a da busca de uma

transformação social; o executivo quer conhecer a avaliação dos resultados do projeto que sua empresa está financiando, tem uma postura que busca corresponder às expectativas da empresa que ele representa. Ele quer a prestação de contas, quer conhecer os dados numéricos, as porcentagens, as relações, quer a transformação de todos esses dados em gráficos, que saber as decodificações desses dados. Em outras palavras, ele quer medidas objetivas e uma justificativa muito boa envolvendo todos esses argumentos objetivamente calculados. Várias fontes de financiamento são fundações empresariais, que têm essa visão de eficiência: o que eles querem mesmo são os números. É o chamado “produto” (TASSARA, 2002).

Outro aspecto a ser ressaltado é o questionamento acerca das políticas públicas que deveriam incentivar a inclusão, mas isso não acontece porque as políticas públicas não estão voltadas para a redução das desigualdades territoriais de desenvolvimento existencial em nossa sociedade (TASSARA, 2002).

Outro fator importante, no que se refere à questão da relação com os financiadores dos projetos sociais e que tem sido observado hodiernamente, em especial em grupos envolvidos com movimentos populares, é a questão do protagonismo juvenil. Há uma tendência de que as entidades fiquem a mercê dos agentes financiadores, afinal de contas são eles que detém o dinheiro. É um problema que reflete a alienação que atinge qualquer camada social. Muitas vezes, contudo, poderá haver uma convergência de interesses entre a entidade e o agente financiador, mas isto, não significa que se formarão alianças permanentes; podem ser apenas alianças de conveniência. O que falta, então, para os movimentos populares é o entendimento do poder que eles dispõem para poder reivindicar. É preciso pensar que, se alguém está oferecendo os recursos para que determinado trabalho seja realizado, é porque os resultados desse trabalho têm algum valor, é porque os movimentos populares têm algum poder (TASSARA, 2002).

Todas essas considerações compõem um quadro de referências para se pensar a questão da dialética inclusão-exclusão nos moldes propostos por Sawaia (2006). Sob tal perspectiva, os projetos sociais consistiriam em movimentos inseridos em um processo dinâmico de construção de estratégia tendo os jovens como atores de mudanças de um modelo cultural hegemônico, capazes de estabelecer criativamente melhores condições sociais.

Em suma, exclusão e inclusão são os dois pólos do processo de inserção social injusta: o jovem excluído do direito de usufruir os bens e serviços da cidade onde mora é incluído nela subjetiva e intersubjetivamente por meio de projetos sociais a partir de políticas de

responsabilidade social das empresas. Para explicitar a dialética exclusão/inclusão presente nestas políticas, resgato da memória uma situação ocorrida durante uma atividade realizada no início desse ano, organizada pelo Núcleo Grande ABC da ABRAPSO¹⁴ - da qual faço parte, em que propus uma discussão acerca do tema desta pesquisa de mestrado. Neste evento estavam presentes jovens participantes de uma ONG denominada de Associação Estrela Azul¹⁵ que são, também, ingressos e egressos do programa Jovem Aprendiz¹⁶. Chamou-me à atenção a fala de uma jovem ao relatar sua experiência como ex-membro do programa:

(...) pra mim foi muito difícil quando meus chefes, os que me contrataram, também foram os mesmo que me demitiram. Eu já tinha acostumado a trabalhar dentro da empresa, tinha criado um vínculo com eles. Mas como tinha passado o período de dois anos, eles tiveram que me demitir.... Eu me senti excluída, rejeitada, é muito triste (...) (Thainá¹⁷, 18 anos).

O Programa Jovem Aprendiz funciona por meio de um contrato entre empresas privadas e públicas com jovens que buscam a primeira experiência e inserção no mercado de trabalho. Apesar de Thainá saber que seu primeiro emprego teria um prazo de duração, pois os contratos duram até dois anos, ela traz o sentimento de “rejeição”. O espaço que lhe foi permitido ocupar veio com prazo de validade. Se por um lado os jovens estão sendo incluídos à medida que têm acesso à primeira experiência no mercado de trabalho, eles também funcionam como “mão-de-obra barata” de empresas que se beneficiam, por exemplo, com a ausência de garantias empregatícias a longo prazo. Sem mencionar, a *marca do social*, ou seja, a responsabilidade social virou um *status* de estilo/marca almejado. É uma ideia transvestida de inclusão que continua a gerar exclusões por meio da manutenção de desigualdades sociais.

¹⁴ Associação Brasileira de Psicologia Social.

¹⁵ A Associação Estrela Azul é uma ONG beneficente de Assistência Social que, desde 1981, atua no atendimento à Criança, Adolescente, Jovens e famílias em situações de vulnerabilidade ou risco social. Seus programas e estruturas são mantidos mediante parcerias firmadas com os governos municipal, estadual, federal e com apoio de empresas privadas e comunidades (Disponível em: <http://estrelazul.org.br/novo/aea>).

¹⁶ É um projeto do governo federal criado a partir da Lei da Aprendizagem (Lei 10.097/00) com o objetivo de que as empresas desenvolvam programas de aprendizagem que visam a capacitação profissional de adolescentes e jovens em todo o país.

¹⁷ Nome fictício para preservar o sigilo em pesquisa.

CAPÍTULO 3 – PRODUÇÃO DE JOVENS DE PROJETOS SOCIAIS

A Constituição de 1988 e, sobretudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente foram, e ainda são, importantes parâmetros para a elaboração de políticas públicas para as crianças e adolescentes no Brasil. Contudo, há um vazio em termos de políticas públicas para a juventude brasileira. Os programas, no geral, limitam-se à faixa etária de 17 anos. Mas há uma série de iniciativas de ONGs e de fundações empresariais que marcou a década de 1990, cujo recorte – legitimado pelo ideário do desenvolvimento local sustentável – tem a marca territorial, isto é, se propõe a incidir sobre o “local”. Esse local, por sua vez, não é resultado do isolamento, ao contrário, ele é fruto de relações assimétricas, históricas, econômicas, políticas e culturais entre diferentes espaços sociais: regiões, cidades e campo. Assim, na dinâmica social de inclusão e exclusão social em cada espaço se fazem presentes, com maior ou menor peso, todos os elementos descritos anteriormente no item sobre juventude de periferia (renda, gênero, raça, local de moradia e trabalho) e, agora, também pesa a presença ou ausência de projetos sociais (NOVAES, 2006).

Em outras palavras, hodiernamente, para avaliar as possibilidades de inclusão/exclusão social de um jovem, certamente é preciso considerar quanto ganham seus pais, se ele é negro ou branco, homem ou mulher e onde mora. Mas, no que diz respeito aos jovens mais pobres, concordamos com Novaes¹⁸ (2006) que afirma que há ainda mais um critério que pode fazer diferença: hoje existem os “jovens de projeto”, ou seja, interessou-nos estudar esse fenômeno em que os jovens estão sendo alvo de “projetos sociais”.

Para Novaes (2006) é muito interessante notar como a palavra “projeto” caiu na boca do povo e entrou no vocabulário dos jovens e de seus familiares. A recorrência no uso dessa palavra chama a atenção. De fato, há uma disseminação da linguagem dos projetos. Os jovens que fazem parte do público-alvo dos projetos se (re)apropriam de ideias, palavras e expedientes, incluindo-os em suas estratégias de sobrevivência social.

Como ilustração do que foi dito acima é possível observar que os jovens de áreas pobres e violentas do Rio de Janeiro têm suas próprias estratégias para usar, ou não, as palavras “favela” e “comunidade” com interlocutores diferentes. Em certas ocasiões, frente ao poder

¹⁸ Neste capítulo utilizamos Novaes como referência, pois é a única autora dentro do referencial teórico pesquisado que fala, especificamente, sobre a participação de jovens em projetos sociais.

público ou a organismos não governamentais, falam que são da “favela tal”. Nesse contexto chegam a acionar até a informação de que sua “favela” tem tal IDH (Índice de Desenvolvimento Humano, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU)) da cidade do Rio de Janeiro. Em outras situações, frente a outros interlocutores os jovens se referem ao lugar onde moram como “comunidade”, apontam para o estigma da palavra “favela” e utilizam um código de classificação próprio das redes de “trabalho comunitário” (NOVAES, 2006).

Chama a atenção observar que não há traduções perfeitas no inglês ou no francês para a expressão “projetos sociais” tal como é usada no Brasil. Governamentais ou não, de tamanho e objetivos bem diferentes, todos são “projetos sociais”. Critérios de definição de público-alvo e processos de avaliação também entrariam na discussão, o que conseqüentemente, exigiria também uma reflexão maior sobre o que a palavra “parceria” revela e o que ela permite silenciar. Para um interlocutor externo seria preciso explicar sobre as responsabilidades públicas, privadas e governamentais presentes ou ausentes quando se usa a palavra “projeto” (NOVAES, 2006).

Para aqueles que têm acesso, os projetos podem contribuir para a supressão de certas marcas de exclusão pelo aumento da escolaridade, da capacitação profissional, da consciência étnica, de gênero, de pertencimento local comunitário. Os projetos sociais tornam-se pontes para um determinado tipo de inclusão social de jovens moradores de certas áreas marcadas pela pobreza e pela violência das cidades. A participação nos projetos pode contribuir para que uma parcela dos jovens invente novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão. No plano local, mesmo para os jovens que, por diferentes motivos, não têm acesso aos “projetos” pode-se dizer que sua mera existência amplia o campo de negociação com a realidade. Afinal, quem já não ouviu falar do caso de algum jovem envolvido com o tráfico que “dá força” para que o irmão frequente este ou aquele “projeto”? (NOVAES, 2006). Contudo, é preciso refletir sobre os efeitos sociais dos “projetos”, nem sempre analisados. Para tanto alguns pontos foram discutidos a fim de ampliar a discussão.

Ter ou não acesso aos projetos sociais diferencia entre si os jovens mais pobres e também cria uma diferenciação entre os jovens de diversas áreas pobres e violentas da cidade. Isso porque um projeto chama outro e com as melhores intenções. Afinal, a ideia de “desenvolvimento local” implica criar sinergias, complementaridade e integração dos projetos variados. Enquanto isso, jovens de outras áreas ficam cada vez mais invisíveis (NOVAES, 2006).

Outro ponto a ser analisado diz respeito a dobradinha escola/trabalho. Há registros de jovens pobres que têm acesso a uma “bolsa de projeto” e que são levados a buscar estratégias para ocultar os “bicos” e outras formas precárias de trabalhos que não podem ou não querem parar de fazer. Estar no mercado de trabalho, mesmo que precariamente, em certas situações é garantia de acesso a consumo de alguns bens que demarcam identidades juvenis. Neste sentido, seria importante que os projetos criassem um elenco de possibilidades que contemplassem diferentes situações vivenciadas pelos jovens. Seria necessário estabelecer diferentes matizes para distinguir o estudante que trabalha do trabalhador que estuda (NOVAES, 2006).

Em terceiro lugar, é preciso pensar por que, nos projetos sociais, quando se fala em “qualidade” das ações, fala-se automaticamente em “recursos tecnológicos”, ou melhor, fala-se em computadores. De fato, a maior parte dos projetos sociais dirigidos aos jovens busca meios para fazer face à “exclusão digital”. No entanto, nem sempre os “cursos de informática” dão resultados, não só porque máquinas e programas são muitos e estão sempre mudando, mas porque a “qualidade” almejada não será resultado de cada vez mais e mais tecnologia. Ela pode vir de um uso melhor e mais criativo dos recursos humanos e tecnológicos disponíveis. De fato, a internet faz parte da inédita experiência social dessa geração. Por isso mesmo, uma ênfase maior na comunicação e na cultura poderia render mais satisfação do que os “cursos de computador”, que são pensados apenas como um requisito da capacitação profissional. E, ao que se saiba, parece não haver relações diretas entre estes cursos e a inserção profissional de seus beneficiados (NOVAES, 2006).

O quarto ponto é: os projetos sociais devem ter como mote principal o slogan “tirar” os jovens da criminalidade e, em contrapartida, inserir modelos discursivos que dizem respeito à ideia do jovem cidadão, o “bom menino”, jovem empreendedor ou, até mesmo, a utilização da ênfase dada no “protagonismo juvenil”. Assim, para Novaes (2006), as marcas das desigualdades sociais refletem-se nos medos de determinados segmentos, como vimos. A segurança pública é um requisito essencial, ou seja, falar em políticas públicas para a juventude é também falar em combate à violência e à corrupção policial e em respeito à cidadania e aos direitos humanos. Mas é uma armadilha preconceituosa fazer uma equação juventude igual a risco de criminalidade, deixando de considerar as experiências da grande maioria de jovens pobres e moradores das áreas carentes e violentas que constroem suas trajetórias sem considerar as redes do narcotráfico alternativas para suas vidas.

A emergência de uma nova noção de cidadania e a consequente ampliação quantitativa e qualitativa de espaços públicos no Brasil são, portanto, conquistas de movimentos sociais ao longo das últimas décadas. Se não ocorre uma transformação radical da cultura política hegemônica no país, marcado pelo clientelismo, patrimonialismo, favoritismo, entre outras características tidas como pré-modernas, sem dúvida há um amadurecimento do processo democrático brasileiro. Isso se dá, em especial, pelo pluralismo que tais movimentos trazem para a noção da coisa pública (DAGNINO, 1994, p. 80).

Evelina Dagnino (1994) aponta três dimensões principais desta nova cidadania. A primeira é a sua ligação concreta com os movimentos sociais já citados e suas lutas por direitos coletivos. A segunda dimensão é a experiência e a prática de tais movimentos na construção da democracia e, ao mesmo tempo, de sua ampliação e aprofundamento.

Por fim, a construção democrática e a transformação social promovidas pelos movimentos sociais afirmam um “nexo constitutivo” entre a cultura e a política ao reivindicar determinadas características da sociedade contemporânea, como o papel da subjetividade e a consequente emergência de novos sujeitos e direitos sociais. Ampliando o espaço do político, a terceira dimensão da nova cidadania estrategicamente “reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática” (DAGNINO, 1994, p. 104). Ou seja, a dimensão propriamente cultural da cidadania.

Por fim, esse entendimento e sociedade civil restrita à participação como atuação individualizada e de forte teor moral implica em uma redefinição da cidadania. Às características da “nova cidadania”, que vem sendo conquistada pelos diversos movimentos sociais, o projeto político neoliberal propõe o formato de mercado, onde a lógica societal privilegiada é a do consumo, o que torna o cidadão um consumidor. O máximo de engajamento pedido a esse cidadão-consumidor é o de se solidarizar com os excluídos (do consumo), e atuar, como lhe pede sua boa consciência, em trabalhos voluntários e de caridade voltados para a “inclusão social” dos “carentes” (DAGNINO, 2005, p. 84).

Como já foi dito, aí reside a confluência perversa e a crise discursiva que caracterizam os movimentos sociais e de esquerda, uma vez que o projeto político da democracia radical pluralista e o da democracia neoliberal recorrem as noções comuns (sociedade civil, participação, cidadania, democracia), mas com significados e sentidos diferentes. Essa pretensa comunidade discursiva acaba por camuflar os antagonismos entre ambos os projetos, para benefício do segundo (o neoliberal), tornando-o digerível para parcelas da população, inclusive

daquelas que serão imediatamente as mais prejudicadas com o seu fortalecimento, ou seja, as classes populares. A exposição do conflito, por outro lado, demonstraria exatamente o que está em jogo: “uma disputa político-cultural entre distintos desenhos de sociedade e os respectivos setores sociais neles empenhados (DAGNINO, 2005, p. 61).

Uma das formas mais comuns de expressão dessa ideia de cidadania como civismo voluntário é justamente a noção de protagonismo. Tal noção tem como um de seus alvos diretos os jovens das classes subalternas, para os quais se voltam diversos projetos cuja meta é transformá-los em protagonistas de si. Mas de que se trata quando se aciona esse dispositivo denominado “protagonismo juvenil”?

No Brasil, possivelmente a reflexão crítica mais consistente sobre essa noção foi feita por Regina Magalhães de Souza (2008). Para esta autora, na aparência, o protagonismo juvenil chama o jovem para a esfera da política, mas de uma apolítica asséptica, sem luta, sem disputa de poder, transformada em cenário, onde o jovem atua como “ator social”. Nesse cenário, o discurso do protagonismo prescreve ao jovem a atuação individual e que serve para integrá-lo. E isso se dá de duas formas: pela instrumentalização da ação, reduzida à atividade meio, tendo em vista um objetivo material e quantificável. Na lógica do protagonismo juvenil, o jovem é objeto e não sujeito de políticas e medidas governamentais e não governamentais.

A atividade que se coloca para o jovem é a de fazer coisas, em especial através do trabalho voluntário. O fazer coisas ocupa o lugar da cidadania, com ela se confunde e oferece uma “alternativa saudável” de participação juvenil – aqui não há protesto, mas conformidade à regra, e não há criação, mas criatividade na execução de projetos em busca de soluções para problemas. Assim, o conflito é omitido pelo consenso. Fazem parte do universo semântico do protagonismo juvenil palavras oriundas dos manuais, majoritariamente norte-americanos, de “gestão de pessoas”: empoderamento, empreendedorismo, capital social, empregabilidade, entre outros (SOUZA, 2008).

Não é sem razão que João Paulo Macedo e Castro (2008) situam o surgimento do termo “protagonismo juvenil” no Brasil nos anos 1990, durante o final do primeiro governo FHC, período já de vigência do “novo espírito capitalista”. Naquele momento, junto com as primeiras políticas públicas do governo federal voltadas para a juventude, emerge um pensamento técnico sobre essa parcela da população, especificamente aqueles que se encontram em situações de pobreza, sujeitos à e sendo sujeito da violência. É nesse contexto que o protagonismo juvenil

se estabelece como um dos meios possíveis para positivar o que se mostrava de forma negativa, ou seja, a juventude, superando a violência e afirmando a cidadania.

Em outras palavras, o protagonismo juvenil atua como biopolítica, no sentido que lhe dá Foucault (2006), operando no âmbito dos dispositivos de segurança que funcionam de forma centrífuga com sua tendência a ampliar-se, organizando e permitindo o desenvolvimento de circuitos cada vez maiores. Tais dispositivos integram constantemente novos elementos – a produção, a psicologia, os comportamentos, as maneiras de atuar dos produtores, os compradores, os consumidores, os importadores, os exportadores – e, ao mesmo tempo, deixam as coisas acontecerem com um certo nível de permissividade.

Desse modo, as intervenções na cultura e na comunicação baseiam-se no seu papel de inclusão social na produção de novos sujeitos. Na arte, cultura e comunicação a serviço do social, ou seja, tomadas como algo “prático”, situam-se o conjunto de iniciativas com o mesmo propósito inclusivo. Acontece que muito das experiências de ONGs e governos que envolvem “jovens criadores” e “jovens comunicadores” baseia-se nessa vontade de transformar o jovem pobre, marginalizado, subalternizado, em um protagonista de si mesmo, um empreendedor, um incluído. O intuito é o de capitalizá-lo socialmente para que assim possa se desenvolver, ou seja, entrar de vez na sociedade de consumo e se transformar em cidadão-consumidor (BARBALHO, 2013).

Para Paulo Artur Malvasi (2008), utilizando os temas transversais, as ONGs ganham preciosos pontos em seu capital social, e facilitam o acesso a pleiteados recursos financeiros, dos governos e das empresas privadas. Assim segundo o mesmo autor, as ONGs se constituem “em torno de questões sociais, públicos-alvo e formas de ação (ou atividades) que proporcionam o sentido original da empresa” (2008, p. 610) e a escolha de tais questões está, em grande parte, relacionada com a força de atração que possuem junto aos financiadores.

Assumir para si tais temas, vampirizá-lo, foi uma estratégia fundamental para que as ONGs não apenas capitalizassem junto aos financiadores, mas conseguissem de fato uma inserção e um respaldo nas atuações junto ao seu “público alvo”. É importante salientar que algumas dessas organizações não-governamentais surgiram no interior da própria comunidade na qual estão inseridos os jovens, muitas vezes, contando com a sua participação no processo de criação. Não se trata nesses casos, portanto, de ações assistencialistas, externas àquele coletivo, mas de expressões de sua organicidade, no sentido gramsciano de “intelectual orgânico”.

CAPÍTULO 4 - CAMPO DE AFECÇÕES: HELIÓPOLIS-SP

A tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é criar um verdadeiro estado de emergência.

Walter Benjamin

Lembro-me com clareza da primeira vez que pisei em Heliópolis. Percorri a Estrada das Lágrimas de ônibus, não sabia em qual ponto deveria descer para chegar na UNAS (Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco) e perguntei ao cobrador. Logo para minha total surpresa a situação transformou-se em algo que para mim era inédito: o cobrador não sabia; a senhora ao meu lado ouviu e perguntou-me o endereço, assim que falei, mais outras duas pessoas manifestaram-se e mais três, até que a mulher perguntou para o moço que estava mais ao fundo, que respondeu que sabia e a informação foi circulando até que chegou do seguinte jeito: - Você desce na parada depois da Marisa (loja), que a Unas fica do outro lado na Rua da Mina.

Lembro-me desta situação até hoje, pois fez-me sentir de certa maneira acolhida por essas pessoas que nem saberia dizer o nome, mas que estavam dispostas a me ajudar. Claro, toda esta ajuda envolta em um cenário único, do que poderia ser a princípio um gesto de intromissão, tornou-se uma manifestação de ajuda coletiva. Quando desci do ônibus, o sentimento que senti foi o de gratidão, me senti bem-vinda em Heliópolis. Assim como sinto-me bem-vinda até hoje, depois de já ter circulado por outras ruas, além da Rua da Mina, ter conhecido pessoas dentro da Unas que me apresentaram aos seus diversos projetos, cada qual, em uma localização diferente. Pouco a pouco, desde minha experiência de estágio, em 2013, fui construindo minha relação com a territorialidade, espacialidades, estereótipos e histórias que tornaram Heliópolis mais do que um campo de pesquisa, é um campo de afecções e encontros (espinosanos).

A favela de Heliópolis se localiza no distrito de Sacomã, na zona sudeste da cidade de São Paulo, região do Ipiranga, e atualmente conta com 41.118 mil moradores (IBGE, 2010), divididos em 1 milhão de metros quadrados. Este território começou a ser ocupado pela população desde 1966, por operários que trabalhavam na construção do Hospital Heliópolis e pelo alojamento provisório de 153 famílias, trazidas das favelas de Vila Prudente e Vergueiro

através da ação da Prefeitura. A população que formou a favela foram majoritariamente os nordestinos, que vinham em busca de melhores condições de vida. Em seguida, as famílias se organizaram na luta pela moradia contra os grileiros que possuíam interesse em comercializar terrenos; contra ordens de despejo da própria prefeitura, (incluindo confrontos com a polícia); e também para exigir do poder público as escrituras das casas, o acesso à infraestrutura urbana e aos serviços sociais. Visando a organização e a busca por esses direitos, os moradores criaram, em 1986, a União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS), entidade sem fins lucrativos. No entanto, com o passar do tempo, a UNAS ampliou seus objetivos, hoje possuindo aproximadamente 50 projetos sociais na área da educação, saúde, lazer, cultura, esporte, moradia, entre outros, participando de Conselhos e apoiando Movimentos Sociais locais; e assim atende todas as faixas etárias em seus projetos sociais.

Mencionei a Estrada das Lágrimas e há uma história muito interessante envolvendo esse endereço. Na altura do número 515, está uma das árvores mais importantes da história do Brasil, a figueira-brava que é conhecida nos poemas, nos romances e nos textos históricos como a *Árvore das Lágrimas*. A frondosa figueira da espécie benjamina é ainda hoje conhecida nas imediações dos bairros do Sacomã e do Ipiranga, mas muito pouco familiar aos paulistanos em geral. O viajante Emilio Zaluhar, em seu livro *Peregrinação pela Província de São Paulo*, publicado em 1862 comenta:

Pouco mais adiante do Ipiranga encontra-se uma belíssima figueira brava, cujos galhos bracejando em sanefas de verdura, formam um bonito dossel em toda a largura da estrada (“Caminho do Mar”). É este o sítio das despedidas saudosas. Aqui vêm abraçar-se e jurar eterna amizade àqueles que se separam para, em opostas direções da estrada, seguirem depois e, quantas vezes na vida, um caminho e um destino também diverso.

A figueira ocupava um ponto estratégico em São Paulo no século XIX, pois marcava o limite da cidade, onde se encontravam as últimas casas e começava a estrada de terra que levava ao litoral, o Caminho do Mar. Até aquele ponto, os viajantes eram acompanhados em comitiva para as despedidas junto ao início da estrada e ali também eram decerto recepcionados os que retornavam a São Paulo. Conta-se que a árvore foi marco de despedida de expedições para a Guerra do Paraguai (1865 – 1870). Os familiares dos voluntários que partiam para a luta podiam acompanhá-los somente até a frondosa figueira. Com a construção da São Paulo Railway, em 1867, as viagens a cavalo ou carruagem pelo antigo Caminho do Mar foram lentamente

substituídas pelo trem e o local preferido para as despedidas e recepções tornou-se a plataforma da Estação da Luz. Aos poucos, a Árvore das Lágrimas foi perdendo seu significado emocional e simbólico. Até que, em 1909, o proprietário do terreno tentou derrubá-la. O jornal O Estado de São Paulo deu destaque ao fato, mobilizou a opinião pública e o terreno acabou sendo doado à municipalidade.

Quando percorro a Estrada das Lágrimas de ônibus e avisto a frondosa árvore de importância histórica o que chama a atenção é o seu abandono. O centenário muro com gradil que a cerca está completamente comprometido, devido à ação da raiz das duas árvores que se movimentam lentamente pelo solo. Boa parte do muro está solta, apenas encaixada e não vai ser preciso muito esforço para que ele venha a desabar para o lado da rua. Além do descaso do poder público que parece não ter interesse na preservação desse patrimônio histórico, há ainda um fator preocupante, pois a poucos metros dali, na mesma calçada, tem uma escola cujas crianças adoram ficar perto da árvore antes ou depois das aulas.

Assim, com o crescimento da cidade, o traçado do Caminho do Mar integrou-se à malha viária urbana, recebendo a denominação de Estrada das Lágrimas no trecho onde se ergue a figueira. Alheia à passagem do tempo, a árvore se integrou à nova paisagem e continua a guardar as chegadas e partidas cotidianas, agora dos carros, ônibus e caminhões que passam apressados.

A história vivida e narrada mostra a relação dos moradores com Heliópolis; uma marca dessa relação com os acontecimentos fica armazenada pela comunidade de diversas formas. Por exemplo, por meio da memória das histórias de seus primeiros moradores ou até mesmo das escolhas dos nomes das ruas, cujos significados têm relação com os acontecimentos vividos pelos próprios moradores.

A história resgatada pela memória oral dos moradores faz referência a fatos, momentos ou pessoas, como podemos observar nos nomes das ruas: a Rua da Mina ganhou esse nome devido à mina d'água que serviu de abastecimento para diversos moradores; Rua Paraíba, devido à origem dos primeiros moradores naquela área; ou Rua Heliópolis que é próxima ao Hospital Heliópolis. São ruas que demonstram significados e sentimentos construídos e desconstruídos coletivamente ao longo desses anos. A Rua União é o local onde aconteceram as primeiras reuniões de moradores. Outros nomes indicam desejos da comunidade, como a Rua da Paz e a Rua da Alegria. Há também os nomes que homenageiam lideranças como a Rua João Miranda, nome de uma liderança e ex-presidente da UNAS. A Rua Miguel Borges, liderança do núcleo Portuguesa, e a Rua Maria Ruth Sampaio, professora da FAUUSP, que deu

assessoria à comunidade. As curiosidades, também estão nos nomes dos logradouros, como a Rua do Flamengo, em homenagem ao Flamengo do Moinho Velho, time dos jogadores/moradores, campeão do primeiro Campeonato Varzeano da Cidade de São Paulo (1962), ou a Rua Capitão Joaquim Antônio Mariano, que aparece nos relatos dos moradores como um dos parentes do Senhor Geraldo Mariano, que se intitulava dono das terras. Estas ruas delimitam as glebas ou núcleos de Heliópolis que são referências no lugar e que, segundo Santos e Vogel (1985), “são limites de um determinado território e unidades de alto significado para quem sabe reconhece-las”.

Ainda sobre as experiências dos moradores destaco a fala de Régis¹⁹, que compartilhou comigo suas lembranças e vivências dentro de Heliópolis:

As primeiras famílias que vieram pra Heliópolis foram da favela da Vila Prudente, onde houve um incêndio enorme lá, e foram removidos pela prefeitura e instalados aqui num alojamento provisório. Esse alojamento existiu há uns 30 anos e agora acho que faz uns 3 ou 4 anos que eles tiraram esse alojamento e construíram esses apartamentos para as pessoas morarem. Eu sou dessa época onde aqui não tinha nada, água, energia elétrica e tal. Foi tudo construído pelos moradores daqui, a energia elétrica era gato, o pessoal puxava lá da Estrada das Lágrimas e trazia pra cá. Não chegava pra cá, porque eles consideravam que era área de risco, mas aí eles viram que tava crescendo muito e, posteriormente, eles começaram a colocar os postes e energia elétrica pro pessoal começar a morar. Então sou dessa época aí e minha família, todo mundo que veio pra cá, acabou se instalando em Heliópolis (...). Era uma época que a gente tinha vergonha de falar que era de Heliópolis, vergonha não, a gente tinha receio de falar. Porque quando eu ia pra escola eu colocava um saco pra chegar na escola e não encher de barro, pra chegar na escola limpo. E aí os nossos amigos da escola quando viam aquilo que eu morava aqui em Heliópolis começavam a chamar de pé de barro, favelado. Então a gente sofria muito preconceito e os nossos pais quando iam procurar emprego não podiam falar que era de Heliópolis, porque senão não conseguia a vaga, porque para os empresários quem morava em Heliópolis era vagabundo, marginal, bandido, né? Então essa época era muito difícil e eu construí toda a minha vida aqui em Heliópolis, consegui acompanhar toda essa transformação no Heliópolis que é hoje, mas antes de eu entrar aqui na UNAS eu tinha uma visão muito individual.

A UNAS é a organização da sociedade civil de maior atuação dentro de Heliópolis. Régis, como outros tantos moradores, carrega as lembranças de uma Heliópolis que foi se transformando ao longo do tempo. Transformação esta que está intimamente ligada à história da UNAS, em que lideranças comunitárias lutaram frente a frente com os grileiros para defender a sua casa, com o poder público para garantir o direito à moradia e contra a polícia nas ações

¹⁹ Régis é, atualmente, a liderança dos projetos voltados para a juventude na UNAS. Chegou em Heliópolis com cinco anos de idade – reside há 40 anos no local, é filho de pais pernambucanos e está terminando o curso de Serviço Social.

de despejo. Hoje, a UNAS ainda tem em sua composição pessoas que em 1971 foram alocadas naquele espaço público por ação da prefeitura, pessoas que invadiram as áreas públicas desocupadas, homens e mulheres que compraram seus lotes das mãos do próprio poder público, nesse caso do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), ou dos grileiros. Na década de 1970 e 1980, em cada gleba de Heliópolis os moradores foram se organizando, se encontrando em algum barraco à noite para fazer reuniões de moradores. Em 1982, segundo a Prof^a Maria Ruth e também de acordo com depoimento dos próprios protagonistas, foi criada uma Comissão de Moradores que correspondia às glebas da Mina, Flamengo, Viracopos, Lagoa, São Francisco, Portuguesa, Imperador, Heliópolis, Sacomã e PAM, ou seja, cada gleba tinha um representante. Existiam também mais duas associações, uma era a Associação de Moradores de Heliópolis e a outra o Grupo PAM, ou seja, 3 comissões de moradores.

CAPÍTULO 5 – INTERREGNO PARA APRESENTAR A METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa tem como base os pressupostos teórico-filosóficos-práticos da concepção materialista-histórica-dialética dos processos psicológicos desenvolvido por Vigotski (1999), que buscava elaborar, à semelhança de Marx, “o capital” da psicologia. Isso significa, segundo ele, compreender a subjetividade como totalidade que sintetiza de forma singular as contradições sociais, da qual é, também, produtora.

Dessa forma, para continuar a pesquisa encontrei nas reflexões de Silvia Lane (2012) aportes teóricos para a compreensão de que o sujeito encerra em sua totalidade o singular e o universal, constituídos a partir de suas relações com seus pares de iguais, por meio da intersubjetividade e das condições sócio-históricas nas quais encontra-se inserido. Processo que configura tensão entre criação e determinação.

Sawaia (2006) enfatiza que Vigotski também se preocupava em explicar a singularidade e a criação apesar da determinação social para superar as dicotomias que prejudicavam a psicologia de sua época: razão/emoção e mente/corpo. Preocupação que ele revela na admiração manifestada pela filosofia monista de Espinosa, explicitada na sua teoria das emoções. Em termos de psicologia, a superação das dicotomias permitiria considerar as instâncias do pensar, sentir e agir como uma totalidade psíquica. Dessa maneira, a pesquisa tem inspiração nas reflexões de Sawaia, que procura traduzir as ideias de Vigotski e de Espinosa na análise das emoções como fenômeno social, ao apontar a necessidade de integrar a dimensão da afetividade nos estudos acerca da exclusão social, por meio do conceito de sofrimento ético-político. Em síntese, trata-se de perspectiva teórica que questiona a abordagem naturalizante dos fenômenos psicológicos e da neutralidade do pesquisador.

A ênfase metodológica está na análise do fenômeno como processo e não estado; de um lado, para entender a subjetividade como totalidade histórico-social, de outro, para incorporar no processo da pesquisa a relação pesquisador /pesquisado, em lugar de escamoteá-la por meio do princípio da neutralidade científica. “Pesquisa implica em intervenção e acumulação de conhecimento” (LANE, 2012, p.47). Assim, a pesquisadora salienta que o problema da pesquisa é apenas por onde se começa o trabalho, podendo ser modificado ao longo do processo.

A pesquisa participante, metodologia utilizada nesta pesquisa, surgiu na década de 1960, no bojo da crítica à neutralidade da pesquisa. Orlando Fals Borda (1972), ao mencionar os princípios metodológicos a serem seguidos para a pesquisa participante, destaca a ciência modesta, tipo de pesquisa que não pode ser puramente militante, e técnicas dialogais (conversas, vínculos, participação do território) baseadas em duas ideias: a primeira, a de que a ciência deve ser realizada mesmo em situações insatisfatórias e primitivas, sem que isso signifique falta de ambição; a segunda, a de que o pesquisador deve aprender a ouvir discursos em diferentes sintaxes, romper com a assimetria das relações sociais; e a terceira, a ideia de incorporar pessoas por mais humildes que sejam como seres ativos e pensantes nos esforços de pesquisa. Vale ressaltar que princípios como o segundo e o terceiro mencionados não são privilégios dessa forma de pesquisa, mas o pesquisador colombiano foi um dos precursores em uma proposta metodológica que visasse o compromisso da pesquisa e evitasse ações puramente militantes.

Colocar a pesquisa a serviço da população alvo estudada, significa, que ela deve responder a alguma questão/problema/inquietação da mesma. A respeito disso, a presente pesquisa, tendo como principal objetivo analisar as afetações na configuração da subjetividade de jovens de Heliópolis que participam da UNAS e de projetos sociais financiados por empresas privadas, busca contribuir para que as atividades desenvolvidas pela instituição, sejam potencializadoras para os jovens. Nesse sentido ela sempre é uma práxis em que a pesquisadora se envolve como agente no processo, ao trazer a população para junto da pesquisa a partir de uma reflexão em conjunto sobre os resultados e os próximos passos.

Ainda sobre os objetivos é importante destacar que eles não são estáticos, pois a própria caminhada ao longo dos dois anos de mestrado, também, interferiu para que os objetivos iniciais sofressem modificações. Sobretudo, após a qualificação realizada no dia 7 de dezembro de 2016, onde houve contribuições da banca que apontaram para a necessidade de não dissociar o movimento militante da UNAS com os projetos, pois é importante olhar para as tensões entre o movimento social e as iniciativas privadas que investem nos projetos. Outra colocação da banca enfatizou o questionamento sobre o que se tem realizado a partir da denominação de pesquisa-participante, afinal, quais são os elementos do NEXIN sobre o que é a participação? E, pensando nisto, quais implicações este entendimento traz para o lugar de onde se fala como pesquisadora? Houve um momento em que se comentou sobre a importância da legitimidade para se falar de alguém, a respeito disso, no momento em que me proponho a falar destes jovens,

também devo assumir uma implicação ética em que, como pesquisadora, coloco-me a serviço do movimento social. Sobre isto, enfatizo a relação de confiança como um vínculo essencial que transcende a pesquisa na questão do compromisso ético, pois trata-se de um contínuo tomar conhecimento do papel de reconhecer e ser reconhecida como pesquisadora-psicóloga social.

Assim é de suma importância que a pesquisadora coloque suas ferramentas científicas a serviço dessa prática, assumindo a dupla postura de observadora crítica e de participante ativa.

A possibilidade de que um trabalho dessa natureza se realize é possível desde que haja uma certa cumplicidade em termos de ética e objetivo entre os sujeitos envolvidos neste processo. Outro risco é a da pesquisadora-participante se perder em meio das diversas afetações, experiências, informações e relações na qual se vê envolvida. Para tanto, nessa perspectiva, com a intenção de sistematizar as informações, utilizei no decorrer do trabalho procedimentos clássicos da pesquisa-participante, observação participante, entrevistas livres, entrevistas semi-estruturadas, visitas e participação nas atividades da UNAS, fotos e anotações no diário de campo e análise de documentos do projeto Jovens Alconscientes e da UNAS para compreender qual é o modelo de jovens que está implícito, qual a concepção de cidadania e qual a inclusão social de grupos e/ou pessoas economicamente menos favorecidas.

5.1. Da inserção no campo de pesquisa

Orientada por esses pressupostos, após quase dois anos desde o término de meu estágio na UNAS, volto para lá preocupada com o alerta de Silvia Lane (2012) de que é necessário um compromisso social, ou seja, uma psicologia voltada para o trabalho coletivo, consciência crítica e atenção permanente e comprometida às urgências e necessidades da população.

O primeiro movimento foi o de retomar o contato com a UNAS por meio do Régis. No dia 11 de outubro de 2015, depois de muita insistência e quase achar que o Régis²⁰ não queria conversar comigo, finalmente, consigo agendar uma conversa. Volto à UNAS com a sensação de alguém que regressa à casa sem nunca ter partido. Logo na entrada noto que a recepcionista não é mais a Alessandra. Desço as escadas até a sala do Alconscientes. Sinto que regresso a um lugar que nunca me deixou ir embora. Eis que estou de volta a Heliópolis, à UNAS, à sala do Alconsciente.

²⁰ Régis é a liderança da juventude na UNAS.

Encontro Régis jogando uma partida de futebol no videogame. Após os cumprimentos convencionais, puxo uma cadeira e sento-me perto dele à espera da nossa conversa. Nesse meio tempo reencontro as “caras” já conhecidas de três jovens que participaram comigo no período em que realizava o estágio em Psicologia Comunitária: Peter, André e Nina.

Após a espera de alguns minutos – que pareciam eternos – começo a conversar com Régis. Expliquei que queria voltar à UNAS com a intenção de uma continuidade do projeto que realizei no tempo em que estive por lá, em 2013²¹. Num primeiro momento tive a impressão que Régis me ouvia sem muito interesse, mas conforme fui explicando quais eram as ideias e sobre o que se tratava a atual pesquisa, ele começou a comentar e a dar sugestões sobre quais pessoas com quem eu poderia conversar para participar da pesquisa. Dos nomes²² sugeridos, destaco abaixo, os que participaram desta pesquisa:

Nina: Tem 26 anos, sempre morou em Heliópolis, reside com sua mãe. Faz parte da direção de juventude na UNAS; está na coordenação do projeto Facebook na Comunidade; atua diretamente na Secretaria da Juventude de São Paulo; estudante do curso de Publicidade e é militante da Juventude do Partido dos Trabalhadores. Começou a participar em projetos sociais com 16 anos.

Peter: Tem 25 anos, sempre morou em Heliópolis. Atualmente é educador no projeto Jovens Alconscientes e começou a participar de projetos sociais com 18 anos de idade.

Binho: Tem 23 anos, sempre morou em Heliópolis, reside com sua mãe e irmã. Faz parte de um coletivo chamado Gleba do Pêssego²³ e faz cursinho pré-vestibular. Começou a frequentar o Centro para Criança e Adolescente (CCA), projeto social da UNAS, com 9 anos de idade. Atualmente, não está mais envolvido com as atividades da UNAS.

Safra: Tem 18 anos, sempre morou em Heliópolis. É rapper, começou a frequentar o Centro para Criança e Adolescente (CCA), projeto social da UNAS, com seis anos de idade e, atualmente, atua como educador no mesmo local.

Além de indicar os jovens citados acima, Régis também, sugeriu que conversasse com o atual coordenador do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli. Além disso, consideramos

²¹ Ano em que realizei o estágio em Psicologia Comunitária no último ano da graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

²² Todos os nomes são fictícios com a finalidade de preservar o sigilo em pesquisa.

²³ Coletivo de realizadores audiovisuais que busca representar vivências de grupos oprimidos e de pessoas fora dos padrões normativos impostos pela sociedade através do olhar de jovens vindos das periferias da Grande São Paulo e membros da sigla LGBT, em sua maioria.

importante incluir a visão dos familiares dos jovens e a visão de um jovem que foi participante da UNAS, mas que, atualmente, não participa mais dos projetos sociais.

Ao final da conversa, enfatizei para Régis a importância de que a pesquisa não beneficiasse apenas a pesquisadora. Para tanto, mencionei que estaria disponível para contribuir com a demanda que pudesse surgir ao longo da minha inserção no campo. Imediatamente, Régis convidou-me a participar das reuniões do Fórum de Jovens que ocorreram mensalmente na primeira quarta do mês. Aceitei o convite que resultou em minha participação na organização do evento que foi realizado em agosto/2016 chamado “Chega Aí” com o objetivo de criar espaço de lazer, cultura e debate para os jovens moradores de Heliópolis e Região.

Nesse processo, muitos foram os encontros e vivências que compuseram as pistas, rastros, vestígios do caminho que se percorreu até o momento que apresento esta dissertação como proposta de discussão. O trabalho acadêmico nos exige um olhar atento para a complexidade do tema estudado, ao mesmo tempo em que solicita a definição de uma pergunta, de um recorte no qual se deve debruçar e analisar. Depois de mais de um ano de ida a campo desde o começo do mestrado, inicia-se um contínuo movimento de retornar ao que foi vivido para então esboçar um ponto específico de análise e exposição. Retorno que implica em reconhecer as minhas próprias mudanças, antes no lugar de estagiária, e agora no lugar de mestranda e, ao mesmo tempo, a permanência do lugar de onde falo: de uma Psicologia Social (Comunitária) Crítica. Trata-se, portanto, de um trabalho de construção de, no processo de voltar aos registros/acontecimentos, tecer discussões alinhadas à experiência, ao que se pode constatar e ao que as vozes que se buscou ouvir disseram nas tramas da experiência.

Ao mesmo tempo em que participava das atividades no Fórum da Juventude, Evento Chega Aí, Caminhada da Paz e Roda de Conversa na ABRAPSO, realizei sete entrevistas semi-estruturadas norteadas por um roteiro de entrevista (vide anexo), conversas livres/informais, observação participante, participação no território (registro em gravação de áudio) e anotações no diário de campo. Esses métodos foram escolhidos com o intuito de conhecer/compreender como os jovens vivenciam a participação em projetos sociais. Como material resultante da pesquisa estão as transcrições de todas as entrevistas; fotografias tiradas no campo de pesquisa; gravações em áudio e diário de campo com anotações de impressões e vivências do trabalho.

Ao final, propus um grande encontro de fechamento do campo de pesquisa, com os jovens no espaço do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli, tendo como objetivos uma construção em conjunto dos dados de análise a partir da construção de cenas e uma devolutiva por meio das falas das entrevistas que foram realizadas. Sobre o encontro alguns sentimentos se fizeram presentes: a frustração com a dificuldade em conciliar uma agenda possível a partir dos horários dos jovens culminou com a aproximação, cada vez mais, do prazo final da entrega desta dissertação. A angústia, neste momento, foi inevitável, os horários não batiam e cada vez sentia o tempo “apertando”. Pensava comigo mesma, *quanto mais tempo eu levar para fazer esse encontro, menos tempo eu terei para a hora da análise.... Não, não posso me sentir tão pressionada. Esse encontro será importante, vou fazê-lo independente do tempo que tenha para a escrita, é um momento importante, não vou abrir mão*. Permeado por essas emoções, o encontro ocorreu no dia 21/06/2017 com a participação da Nina, do Binho e do Safra.

A escolha pelo encontro deu-se na contramão do que havia planejado, anteriormente, que era o grupo focal, optei por um encontro que pudesse garantir um espaço menos formal e mais lúdico, dividido em dois momentos. Num primeiro momento, por meio da produção de imagens em cartolinas com recortes e colagens de revistas, giz de cera, canetinhas e lápis de cores; e num segundo momento, com diversas frases retiradas de todas as entrevistas que realizei. As frases não tiveram identificação e seguiram os seguintes critérios para seleção: conteúdos comuns a todas as entrevistas e conteúdos que considere importantes, mas que não foram aprofundados. Opção acertada, conforme demonstram as informações dos dados levantados nessa atividade.

Antes de iniciar a atividade, nos sentamos em círculo e expliquei quais seriam os dois momentos do encontro. Também, avisei que havia trazido videoclipes²⁴ para que fizéssemos um aquecimento inicial. A escolha dos videoclipes buscou músicas que trouxessem a temática da juventude no entrecruzamento com a desigualdade social.

As conversas foram registradas com o consentimento dos jovens do grupo, por meio de gravadores e anotações, a fim fazer uma análise mais profunda dos discursos emergentes. Por fim, o encontro ofertou um momento extremamente importante para o surgimento de categorias de análise e elaboração das considerações finais.

²⁴ Primeiro videoclipe “Não é sério” do Charlie Brown Júnior e segunda videoclipe “Não há paz” da rapper Dina Di.

Essa riqueza de procedimentos traz uma questão: Como analisar a imensidão de dados gerados pela pesquisa participante, desde 2015 até 2017? A estratégia usada foi a de realizar dois tipos de análise e imbricá-las ao final: 1) análise de campo (diário de campo, entrevistas, conversas e ações realizadas), buscando identificar e analisar acontecimentos²⁵ que revelam mais explicitamente significados para pensar o problema da pesquisa e 2) análise do conteúdo de documentos para compreender qual concepção de jovem presente nos discursos das empresas e da UNAS. Com relação a empresa foi selecionada, como já dito, a AMBEV.

5.2. Questões éticas

Como a pesquisa está inserida dentro da academia ela precisa responder as exigências do CONEP. Quanto à ética na pesquisa proposta, após permissão para a realização do estudo concedida pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP, foi solicitado a cada participante do projeto J.A. e aos entrevistados sua permissão formal mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde, a qual se refere às diretrizes de pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil. Dessa forma, garante-se que a pesquisa seguirá os princípios básicos de autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, descritos na referida resolução. Será também utilizado como norte, a Resolução 16/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que estabelece como obrigação do psicólogo a responsabilidade pela pesquisa em avaliar os riscos envolvidos tanto pelos procedimentos como pela divulgação dos resultados, para proteger os participantes e as comunidades às quais pertencam.

²⁵ Acontecimento é o que força o pensar e altera forma de agir, oferecendo a “possibilidade do impossível”, afirma Badiou (2010, p. 23).

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS DISCURSOS INSTITUCIONAIS: AMBEV E UNAS

Nesse capítulo buscou-se analisar dois discursos institucionais: o empresarial (AMBEV) e comunitário (UNAS).

6.1. Discurso empresarial

A Ambev iniciou sua atuação em Heliópolis em 2003 com o lançamento do Programa Ambev de Consumo Responsável, que teve como objetivo, conforme a empresa aponta em seu site²⁶, evitar o uso de bebidas alcóolicas por menores de 18 anos, o uso excessivo do álcool e a ingestão de álcool na direção de veículos. A companhia está alinhada com a Organização Mundial de Saúde, que definiu essas três prioridades para nortear as ações de combate ao uso indevido de bebidas.

O site ainda informa que um importante exemplo da eficiência do esforço conjunto pela prevenção do consumo por menores de 18 anos é a ação em rede Na Responsa!. Por meio da cultura, do esporte e do lazer, o projeto tem o objetivo de formar uma juventude mais saudável e consciente. O programa da Ambev atua em parceria com 22 ONGs de quatro Estados brasileiros – São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul –, para conscientizar famílias e jovens menores de 18 anos em comunidades de baixa renda. Desde 2010, o Na Responsa! já impactou mais de 22 mil jovens, capacitou sete mil líderes comunitários e educadores e reuniu mais de 158 mil pessoas em eventos e programas de conscientização. Todas as ONGs desenvolvem atividades com os jovens de suas comunidades, além de mobilizar comerciantes locais. Os projetos são acompanhados de perto pela Ambev, que ajuda no desenvolvimento, dando suporte e organizando workshops para que as instituições compartilhem experiências e melhores práticas. Para citar mais um exemplo, a Ambev também promove o Bar de Responsa, uma ampla plataforma de treinamento sobre consumo inteligente para profissionais que servem e vendem bebidas alcoólicas em bares, restaurantes e eventos. O objetivo é que essas pessoas transformem a venda responsável de bebidas em um compromisso pessoal e que repliquem esse conhecimento, tornando-se embaixadoras dessa causa. O material didático foi criado e adaptado

²⁶ <http://www.ambev.com.br>

pela Ambev, com colaboração de professores do Centro Paula Souza, do Governo do Estado de São Paulo. Atualmente, mais 350 mil pessoas em todo o país já passaram pelo treinamento.

A Ambev com o programa Na Resposta tem parceria com a UNAS desde 2010 por meio de um projeto denominado de Jovens Alconscientes que consiste em um conjunto de ações que tem como objetivo a prevenção do uso indevido do álcool dentro de Heliópolis. Para os “Jovens Alconscientes”, 20 adolescentes da comunidade ganharam capacitação e executam diversas iniciativas na região. Em dois anos de atividades, o projeto desenvolve ações e diversos eventos no bairro. Entre eles, a Balada Helipa Night, Festival Helipa Music, Revista Virtual e Exposição Fotográfica intitulada: “Helipa como você nunca viu”, programa semanal na Rádio Heliópolis, Blitz Jovens Alconscientes em bares sobre a prevenção do uso indevido do álcool e produção de informativos sobre álcool e TV Alconscientes. Como reconhecimento, as ações dos Jovens Alconscientes ganharam destaque em diversos programas de TV, rádio e jornais de São Paulo e todo Brasil, como: Jornal da Band, Brasil Urgente, Programa da Hebe, Manos e Minas, Folha de São Paulo, Diário de São Paulo e rádio CBN.

Para ir além das apresentações formais, descritas acima, a presente análise optou em aprofundar a reflexão sobre o projeto Jovens Alconscientes utilizando o material fornecido por Régis que são: relatório final qualitativo (período de 2012 a 2013), relatório quantitativo trimestral (ano 2012) e avaliação (ano 2013). Além disso, também, nos utilizaremos de materiais produzidos pelos Jovens Alconscientes, tais como revistas, vídeos e publicações em mídias sociais. Esta opção se deve a consideração de que os relatórios devem responder aos objetivos da financiadora.

No relatório quantitativo de 2012 é possível encontrar um arquivo de tabela com cronogramas e a divisão nos seguintes períodos: setembro; outubro a dezembro; janeiro a março; abril a junho e julho a agosto. Todos os dados contêm como título: “Inibir o uso de álcool em jovens menores de 18 anos”. Abaixo uma tabela simplificada com os resultados numéricos:

DADOS DA TURMA DE 2012 (JOVENS ALCONSCIENTES)	
Atividade	Quantidade / Público
Balada Black	9 baladas / 9.000 jovens
Festival Helipa Music	1 festival / 600 jovens
Programa de Rádio	24 programas / 48.000 ouvintes
Game de Resposta	1 CCA Mina / 60 crianças
Blitz Heliópolis	10 Blitz Heliópolis / 4.000 pessoas

Os analistas das agências de financiamento para projetos sociais têm outra perspectiva. Geralmente eles são executivos de grandes empresas, de quem se requer, justamente, a eficiência técnica. Nesse sentido, eles têm que saber o que é bom, o que é ruim, o que é certo, o que é errado. E, por isso, também eles querem uma resposta de eficiência do projeto social que está sendo avaliado. É claro que nesse ponto existe um conflito de posturas intelectuais e ideológicas. Na UNAS que recebe o projeto social, a postura é a da busca por melhores condições sociais. Já o executivo quer conhecer a avaliação dos resultados do projeto que sua empresa está financiando, tem uma postura que busca corresponder às expectativas da empresa que ele representa. Ele quer a prestação de contas, quer conhecer os dados numéricos, as porcentagens, as relações, quer a transformação de todos esses dados em gráficos, que saber as decodificações desses dados. Em outras palavras, ele quer medidas objetivas e uma justificativa muito boa envolvendo todos esses argumentos objetivamente calculados. Várias fontes de financiamento são fundações empresariais, que têm essa visão de eficiência: o que eles querem mesmo são os números. É o chamado “produto” (TASSARA, 2002).

No relatório final qualitativo para a Ambev do período de setembro de 2012 a setembro de 2013 identificou-se o seguinte conteúdo

O projeto Jovens Alconscientes nessa edição contou com a participação de 20 jovens atendidos diretamente através das oficinas e ações desenvolvidas pelo projeto. Com os jovens remanescentes da turma anterior conseguimos unir a experiência com a disposição da nova turma e essa junção possibilitou ao grupo um maior envolvimento nas atividades proporcionando aos moradores obterem informações que possibilitem a promoção de práticas saudáveis no seu dia-a-dia. Uma ferramenta eficiente para a promoção de práticas saudáveis são as oficinas que desenvolvem um papel fundamental no processo de formação e preparação dos jovens, pois, além de trabalhar através de várias ferramentas que estão no cotidiano da comunidade como as redes sociais, rádio, revistas etc., também possibilita ao grupo aprimorar seus conhecimentos sobre o uso do álcool e as consequências no organismo quando não usado adequadamente. As oficinas possibilitaram a produção de uma revista contendo o perfil de cada participante, além de um relato das ações e produções promovidas pelos jovens durante o projeto.

Assim, ao longo do material, as oficinas são descritas como possibilidade para instrumentalizar os jovens para a criação de peças e campanhas que contribuem para a introdução do tema na comunidade e orientação sobre o consumo responsável. Além de preparar os jovens para a realização de atividades diretas com o público como, por exemplo, a Balada Helipa Night, Blitz Heliópolis, Programa de Rádio, Festival Helipa Music e Dia de Resposta. Por meio das oficinas, o projeto J.A. tem o objetivo de mostrar para os jovens os

desafios para organização de ações com foco na população em geral e aos públicos específicos (jovens, donos de bares, família, educadores e escola) possibilitando aos jovens participar de todas as etapas dessas atividades desempenhadas pelo projeto, desde a criação até sua execução.

O relatório final ainda informa que

Esse processo tem se mostrado muito eficaz, pois quando os jovens se apropriam, eles mesmos criam alternativas para alcançar o sucesso das ações praticadas pela equipe e, também, procuram melhorar as ações após avaliação em grupo das tarefas e do evento. O maior resultado alcançado foi o engajamento dos jovens nas ações do projeto, pois os jovens acabam se tornando referência e, com isso, conseguem replicar seus conhecimentos aos seus amigos, familiares e vizinhos.

Ainda sobre o relatório qualitativo da Ambev, o mesmo é composto por diversas perguntas que foram respondidas pela coordenação do projeto J.A. Nessas perguntas foi possível identificar que há uma preocupação das empresas em verificar se os projetos sociais serviram para diminuir o que foi chamado em algumas das perguntas de “risco dos jovens”. Uso do termo “risco” é importante de ser analisado, pois, como já foi trazido ao longo do referencial teórico, há uma grande precipitação preconceituosa em fazer a equação juventude pobre igual a risco de criminalidade, pois não se discute as marcas das desigualdades sociais trazidas pelo medo por parte de determinado seguimento social e econômico em relação ao tal do ‘risco’ que a juventude da periferia ofereceria para a sociedade. Conforme afirma Novaes (2006) não se leva em conta as experiências da grande maioria de jovens pobres e moradores das áreas carentes. Ainda a respeito disso, pode-se entender que modelos discursivos presentes nos projetos sociais, de ideias do jovem como cidadão, “bom menino”, jovem empreendedor ou até mesmo a ênfase dada no “protagonismo juvenil” reforçam o que foi mostrado pela literatura, de que a segurança pública é um requisito essencial, ou seja, falar em políticas públicas para a juventude é também falar em combate à violência e à corrupção policial e em respeito à cidadania e aos direitos humanos.

Outro termo identificado nos relatórios foi “empoderamento”. Baquero (2012) nos alerta sobre a inexistência da palavra “empoderamento” em dicionários brasileiros recentes e a diversidade de sentidos atribuídos que indicam seu caráter polissêmico e complexo.- Embora historicamente o empoderamento esteja associado a formas alternativas de se trabalhar as realidades sociais, suporte mútuo, formas cooperativas, formas de democracia participativa, autogestão e movimentos sociais autônomos, tendo sido a palavra incorporada ao discurso do

desenvolvimento alternativo, ocorreu, segundo progressistas, uma apropriação “indevida” do termo pelo neoliberalismo. Empoderar se constitui, hoje, na agenda de vários bancos de desenvolvimento, especialmente do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Documentos são produzidos e divulgados por tais agências a respeito da relação entre empoderamento e redução da pobreza e desenvolvimento, bem como, apoiado projetos com vistas ao empoderamento de sujeitos e comunidades.

Com relação às respostas que foram dadas ao longo da entrevista, quando o entrevistador perguntou sobre o como o entrevistado avalia a parceria entre a empresa e a UNAS, o discurso da “promoção de práticas para o bem-estar”, ressaltamos o alerta de Baudrillard (1970) ao enfatizar que

A "Revolução do Bem-Estar" é a herdeira, a testamentária da Revolução Burguesa ou simplesmente de toda a revolução que erige em princípio a igualdade dos homens [...]. O princípio democrático, entretanto, acha-se [...] transferido de uma igualdade real, das capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objeto e outros signos evidentes do êxito social e da felicidade (BAUDRILLARD, 1970, p.48).

Nessa perspectiva cabe a reflexão para além da excessiva publicização do "bem estar" – numa sociedade que se apresenta tão "plural", "diversa", e "dadivosa" (BAUDRILLARD, 1970) em suas apresentações midiáticas – em que sítios estariam alocados o controle, a dominação, o auto sacrifício e a exclusão social, enfim, o sofrimento psíquico, reveladores do atual "mal-estar"? Ressalta-se que esta sociedade se "oferta" igualmente, mas não igualitariamente, através de seus bens de consumo, espaços de entretenimentos, estilos de vida, formas exemplares de ser, sentir e amar; que formam o (mal)dito “bem -estar”.

6.2. UNAS e formação dos jovens

A UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região é uma entidade sem fins lucrativos decretada de Utilidade Pública Federal Surgiu em meados dos anos 1980, enquanto comissão de moradores da favela de Heliópolis que lutavam pelo direito à moradia e posse da terra. Segue trecho retirado do site da UNAS²⁷

²⁷ Link disponível em: <https://www.unas.org.br/sobre-nos>.

Em nosso trabalho acreditamos na pessoa como sujeito de direitos independente da idade, fortalecendo sua autonomia para a efetivação da cidadania, assim procurando quebrar as paredes invisíveis que separam as periferias dos outros bairros da cidade. Para tal efeito buscamos parcerias com o poder público, privado e organizações sociais garantindo o suporte à implementação de projetos, programas e serviços de forma abrangente nas áreas de educação, saúde, moradia, cultura, esporte, assistência social, empreendedorismo, mulheres, juventude e LGBT, com base nos tratados de direitos humanos, impactando mais de 12 mil pessoas diretamente por mês, por meio de 50 projetos sociais. Nosso trabalho é legítimo e atende de fato as necessidades da população de Heliópolis e Região, pois temos em nossa história e em nossa estrutura atual lideranças e pessoas que vivem aqui e entendem a fundo o que é preciso desenvolver (UNAS, 2017).

Em seu site a UNAS destaca como objetivo a contribuição para organizar os moradores por meio da mobilização social e ações de parceria, com o intuito de melhorar a qualidade de vida, superar a pobreza e miséria, promover a cidadania e a inclusão social. Ao longo da realização da pesquisa surgiu a necessidade de entender melhor a relação que a UNAS estabelece com a juventude devido à sua forte influência como mediadora dos projetos sociais para os jovens. Na tentativa de apresentar a visão da UNAS sobre os jovens, utilizou-se das conversas com o coordenador do J.A. e representante do eixo da juventude (Régis); anotações sobre a participação em reunião realizada com outros membros e lideranças da associação e observações registradas em diário de campo.

Na reunião que foi realizada na sede da UNAS no dia 20/07/2016 alguns discursos me chamaram à atenção, como por exemplo, quando Régis afirmou que

Uma coisa que a UNAS sempre pregou muito nos movimentos é a questão da participação popular, da gente estar presente nos Conselhos, presente nas ações que envolvem políticas públicas, que envolve o Fórum da Juventude. Quando a gente começou pensava em criar projetos para a juventude, mas a ideia do fórum é ir muito além disso. Também tem essa proposta de pegar os editais, capacitar eles para escreverem os projetos, né? Mas isso é um dos objetivos, o objetivo principal é reunir esses jovens, formar esses jovens para participar.

Neste ponto é indiscutível a influência que a UNAS exerce sobre a formação dos jovens. Para olhar mais atentamente para esta dinâmica consideramos o papel de Régis (liderança da juventude) e de Genésia (membra da executiva e diretoria da UNAS) de suma importância.

Então hoje eu estou na UNAS responsável pelo eixo da juventude, então acompanho todos os projetos voltados pra juventude da UNAS e da comunidade; estou como coordenador do projeto Jovens Alconscientes e, também, sou um dos diretores da rádio comunitária Heliópolis. E, então através dessas atribuições organizar e articular, tentar manter esses eixos unidos com formação, sabe? Unilateral entre eles, com trocas de informações e experiências pra que de fato a gente consiga criar uma unidade e

através dela trazer a transformação. Eu sei que tenho uma responsabilidade enorme tô responsável pelo eixo da juventude que é o futuro da nossa comunidade, né? A instituição UNAS que é onde tem a maior força da comunidade e com o eixo da juventude é uma responsabilidade enorme. E outra coisa que eu tenho uma preocupação é na continuidade desse processo (Régis, 40 anos, liderança dos projetos voltados para a juventude na UNAS).

Porque a juventude com a gente é prioridade e a gente vem discutindo na organização como a gente fortalece o trabalho da juventude, como a gente traz a juventude pra dentro da diretoria. A gente entende que a juventude é quem vai dar sequência para o que nós acreditamos, né? (Genésia, 59 anos, uma das fundadoras da instituição e atual membra da diretoria e executiva da UNAS).

Ambos os discursos, vindo do representante da Juventude e da diretoria da UNAS, nos ofereceu elementos importantes para pensar a visão que a instituição tem de seus jovens como o futuro da comunidade de Heliópolis – um jovem que estuda e participa –, bem como mostrou a preocupação da UNAS com a continuidade de seu processo.

A respeito das lutas por reivindicação dos direitos que fazem parte da história da instituição, Genésia fez um lembrete: “gente, olha quanta coisa que dentro de poucos anos conseguimos. Por quê? Porque nós somamos forças com as pessoas que estavam com vontade de lutar e modificamos dentro da questão do direito delas e da comunidade”. Além disso, lembrou o quanto os comportamentos individualistas que mantemos na relação com nossos próprios desejos torna difícil pensar o coletivo na prática cotidiana. “O planejamento na missão da UNAS foi justamente feito pra mexer, provocar os professores, provocar todo mundo. A missão da UNAS é provocar pra gente pensar a todo momento o que nós precisamos mudar pra poder melhorar.” Sobre essa ênfase que a UNAS dá para a relação que vai na direção oposta ao individualismo, Sawaia (2014) nos ajuda a pensar por meio das obras de Marx a possibilidade de emancipação humana conquistada quando o homem individual se converte em ser genérico em suas relações cotidianas, ou seja, quando o ponto de vista do indivíduo singular é o ponto de vista do comum.

"A potência comum é mais poderosa do que o *conatus* individual" (*Tratado político*, cap. II, §13). Por isso Espinosa afirma que "nada é mais útil ao homem do que o outro homem" (*Ética* IV, prop. 35, corol. I) e que é esse desejo do útil comum que está na base da criação da sociedade. Ele se contrapõe a Hobbes, defendendo que a sociedade nasce do consenso de que a constituição de um comum possibilita a fortalecimento do *conatus* de cada um (*Tratado político*, cap. II e V). Seguindo essa reflexão Sawaia (2014) enfatiza a ideia de Espinosa para pensar a defesa da democracia como único *estado com aptidão para produzir um mundo*

comum, pela operatividade de um Direito comum de potencializar a vida, pois é regime em que a potência coletiva não está cristalizada em um indivíduo ou grupo particular, mas que permanece nas mãos do comum (comunidade).

Aqui se tem a indicação de outra ideia reguladora da ação política ativa – *o comum*. A resistência ativa contra a dominação só pode existir na potência do comum e não no individualismo, pois, quando os homens agem em comum, descobrem que sua força para existir e agir aumenta. Cabe um alerta: essas reflexões de Espinosa não podem ser interpretadas, no plano da práxis transformadora, como se o psicólogo social devesse assumir como sua tarefa a indução da ética do comum pela conscientização. Na concepção desse autor, a ética do comum não é uma finalidade, mas desejo, mesmo porque somos uma força sem finalismo – sem o para que serve –, o que significa que não é a falta que nos move. Falta não é essencial, como em Freud e Lacan; para Espinosa, a falta é imaginária (SAWAIA, 2014).

Outra relação importante de ser observada é a posição da UNAS frente às parcerias com os financiamentos privados. Houve durante a reunião a discussão sobre a dificuldade que a UNAS tem de ampliar os projetos para outras regiões além de Heliópolis. “Tem uma dificuldade, a gente não consegue implantar o coletivo Coca-Cola²⁸ lá (Parque Bristol) porque depende do parceiro”. Ainda que haja vontade da diretoria de levar os financiamentos para outras regiões há a dificuldade em conseguir parceiros que se interessem. Nesse ponto, Sawaia (2012) contribui para a compreensão de que quando as forças externas bloqueiam esse desejo de expansão, o sofrimento gerado é *ético-político*, "o sofrimento de uma vontade de potência negativa" (DELEUZE, citado por HARDT, 1996, p. 94), pela experiência da perda da autonomia de meu corpo e minha alma, o que significa re-atividade e não resistência. A resistência e esforço para conservar a liberdade, como uma resistência ativa que é um sim à vida.

A fala de Genésia sintetiza a proposta da UNAS para os jovens ao dizer que

Pra nós quando estamos falando da concepção de juventude tem essa coisa mesmo de ir atrás de projeto, é claro que tem, mas esse é o meio não é o fim. Porque o que é mais importante é essa mobilização da juventude a participação que nós temos hoje dos jovens que estão no Conselho da Juventude, se participou da Conferência da

²⁸ Coletivo Coca-Cola em parceria com a UNAS desenvolve ações voltadas para jovens na inserção de seu primeiro emprego.

Juventude, ter espaço de discussão no PT, e a gente tem jovem que foi lá (Genésia, 59 anos, uma das fundadoras da instituição e atual membra da diretoria e executiva da UNAS).

[...] é um dos trabalhos que a gente sempre teve muita dificuldade que é esse trabalho com os adolescentes. Nas políticas públicas há uma grande negação das políticas públicas para essa faixa etária de idade, aqui a gente conseguiu fortalecer por conta dos projetos que a gente conseguiu a duras penas, porque essa faixa etária de idade eles precisam sobreviver, porque eles precisam trabalhar, tem que ter alguma coisa. E, isso não quer dizer que aqui mesmo em Heliópolis nós fomos tão autorizados, tá? Isso não é verdade! A gente buscando a todo momento aos poderes públicas, as iniciativas privadas para em todo momento fazer esse investimento em nossos pré-adolescentes. E a gente se fortaleceu nesse projeto do Alconscientes que eu acho isso a gente fez e está claro. Não é tão simples assim você conseguir parceria para essa faixa etária de idade, é muito difícil então a gente precisa entender e perceber isso, que precisa ser discutido (Genésia, 59 anos, uma das fundadoras da instituição e atual membra da diretoria e executiva da UNAS).

A compreensão de que a participação dos jovens em projetos sociais, mediados pela UNAS, amplia a atuação para outros espaços políticos (Conselho da Juventude, Conferência da Juventude), deve-se em parte, também ao fortalecimento da UNAS na prática de um projeto político pedagógico de Bairro Educador, além de autonomia na gestão dos projetos.

Então, vamos pra realidade, primeiro é essa nossa ambição que a gente tem que trazer eles pra vida e não pra morte [...]. Uma coisa é a gente falar para o jovem, de tanto que ele já ouviu da família, acho que ele já tá de saco cheio de tanto que a gente fala. Entendeu? Porque não é isso que eles querem, eles querem ver, eles querem sentir, eles querem acreditar. Eles vivem numa sociedade enganosa e ele sabe disso com seis anos, sete anos ele vive numa sociedade enganosa onde são negados os direitos a eles. Então, o que acontece a esses meninos eles querem acreditar, se empoderar, então, a gente tem que propor coisas, não adianta a gente propor coisas pra eles que eles não sintam o prazer, tá entendendo? É acreditar na proposta de trabalho, caso contrário não adianta. Por que tá toda essa tecnologia aqui implantada? Aqui no Heliópolis, há quarenta anos a gente tem feito essa luta pra conseguir tudo isso, naquela época, Heliópolis estava se organizando em torno da questão da moradia aqui, na região tinha um grupo que participava junto, mas que depois foi embora, largou. É essa a história da região, então, o que acontece aqui a gente continuou. A gente não se vendeu pra ninguém, a gente continuou acreditando no outro e nas pessoas, no empoderamento do outro e conseguimos lutar para os direitos das coisas e das nossas necessidades (Genésia, 59 anos, uma das fundadoras da instituição e atual membra da diretoria e executiva da UNAS).

6.3. UNAS e Bairro Educador

Ao entrar na questão da educação, para que seja possível a compreensão do sentido que a mesma significou e significa para os jovens que participaram desta pesquisa, é de sua importância começar pelo entendimento do que a UNAS denomina de Bairro Educador. Neste

processo educativo que se desenvolve em Heliópolis - ênfase mais de conquistas e parcerias do que de favores governamentais –, as lideranças comunitárias locais constituíram novas referências simbólicas e práticas de atuação em sua territorialidade, inovaram nas formas de ação e de relacionamento políticos e em inéditas propostas de reforma urbana e de uma visão mais integrada das dimensões político-pedagógicas da cultura e da educação.

O Bairro Educador pode ser entendido como desenvolvimento de uma política educativa em Heliópolis que teve como parceira fundamental a EMEF Presidente Campos Salles²⁹, escola da região que, desde 1995, articula-se com as lideranças locais para transformar-se em centro de luta pela efetivação de direitos. Nela não há aulas nem salas de aula, mas amplos salões onde grupos de estudantes trabalham juntos no desenvolvimento de roteiros de pesquisa. A metodologia da Escola da Ponte inspirou os primeiros passos da construção metodológica da escola, na perspectiva da criação de espaços e tempos que valorizem a convivência democrática de todos os atores envolvidos nos processos de aprendizagem. Os professores trabalham em parceria e rompem o isolamento tradicional da sala de aula que caracteriza a maioria das escolas existentes.

A escola EMEF Presidente Campos Salles tem como projeto político-pedagógico 5 princípios:

- 1) Tudo passa pela Educação: políticas públicas perpassam questões educacionais e a escola é uma instância importantíssima onde a educação ocorre;
- 2) A escola é um centro de liderança na comunidade e busca trabalhar articuladamente com as lideranças locais constituídas;
- 3) Os processos educacionais devem considerar a autonomia como elemento central;
- 4) A autonomia necessariamente requer responsabilidade dos sujeitos;
- 5) A solidariedade é o conceito que gera significados a todos os princípios anteriores.

Há dezenove anos a EMEF Presidente Campos Salles se articula com a UNAS, e juntas promovem anualmente a Caminhada pela Paz, evento que agrega outras escolas e equipamentos sociais da localidade e milhares de pessoas que saem em marcha pelas ruas e vielas de

²⁹ A EMEF Presidente Campos Salles, inaugurada em 1957, conta atualmente com 3 salas de orientação de roteiros, uma de leitura, uma de vídeo e uma de apoio pedagógico; 4 salões de estudos; laboratório de informática e quadra. Funciona em três períodos e atende a 1.400 alunos.

Heliópolis para difundir os valores elaborados pelos atores sociais da região em torno da construção de uma cultura da paz. Ao longo dessa trajetória, a relação entre escola e movimento social se fortaleceu e, em 2005, a UNAS incorporou ao seu estatuto os cinco princípios norteadores da EMEF. Atualmente, todos os projetos administrados pela UNAS – Centros da Criança e do Adolescente e Centros de Educação Infantil, entre outros – oferecem atendimentos à população de Heliópolis com base nesses cinco princípios. A relação entre escola e movimento social, estabelecida em torno da ampliação de espaços e tempos de educar, permitiu propor ao poder público municipal a construção de um Centro de Convivência nas imediações da escola, resultando na construção de um polo educacional e cultural na região. Tal relação modificou tanto a escola quanto o movimento, porque a partir de uma relação muito próxima ambos passaram a trabalhar juntos na luta por políticas públicas que buscam o desenvolvimento comunitário ancorado na educação de qualidade social como direito inalienável e fator indispensável de humanização. Atualmente, o Centro elabora e desenvolve projetos educacionais e culturais por meio de uma gestão compartilhada entre municipalidade e lideranças locais, com o intuito de transformar Heliópolis em um Bairro Educador. Um dos elementos do pensamento e da prática pedagógicas que anima essa experiência educativa é justamente o fato de se vislumbrar em Heliópolis, como fundamento da implantação do Bairro Educador, as concepções de educação integral e cidade educadora, consolidando uma proposta pedagógica que considera arquitetura escolar e patrimônio construído da cidade, gestão democrática e foco na autonomia do educando como princípios fundantes de sua proposta político pedagógica.

Na história do Bairro Educador é possível perceber quais são as normativas de desenvolvimento e concepções sobre a adolescência e juventude trazida pela UNAS, conforme salientamos acima, entendida por nós como uma importante mediadora dos jovens.

De maneira brilhante, Vigotski (1998/2008) estendeu o conceito de mediação na interação homem-ambiente pelo uso de instrumentos, ao uso de signos. Os sistemas de signos (a linguagem, a escrita, o sistema de números), assim como o sistema de instrumentos, são criados pelas sociedades ao longo do curso da história humana e mudam a forma social e o nível de seu desenvolvimento cultural. O psicólogo bielo-russo acreditava que a internalização dos sistemas de signos produzidos culturalmente provoca transformações comportamentais e estabelece um elo de ligação entre as formas iniciais e tardias do desenvolvimento individual.

Assim na melhor tradição de Marx e Engels, os mecanismos psicológicos ao longo do desenvolvimento têm sua raiz na sociedade e na cultura.

A UNAS entende que a formação do jovem não se faz na militância, mas na educação e apresenta uma concepção de educação próxima a de Vigotski. Como dito acima: eles estabelecem a relação entre escola e movimento social, formada em torno da ampliação de espaços de educar, o que permitiu propor ao poder público municipal a construção de um Centro de Convivência nas imediações da escola, resultando na construção de um Centro de Educação Unificado na região. Tal relação modificou tanto a escola quanto o movimento, porque a partir de uma relação muito próxima, ambos, passaram a trabalhar na luta por políticas públicas.

CAPÍTULO 7 – ANÁLISE DO VIVIDO: JOVENS E ACONTECIMENTOS

Nina, Safra, Peter e Binho são jovens que participam e/ou participaram de projetos sociais dentro da UNAS. Ao olhar para os quatro em um primeiro momento não é difícil identificar pontos em comum: compartilham da mesma territorialidade, são moradores de Heliópolis; são todos jovens que ingressaram desde cedo nos projetos sociais e todos de alguma maneira tem um histórico de participação e engajamento com a UNAS.

Sobre o início da participação em projetos sociais, Nina e Peter foram motivados em um primeiro momento pela possibilidade de realizar uma atividade remunerada no projeto Agente Jovem oferecido pela UNAS. Na época, eles estavam, respectivamente, com 15 e 18 anos. Passados alguns anos, Nina está com 26 anos e desenvolve diversas atividades dentro da UNAS, dentre elas, integra a direção da UNAS e coordena o projeto Facebook na Comunidade. Também, atua e participa da Secretaria da Juventude de São Paulo, cursa Publicidade e é militante da Juventude do Partido dos Trabalhadores. A respeito de sua história de vida contou que sua mãe se mudou para Heliópolis para morar com seu pai em uma sala alugada. Depois de bastante tempo na comunidade os pais de Nina compraram uma casa e depois de mais alguns anos veio a separação. Nina contou também que durante sua adolescência sempre foi muito *moleca* que gostava de brincar com seus primos e amigos na rua. Quando teve que se mudar com sua mãe, aos 13 anos de idade, para Peruíbe por questões financeiras Nina trouxe que não conseguiu se adaptar ao local, pois sentia falta de sua outra rotina. No tempo em que esteve no litoral ficou parada sem estudar e só retomou os estudos quando voltou para Heliópolis em uma escola diferente da anterior. Disse que nessa escola começou a fazer novas amizades e a ouvir falar pela primeira vez da UNAS.

Já Peter está com 25 anos, é educador no projeto Jovens Alconscientes. Após terminar o ensino médio começou a fazer o curso de Educação Física, mas trancou faltando um ano para terminar, pois não conseguiu conciliar com o tempo de trabalho na UNAS. Contou que pretende concluir o curso no ano que vem em 2017, e ver se é, isto, mesmo que deseja fazer. Sua participação em projetos sociais deu-se por conta de um amigo que comentou que havia um curso da UNAS que ganhava uma bolsa de R\$65,00 reais. Na época Peter estava com 18 anos e seu interesse em continuar participando deu-se pela motivação de conhecer pessoas e aprender coisas novas. Contou que desde então sente-se contaminado pela área social e pela luta, ao falar

da UNAS discorre com entusiasmo sobre a história de reivindicação por direitos dos primeiros moradores de Heliópolis que formaram a associação.

Já Binho e Safra ingressaram em projetos sociais na infância, respectivamente, com nove e sete anos de idade, como alunos em um dos equipamentos da UNAS chamado de CCA. Da experiência dentro do CCA Safra traz a oficina de rapper, algo marcante em sua vida. Desde os 11 anos de idade ele canta as rimas e se identifica com o que chamou de âmbito social do *rapper*. Após a saída do CCA, tentou entrar para o Instituto Baccarelli, mas passou pela dificuldade de ficar muito tempo na fila de espera sendo que outros jovens de “classe média” por já ter em tido contato com o instrumento passavam na frente. Hoje em dia Safra fez de sua residência uma produtora autônoma, é neste espaço que realiza as gravações e faz as edições de seu trabalho como “produtor MC”. Em todas as conversas que tive com Safra sempre me chamou à atenção seu olhar atento e sério, sua expressão fácil e jeito mostram que carrega o rap na veia.

Binho está com 23 anos de idade, integra um coletivo chamado Gleba do Pêssego³⁰ e faz cursinho pré-vestibular para entrar em um curso de artes visuais na faculdade Belas Artes. Durante a entrevista Binho contou que é homossexual e que assume um papel mais transgressor, pois acredita que se destoa das outras pessoas ao assumir em sua vestimenta os turbantes, brincos e outros acessórios. Diferentemente dos outros jovens, Binho não está mais envolvido com as atividades da UNAS, sua última participação foi no projeto Jovens Alconscientes.

Bom, já sabemos que estes jovens têm bastante coisas em comum e também coisas diferentes em seus modos de ser, agir e pensar. O que significa participação para cada um deles? E, mais ainda, quais são os seus interesses? O que os motiva a estarem dentro da UNAS ou o que não os motiva? De que maneira são afetados no contexto da participação em projetos sociais? Afinal de contas, por que participar de projetos sociais? Estas são algumas perguntas/reflexões que nortearão esta tentativa de, após transcorrido um tempo das conversas com os jovens, olhar para a experiência vivida com o rigor exigido pela pesquisa a fim de responder os objetivos traçados.

Para responder ou trazer reflexões que iluminem essas questões, a pesquisa seguiu aquilo que Vigotski denomina de subtexto e unidade de análise, destacar sem fragmentar os principais

³⁰ Coletivo de realizadores audiovisuais que busca representar vivências de grupos oprimidos e de pessoas fora dos padrões normativos impostos pela sociedade por meio do olhar de jovens vindos das periferias da Grande São Paulo e membros da sigla LGBT, em sua maioria.

significados e entendendo que eles não são explícitos nas palavras, mas pela base afetivo-volitiva.

7.1. Fórum da Juventude

O primeiro acontecimento de relevância para a pesquisa foi minha participação no Fórum de Juventude da UNAS a convite do Régis, que começou com a participação em reuniões que ocorreram no Centro de Medida Socioeducativo (MSE), localizado na região do Parque Bristol; no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); na Sede da UNAS; no prédio de Direitos Humanos e, por fim, no CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli. A título de informação e registro, ao todo, a pesquisadora participou de quatro reuniões no MSE Parque Bristol, duas reuniões no NASF, uma reunião na Sede da UNAS; uma reunião no Conselho da Juventude e seis reuniões na biblioteca localizada dentro do CEU. Todo o período de vindas e idas ao Fórum da Juventude, que ocorreram nos três lugares mencionados, durou cerca de cinco meses.

Não causou surpresa chegar acompanhada de Régis na MSE Parque Bristol, no dia 02/05/2016, pois já havia frequentado na ocasião do estágio aquele local. A novidade, foram as pessoas que conheci nesse dia. Logo de início, Régis apresentou-me ao Cristiano, psicólogo que trabalha no local e que também esteve envolvido no Fórum da Juventude; logo depois também fui apresentada a quatro moças que trabalham no Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Durante a reunião, Cristiano e uma das moças enfatizaram o interesse de se criar um Fórum da Juventude, também, na região do Parque Bristol, no qual Régis retomou a história do surgimento do fórum em Heliópolis. O fórum surgiu em 2012 com a necessidade de ouvir os jovens e Régis contou que nesse mesmo ano houve a procura de uma grande empresa privada para investir recurso financeiro em atividades que envolviam cultura e lazer para os jovens. Entretanto, a proposta não foi aceita pelos jovens com a justificativa de que a UNAS já realizava estas atividades; então eles propuseram que a empresa investisse em um cursinho pré-vestibular. Em 2012 todos os jovens que participaram do cursinho conseguiram entrar na ETEC. Régis destacou que o objetivo principal do Fórum da Juventude é fortalecer um espaço de participação dos jovens por meio de encontros mensais e discussões sobre assuntos diversos. Percebemos ao acompanhar o Fórum e, também, os jovens que sua participação na relação com os investimentos privados não é passiva.

De acordo com Badiou (1994), o acontecimento não é redutível às categorias do entendimento nem à dialética que busca reduzir a antítese à lógica totalizante do sistema, de modo que o acontecimento sempre terá algo de indiscernível. Isso tem implicações veementes na sua tese acerca da relação entre sujeito e verdade: existe sujeito porque existe verdade; uma tese bem distinta da tradição que entende a verdade como o produto de uma subjetividade. “Digamos que o sujeito é raro, tão raro quanto às verdades. Para falar do sujeito, é preciso partir de uma teoria da verdade. Pois um sujeito não é outra coisa senão um ponto de verdade; ou a dimensão puramente local de um processo de verdade” (BADIOU, 1994, p. 44).

Conforme mencionei anteriormente, fui convidada pelo Régis a participar do Fórum da Juventude. Minha inserção dentro do fórum aconteceu por meio de reuniões que ocorreram, primeiramente, no espaço da Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE-MA) e, posteriormente, na biblioteca do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli.

A respeito da MSE-MA é importante mencionar que a instituição faz parte da área de Assistência Social da UNAS, contudo, não está localizada geograficamente em Heliópolis. Na verdade, ela faz parte no Parque Bristol, região situada no distrito de Sacomã e junto ao Parque do Estado (Parque Estadual das Fontes do Ipiranga). O dado geográfico é importante, pois há diferenças de infraestrutura em ambas as regiões, sendo o Parque Bristol considerado por alguns funcionários da UNAS um bairro com melhores condições do que Heliópolis.

A aproximação com o MSE-MA Parque Bristol em 2016, possibilitou-me olhar para os jovens que estão cumprindo liberdade assistida. Fato fundamental para que isto ocorresse foi ter conhecido o Cristiano, que compartilhou comigo suas angústias a respeito da necessidade de ampliar as ações da UNAS também para os jovens que fazem parte do MSE. Em nossas conversas que, muitas vezes, se deram no trajeto de ônibus para o terminal de metro Sacomã, Cristiano contou-me que é um desafio fazer mais ações voltadas para a juventude na região do Parque Bristol. Nas palavras de Cristiano: “As pessoas acham que por ter melhores condições de infraestrutura, aqui não precisa de tantos projetos. Só que não é assim, nós temos muitas demandas dos jovens que frequentam o serviço.” O contato de Cristiano com o Fórum de Juventude em Heliópolis foi um esforço para que se criasse, também no Parque Bristol, uma mobilização dos jovens da região.

Uma das tentativas para iniciar a mobilização foi a articulação com os educadores responsáveis pelos CCA's do Parque Bristol que foram convidados a contribuir com a formação do Fórum da Juventude. Este primeiro momento foi marcado por algumas

conturbações, como um encontro que reuniu 40 crianças com idade entre seis e quatorze anos, para discutir a formação de um suposto Fórum da Juventude. Digo “suposto”, pois não tínhamos clareza sobre como seria o formato. Após essa primeira experiência, discutiu-se a necessidade de um melhor diálogo com as educadoras a fim de delimitar qual seria a faixa etária desse público. Ficou estabelecido que seriam chamados os adolescentes a partir de 11 anos em diante, além dos jovens que estavam no MSE.

As tentativas de criação do Fórum fracassaram. Houve discordâncias sobre realizar atividades voltadas somente aos adolescentes e não para as crianças menores, fato que desmobilizou a parceria com os CCA's. Havia o incomodo de olhar para os adolescentes e, ao mesmo tempo, excluir as crianças da atividade. Tamanhas as repercussões dessa discussão que houve, no dia 20/07/2016, uma reunião na Sede da UNAS para discutir o assunto conjuntamente com a diretoria. Nessa reunião estiveram presentes a presidenta da UNAS, líderes que iniciaram a militância e que hoje fazem parte da direção, educadoras dos CCA's, Régis, Cristiano, um jovem do projeto J.A., um jovem do MSE-MA, e um psicóloga e quatro educadoras no NASF. No início da reunião, Régis explicou sobre o processo de construção do Fórum em Heliópolis.

A gente se reúne uma vez por mês e a ideia dessa reunião, além de a gente fazer uma formação, é, principalmente, entender a demanda aqui da juventude. Criar um espaço em que a juventude possa debater, dialogar. A gente pensou em vários formatos até chegar nesse formato, dessa reunião, para que tenha essas ações e formações. Então, no ano passado (2015), a gente fez muita atividade externa, então a gente fez eventos com o time de futebol feminino, eventos com os projetos aqui da UNAS, eventos com o pessoal do hip-hop. Então são todos esses coletivos de juventudes que já existem aqui na comunidade e que não são atentos aos projetos da UNAS. E também um dos objetivos do Fórum da Juventude era tentar atingir esses jovens que não estão nos nossos projetos e acho que isso também é bacana. Porque o jovem que está aqui no projeto da UNAS, querendo ou não, ele está tendo uma formação e uma possibilidade a mais do que os jovens que não estão dentro deste contexto. A gente quer ter um comparativo também do que os jovens que não estão aqui fazem, pensam, se eles conhecem o projeto da UNAS. Nesse seminário que a gente fez tinha um pessoal que não sabia que aqui tinha o CEU Heliópolis, eles não estão dentro dos projetos. Através dessa reunião ocorre um movimento que a UNAS pregou muito que é a questão da participação popular, da gente estar presente nos conselhos, o fato da gente estar nas ações que envolvem políticas públicas. Também tem a proposta de pegar os editais, estudar os editais e se capacitar para submeter projetos. Mas esse é um dos objetivos. O objetivo principal é formar este jovem para que ele participe. Outro diferencial é que a gente convidava as pessoas, então, quem vem para o Fórum é porque gosta, não é por obrigação. Então o MSE começou a mandar primeiro o Cris e depois o Vinicius, que foi um jovem que, inclusive, na primeira vez que ele veio arregaçou, sabe? Caramba esse moleque aí é bom! E aí juntou com o Cris e começaram a organizar a juventude para participarem também. Falando sobre o Fórum da Juventude daqui (Heliópolis), a gente tirou de fazer um evento da região reunindo as parcerias com as escolas. Chegamos nas escolas e para a minha surpresa o evento teve tanta participação que a gente dividiu por grupos. E aí nesse evento surgiu a necessidade de

se ter uma extensão do projeto lá. Porque os próprios jovens lá falaram que é uma atividade bacana, então, o Vinicius começou a fazer uma articulação com os jovens de lá, só que nesse momento ele saiu e ficou o Cris responsável por esse movimento. A gente fez algumas reuniões lá (MSE-MA), expliquei como o projeto funcionava aqui e quais as atividades que a gente já tinha feito aqui e, principalmente, o objetivo do Fórum. Aí o pessoal começou a se organizar mais, a Elisa que está aqui presente começou a acompanhar os Jovens Alconscientes e agora tá acompanhando esse processo. Nós tivemos quatro reuniões, então, ainda é uma coisa muito nova que é um processo de construção, então, nessa última reunião quando eu cheguei achei bacana ver os CCA's. Um ponto positivo que eu vi foi as pessoas querendo participar e outro ponto negativo foi ver que tava muita gente, os alunos querendo falar e não houve organização para articular. Na minha opinião, o Fórum da Juventude ainda está em processo de construção, aqui a gente sabe que não é perfeito, mas aqui a gente já fez muita coisa bacana... O Fórum da Juventude eu vejo que é igual uma onda no mar, tem vezes que está lá em cima com relação à organização e motivação, a nossa participação de estar lá no Conselho da Juventude, e que tem outras vezes que está lá em baixo que precisa repensar e melhorar [...] Principalmente, na maneira de entender a juventude. Na minha época, nós tínhamos outro modelo de organização, agora é diferente, só que nós não podemos esquecer do que já foi feito. A gente fica nesse jogo de misturar a experiência, a bagagem com a energia e o querer dessa juventude (Régis, 40 anos, liderança dos projetos voltados para a juventude na UNAS).

Na fala de Régis é importante destacar o quanto a questão da participação está presente na construção do Fórum da Juventude e o quanto faz diferença os jovens que participam do fórum também participarem do projeto Jovens Alconscientes. Nesse ponto entende-se o quanto a ausência de um projeto como o J.A. na região do Parque Bristol dificulta a construção do fórum dentro do MSE-MA, tendo em vista que é um espaço que incentiva a participação dos jovens. É importante destacar que para a participação ocorrer não basta apenas que o projeto exista, a mediação da UNAS no projeto J.A. faz toda a diferença. Abaixo fala da mãe de Nina sobre o projeto J.A.

Vejo gente de fora falar da favela do quanto esse projeto da UNAS é importante, sabe? E não tem em outros lugares, outros bairros (...). Tem uma associação da UNAS que tem projetos, aí minha filha, a importância é muita porque se todo o bairro tivesse um projeto assim, sabe? Eu acho que muito jovem ia mudar a cabeça, eu acho muito legal (Matilde, 2016, 55 anos, mãe de Nina).

Na tentativa fracassada de criar o Fórum da Juventude no Parque Bristol, um dos motivos que ficou bem evidenciado foi a presença de projetos sociais como possibilidade de espaço para os jovens e garantia de acesso material (financeiro), lembrando que o J.A. oferece uma bolsa mensal de aproximadamente R\$250,00 reais que contribui para o fortalecimento das participações e ações desenvolvidas pelos jovens. Sobre isso destaco a fala de Régis em que disse:

Nós estamos com uma nova geração do Fórum da Juventude, com os Alconscientes participando disso. É importante falar que quando a gente já tem um grupo formado de jovens e coloca eles para participar têm uma diferença fundamental no processo de organização, crescimento e participação (Régis, 40 anos, liderança dos projetos voltados para a juventude na UNAS).

O histórico de participação em projetos sociais dos jovens que estão em Heliópolis está relacionado com a maior facilidade de acesso em decorrência de alguns aspectos. A primeira questão é a presença do projeto J.A., que mobiliza os jovens a estarem em diferentes espaços, incluindo o fórum. Sobre isto, é possível verificar que a UNAS, ao realizar a mediação dos investimentos da Ambev que, inicialmente, vem com a proposta de diminuir o uso abuso de álcool entre os jovens, amplia o seu leque para tratar de outros temas que não ficam restritos ao discurso da empresa.

Outro aspecto importante a ressaltar é a proximidade com os lugares de atuação das ações promovidas pelos jovens. Da sala utilizada pelos J.A., localizada dentro da sede da UNAS, é possível caminhar para diversos espaços que são usados pelos jovens tais como quadra, rádio comunitária, CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli, CCA's.

Para refletir sobre a participação dos jovens nos projetos, mais especificamente no J.A., recorremos a Vigotski (2008) para quem se quisermos avaliar plenamente o estado de desenvolvimento do jovem, devemos considerar não somente seu nível atual, mas a zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Nesse ponto, identificamos a UNAS como um lócus da ZDP, pois ao realizar a mediação com os projetos financiados por empresas ela é capaz de incentivar a participação dos jovens visando não projetos pessoais de empoderamento, mas voltado ao comum, a um sujeito coletivo, ativo e com possibilidade de exercício da consciência crítica.

Para compreender a concepção de desenvolvimento de Vigotski é necessário considerar que a subjetividade, para ele é sempre intersubjetividade, primeiro ela parece fora, depois dentro, portanto a atividade psicológica é uma unidade histórica.

Cada função no desenvolvimento cultural da criança aparece duas vezes: primeiro, no nível social e, mais tarde, no nível individual; primeiro entre pessoas (interpsicológico) e depois dentro da criança (intrapicológico). Isso se aplica igualmente a toda atenção voluntária, à memória lógica e à formação de conceitos. Todas as funções mentais superiores se originam como relações reais entre pessoas. (VIGOTSKI, 1978:57)

Tendo como base as ideias vigotskianas, uma consequência para o desenvolvimento da aprendizagem conduzindo o desenvolvimento na ZDP é que o jovem se torna capaz (como adulto) de se envolver em atividade desenvolvimental volitivamente e com consciência, em vez de só espontaneamente. Vigotski discute esta descoberta longamente no contexto da investigação da relação entre a aprendizagem de conceitos espontâneos e a de conceitos científicos. Trata-se de um sério desafio à concepção tradicional da “motivação” como interna e como um pré-requisito para a aprendizagem, em vez de ser uma consequência dela. A volição e a autoconsciência são vistas tipicamente como tendo uma relação crucial com a motivação.

A ZDP é considerada uma extraordinária descoberta de Vigotski, uma unidade adequada de estudo para a compreensão das atividades exclusivamente humanas, mais especialmente da aprendizagem e do desenvolvimento e sua relação e, com isso, de praticamente todas as atividades “mentais”. Sua fidelidade ao modo dialético levou-o a buscar unidade sócio-histórica (em vez de uma unidade psicológica tradicional), uma unidade ancorada na existência material de homens e mulheres “em seu processo real, empiricamente perceptível de desenvolvimento sob condições definidas” (MARX; ENGELS, 1973, p. 47-48) – isto é, uma unidade ancorada na história. Ao descobrir/criar a ZDP, ele praticou conscienciosamente a metodologia do instrumento-e-resultado: descobriu a unidade de estudo “psicológica” caracteristicamente humana que, segundo ele não é exclusivamente psicológica, mas uma unidade sócio-histórica; ele descobriu a unidade (aprendizagem-desenvolvimento). Pois a ZDP nada mais é do que a unidade psicológica da história (não da psicologia) e, portanto, “o lugar da atividade revolucionária” (NEWMAN; HOLZMAN, 2002, p. 82).

Em suma, minha participação no Fórum da Juventude contribuiu para compreender que não é possível gerar a participação dos jovens simplesmente reunindo-os no mesmo local, pois, assim como nos alertou Vigotski sobre a importância do processo histórico no desenvolvimento-aprendizagem há, também, a mesma correlação para pensar o processo participação-ação dos jovens em projetos sociais. A UNAS enquanto mediadora e facilitadora da ZDP neste processo, que pode ser chamado de participação-ação dos jovens, garantiria a sua continuidade e efetividade. Afinal, está claro para todo mundo que a aprendizagem ocorre num “contexto social”. Junto com outros, nós pessoalmente seguimos o radical Vigotski ao considerar que a aprendizagem é essencialmente social. Além disso, reconhece-se amplamente que a psicologia evolutiva e a educacional tradicional tocam muito de leve nos “aspectos

sociais” do desenvolvimento cognitivo. A ZDP, geralmente entendida como onde e/ou como se dá a transformação do plano interpsicológico em intrapsicológico, certamente parece, aos de espíritos mais aberto, uma solução atraente (NEWMAN; HOLZMAN, 2002).

Os encontros do Fórum da Juventude em Heliópolis ocorreram em cinco reuniões em dias alternados no espaço da biblioteca dentro do CEU Heliópolis Prof^a Arlete Persoli.

Impressões de uma pesquisadora: engraçado, talvez até mesmo irônico que me veja nesta situação. Ao chegar (atrasada) à reunião sou recebida com a seguinte frase: “Quem chega tem de se apresentar! ”. Pronto, mais uma vez sou colocada de frente com essa sensação de estranhamento do lugar que estou ocupando. Sou pesquisadora? Sou psicóloga (social)? Mestranda de psicologia social? Observadora do meu campo de pesquisa? Sou recém-formada (lembrando que entrei na UNAS pela via do estágio em comunitária e volto agora como “profissional formada”)? Minha resposta à pergunta acaba sendo: *Meu nome é Elisa, cheguei atrasada porque acabei me perdendo, não sabia que a reunião seria aqui na biblioteca. Mas foi bom, porque tô conhecendo o espaço, não conhecia... E, respondendo à pergunta, sou psicóloga e acompanho junto com o Reginaldo o Fórum da Juventude aqui em Heliópolis e também, no Parque Bristol.* Após minha fala fiquei me auto questionando: mas por que senti a necessidade de ficar em uma área menos estabelecida? Não comentei que faço mestrado e nem que minha pesquisa aborda o tema da participação de jovens em projetos sociais. Talvez, justamente, porque tenho receio de me marcar como a pesquisadora que está ali somente para observá-los enquanto objetos de estudos. Sim, essa é a verdade! Lembro que quando estava no estágio em comunitária também passei por uma situação parecida, contudo, daquela vez ouvi claramente de um dos funcionários da UNAS sobre esses *pesquisadores que sugam informações e não deixam nada pra gente.* Mas era diferente. Justamente porque naquele cenário a proposta foi deixar algo: a produção de um vídeo que servisse como instrumento de divulgação. Desta vez, e isso, tem relação com a metodologia escolhida que é a pesquisa participante o que tenho a oferecer está sendo o convívio, discussões, problematizações e embates. Não quero ser marcada como a pesquisadora. Quero estar com eles como participante ativa na construção com eles (Trecho retirado do diário de campo no dia 06/07/2016).

Os membros da reunião de hoje (06/07/16) foram três jovens que integraram os Jovens Alconscientes, dois meninos e uma menina. Fiquei surpresa com o número de psicólogas e psicólogos. Além de mim encontrei um professor e duas estagiárias da USP e um psicólogo que

atua na Pastoral da Juventude. Ambos estão realizando um trabalho de memória e resistência com a UNAS. Também estavam Régis e Beatriz (psicóloga), coordenadora do CEU, e o Marcos que é uma figura interessante. Morador de Heliópolis, atuou em projetos sociais, fez faculdade em Ciências Sociais e, atualmente, realiza um mestrado que trata do resgate da memória territorial da UNAS. Outro que estava presente era o Rafael, coordenador pedagógico da UNAS. A reunião durou mais de duas horas e a proposta foi falar sobre o encontro da juventude que ocorreu nos dias 26 e 27 de agosto. Para a reunião foi trazida a discussão sobre o funcionamento da ETEC, lembrando que ela está dentro do CEU e foi uma conquista da UNAS, mas que desde sua construção foi ocupada muito mais por jovens de fora do que por jovens da própria comunidade. Régis contou que João Miranda foi um dos idealizadores da ETEC e que sua maior preocupação era justamente fazer com que esse espaço fosse ocupado por moradores e não apenas por gente de fora. Pelo que foi dito há uma preocupação de atrair os jovens que moram em Heliópolis para que eles ocupem este espaço. Régis contou-me que em 2012 ano em que começou o Fórum da Juventude os jovens se articularam, pois, houve a iniciativa privada de uma empresa que queria fazer a atividade com cine pipoca. Os jovens no início da articulação disseram que o que eles realmente queriam era um cursinho para vestibular que tivesse como finalidade, também, a inscrição na ETEC. A partir dessa iniciativa dos jovens, desde o ano passado (2015) identificou-se por meio de registros que, atualmente, 90% dos jovens que estão na ETEC são moradores de Heliópolis. Esse foi um ponto da reunião que achei interessante, saber que há sim, uma ocupação desse espaço da educação dos jovens da comunidade. Por ser um processo, recente sinto que há necessidade de que haja continuidade destas ações, pois ainda não está consolidado. Outro ponto que foi levantado durante as discussões foi o formato em que esses encontros irão acontecer. Nesse momento os jovens participaram e levantaram ideias. Por outro lado, sinto que ainda é um desafio, principalmente, no formato como a reunião se deu; muito mais por profissionais do que pelos jovens. Então é um desafio, sim, tomar cuidado para que o espaço que é direcionado aos jovens não se torne um espaço centralizado no discurso dos profissionais. Vale ressaltar que essa reunião foi apenas o início, era a segunda reunião que acontecia. Conversei depois com Régis, durante o almoço tivemos a oportunidade de falar sobre o desafio de envolver esses jovens que têm um perfil diferente como ele mesmo disse, de sua geração em que a organização e participação da juventude se dava de outra maneira. Comentou que na sua conversa com um amigo ambos falavam sobre a maneira como se organizavam, que eles se reuniram e que quando viam já estavam construindo; em oposição, falamos da juventude

de hoje que está marcada pelas novas tecnologias e que tem a possibilidade de circular por outros espaços, contudo, parece mais propensa a fragmentações; no meio de tanto bombardeio de informações é mais fácil que fiquemos mais dispersos. Percebo que é uma juventude dinâmica que, ao mesmo tempo, tem uma dificuldade na continuidade, é um desafio achar estratégias criativas que potencializem os jovens. Talvez a ideia seja a de fortalecer o movimento da juventude por meio desse encontro, do “Chega Ai”. Foi uma polêmica dentro da reunião a questão da parceria com as escolas. Será que os jovens irão participar do evento se não tiver a mediação das escolas? No final ficou decidido que seria feita a parceria com as escolas para garantir a quantidade de participação. Ficou decidido que o primeiro dia de encontro será realizado no horário de aula dos jovens, assim a participação estará garantida por eles estarem no horário que seria o de aula. E o sábado seria um dia mais qualitativo, pois quem estaria presente seriam os jovens que estão interessados, sem ter a obrigatoriedade da escola. Considero uma aposta interessante, pois pelo que foi dito o vínculo com as escolas da região é frágil, há muita resistência, tanto que a relação com uma das escolas que tem um padrão de regras que pode ser comparado ao militar. Um dos jovens contou que ele atrasou dois minutos para a prova, mas que não o deixaram entrar; ele teve que pular o muro, porque ele queria fazer a prova e não conseguiu. O menino teve que pular o muro para ter acesso a algo que deveria ser seu direito e até estimulado, mas pelo atraso de dois minutos, foi barrado pela burocratização da vida e mais que isso, marcado por uma rígida lógica educacional. Ao final desse dia continuo tendo a preocupação de que o espaço de diálogo esteja com os jovens e não apenas com os profissionais. O fato dos “profissionais” estarem em maior quantidade fez com que a fala ficasse mais centrada em nós “profissionais” do que nos jovens. Ficou decidido que a próxima reunião irá ocorrer no dia 21 (quinta-feira) e até lá a proposta é articular as escola e movimentos de arte, cultura e lazer, bem como a criação de comissões que articulem o formato do encontro (Trecho retirado do diário de campo no dia 06/07/2016).

Após o encontro do dia seis de julho houve mais quatro encontros realizados nos dias 16/07/16, 21/07/16, 29/07/16 e 04/08/16. Em todos houve a participação de diferentes jovens do projeto J.A, sem um número fixo de participantes. A dinâmica da participação foi influenciada pelas atividades que ocorriam no projeto, por exemplo, a reunião do dia 16/07 contou com um número maior de jovens, ao todo, 16, pois foi possível conciliar a agenda do projeto com a do dia da reunião.

Nas reuniões que se seguiram foram levantados temas para compor o evento, tais como o genocídio juvenil, a influência que a mídia exerce sobre a juventude e sobre o entendimento do que denominamos de "jovem ontem, hoje e amanhã". Ao longo da construção dos temas houve discussões em que os jovens deram suas opiniões sobre o que achavam desses temas. Foi realizado um trabalho com comissões para a organização do evento: articulação das escolas; inscrições e divulgação; oficinas e mesas; alimentação; articulação das atividades de sábado; infraestrutura e monitoramento e comunicação. Definiu-se como objetivo geral do evento fomentar a discussão política entre a juventude. Abaixo um trecho da reunião entre o coordenador pedagógico (C.P.) e uma das jovens (J.) do J.A.:

C.P.: - Nosso objetivo é chegar com uma proposta de entretenimento, por isso é uma troca de ideias para que eles aprendam a se organizar.

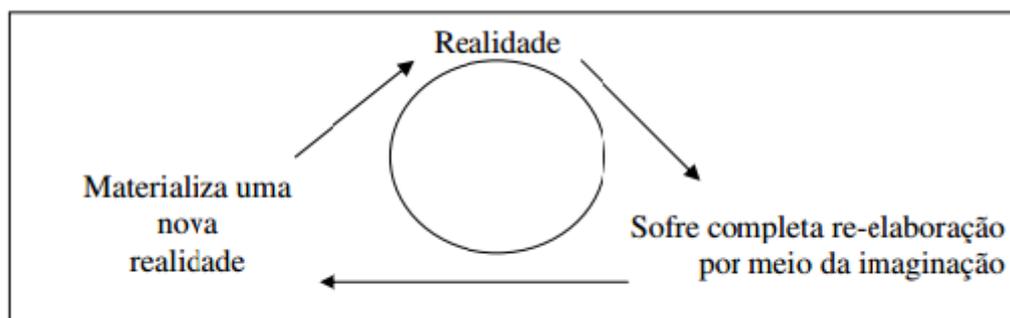
J: Brincar e aprender.

C.P.: Isso, a gente vem com uma proposta de que é tudo brincadeira, mas por trás dessa brincadeira tem muito aprendizado, a gente só não pode colocar a brincadeira ou o sucesso como principal, tem que ser muito ligeiro quanto a isso. A gente sabe que a brincadeira, alegria e entretenimento atrai as pessoas, mas o nosso objetivo é ajudar o jovem a se desenvolver. Só que se a gente colocar lá no papel, "venha aqui se desenvolver" eles não vão vir. A gente precisa ver como é o "como", qual é sua metodologia? A gente quer ajudar as pessoas a se desenvolverem por meio da troca de ideias.

Para pensar acerca do desenvolvimento Vigotski (1984) enfatiza em sua obra a importância dos processos de aprendizado. Para ele, desde o nascimento da criança, o aprendizado está relacionado ao desenvolvimento e é "um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas" (p. 101). Existe um percurso de desenvolvimento, em parte definido pelo processo de maturação do organismo individual, pertencente à espécie humana, mas é o aprendizado que possibilita o despertar de processos internos de desenvolvimento que, não fosse o contato do sujeito com certo ambiente cultural, não ocorreriam.

Vigotski afirma que "todo descubrimiento grande o pequeño, antes de realizarse en la practica y consolidarse, estuvo unido en la imaginación como una estructura erigida en la mente mediante nuevas combinaciones o correlaciones" (1991, p.10). Para ele, nem o "novo", nem a "criação", não são produtos de algum talento humano inato especial, mas são frutos de um longo trabalho de combinação e de re-ordenação de dados formando uma nova configuração. Para Vygotsky, a imaginação não é algo totalmente alheio à realidade nem separado dela, mas, toma dela própria os dados dos quais se utilizará. Ele escreve: "Todos los objetos de la vida diaria,

sin excluir los más simples y habituales, viene a ser algo así como fantasía cristalizada” (1991, p.10). O início do processo imaginativo temos a experiência, a acumulação de dados armazenados na memória. Esses dados sofrem uma re-elaboração; re-combinação, formando uma nova configuração. Essa se objetiva cristalizando-se em novas formas de realidade. Explicitando seu pensamento em forma de diagrama temos:



A imaginação em Vigotski tem um aspecto positivo e construtivo, tendo por base sonhos e desejos, ela é o princípio para a criação de todo o novo em toda a vida cultural, e para a expansão dos conhecimentos. Ele escreve

[...] La imaginación, como base de toda actividad creadora, se manifiesta por igual en todos los aspectos de la vida cultural posibilitando la creación artística, científica y técnica. En este sentido, absolutamente todo lo que nos rodea y ha sido creado por la mano del hombre, todo el mundo de la cultura, a diferencia del mundo de la naturaleza, todo ello es producto de la imaginación (VIGOTSKI, 1990, p. 10).

Nesta obra de Vigotski (1990), é possível perceber sua valorização da imaginação como sendo uma atividade importantíssima da mente humana. Diferente de outras concepções de imaginação que a colocam como algo sem importância ou como um “divertimento caprichoso do cérebro” (1990, p.15). Ele se refere a ela como sendo uma “função vitalmente necessária” e de enorme complexidade.

Muitas pessoas sem fazer uma reflexão mais detalhada acerca do processo da imaginação, tendem a concebê-la como algo completamente alheio à realidade. A partir de uma perspectiva científica e materialista, Vigotski irá se contrapor a este tipo de pensamento, explicitando no seu texto que a imaginação está relacionada com a realidade, pois, extrai dela os elementos para a sua criação. Ele escreve: “Sería un milagro que la imaginación pudiese crear algo de la nada (...)” (1986, p. 5). Para ele a imaginação vincula-se à realidade de quatro maneiras: a. Ela encontra-se em relação direta com a riqueza da experiência de uma pessoa. A acumulação da experiência é o primeiro momento de um processo imaginativocriativo. b. O

segundo momento é um momento de maturação, decantação ou incubação. Ele ocupa um “tempo”, e está diretamente relacionado com a função conservadora do cérebro. Através desse processo, temos um segundo modo da imaginação ligar-se à realidade. c. A terceira forma de vinculação entre imaginação e realidade é pela relação emocional. Isso se dá de dois modos, no entender de Vigotski: toda emoção ou sentimento tende a manifestar-se em determinadas imagens concordantes com ela, do mesmo modo, as emoções podem eleger determinadas imagens, ideias, impressões, que sejam congruentes com o estado de ânimo que nos domina - é o que os psicólogos denominam de “lei do signo emocional comum” (VIGOTSKI, 1990, p.22). Também os psicólogos têm alertado que todo sentimento possui além de uma manifestação externa, corpórea, uma expressão interna que se dá pela seleção de pensamentos, imagens e impressões. A este fato eles chamam de “lei da dupla expressão dos sentimentos.” (VIGOTSKI, 1990, p.21) d. Um último modo de ligação entre imaginação e realidade ocorre por meio da fantasia cristalizada, onde a imaginação adquire realidade plena e concreta.

O Fórum é um importante espaço de criação de ZDP e de consolidação da favela de Heliópolis como signo emocional comum, sendo uma espécie de contra mediação crítica dos projetos sociais, quase um lugar de formação do comum, que desideologiza os projetos sociais.

7.2. Fala jovem

Ao iniciar a análise da trajetória dos jovens em Heliópolis-SP, baseada nas narrativas sobre suas histórias de vida e registros nos Diários de Campo, lembro-me de um poema de Fernando Pessoa:

Qualquer caminho leva a toda a parte. Qualquer ponto é o centro do infinito. E, por isso, qualquer que seja a arte de ir ou ficar, do nosso corpo ou espírito, tudo é estático e morto. Só a ilusão tem passado e futuro, e nela erramos. Não há estrada senão na sensação. É só através de nós que caminhamos (PESSOA, 1930/2007, p. 87-88).

Como têm sido a estrada da experiência caminhar desses jovens em Heliópolis?

Quando peço para Nina contar sobre sua vida em Heliópolis, ela logo responde:

Ixi (risos)! Tanta coisa! Oh, eu sempre morei aqui em Heliópolis. A minha mãe se mudou pra morar com o meu pai e eles moravam em uma casa alugada. Depois de

muito tempo dentro da comunidade eles compraram uma casa. Eu sempre fui filha única, depois de um tempo meu pai se separou da minha mãe e era sempre eu e minha mãe dentro de casa. Então, sempre me dei muito bem com a minha mãe, ela sempre foi muito carinhosa comigo, sempre tive perto da minha família por parte de avó. Então, quando eu não tava aqui em Heliópolis eu sempre tava com meus primos na casa da minha avó no Ipiranga. Eu tenho muito primo, minha avó teve treze tios, então eu tenho muito primo, primo homem. Então eu vivia na molecagem, de brincar desde pipa, taco, bolinha de gude, porrada, quando é aquelas porradinhas assim... (...). A gente ficou dois anos lá e foi um tempo que eu fiquei sem estudar, foi um tempo que eu parei de estudar no ensino médio. Eu acho que fiquei dois anos parada, aí depois eu voltei pra São Paulo e quando a gente voltou de novo pra morar aqui, eu voltei a estudar. Mas peguei um ritmo que foi muito ruim, porque eu estudava numa escola que, vai, é tradicional aqui na região que era o Visconde de Itaúna, e aí eu comecei a estudar numa escola que era dentro da comunidade, mais próxima de Heliópolis. E eu não tinha essa articulação. Não conhecia como era dentro de Heliópolis, não andava por aqui e aí quando eu comecei a estudar no Ataliba, que é uma escola aqui da comunidade. Eu comecei a conhecer mais jovens que moravam aqui na comunidade, comecei a ter amizade, foi quando eu comecei a ouvir falar da UNAS também (Nina, 2016, 26 anos, faz parte da direção de juventude na UNAS).

Nina conta que antigamente em Heliópolis, por volta dos 15 anos, lembra de ter vivido os toques de recolher dentro da comunidade.

Eu moro próximo de uma escola chamada Gonzaguinha e lá tinha muita *boca* perto da minha casa, então, tinha dia que os caras avisavam pra não ficar na rua até tal hora que vai ter briga de gangue. Naquela época tinha gangue ainda, os caras brigavam num canto e do outro. Gente que matava os caras no meio na rua, já teve caso da gente ver morrendo. Então, era uma época em que a minha mãe não deixava eu sair muito na rua por medo mesmo (Nina, 2016, 26 anos, faz parte da direção de juventude na UNAS).

Neste momento de sua fala já é possível identificar a presença da mãe de Nina que ocupa um papel importante em sua vida. Ainda aos quinze anos, Nina contou que sua mãe, devido a problemas pessoais, começou a ter depressão, fato que a impedia de trabalhar. É neste momento que a UNAS entra em sua vida. “Eu tava com uns 15 anos e aí foi numa época que eu comecei a conhecer, ouvir falar mais da UNAS e o pessoal falava que lá tinha uns cursos gratuitos pra adolescentes e que ainda recebiam bolsa”. Em suas lembranças resgatou o que pensou sobre o curso: - Como assim um curso que você ainda recebe bolsa pra você estudar? Achava aquilo incrível. Esse curso era o Agente Jovem³¹ que na época tinha uma bolsa de R\$80 mensais que oferecia curso de cidadania. Nina refere-se aos cursos dados pela UNAS como sua principal motivação para se aproximar. “Poxa, aqui eu posso ter possibilidades, garantir coisas que minha

³¹O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano é um programa do Governo Federal voltado a jovens de 15 a 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social, pertencentes a famílias de baixa renda, isto é, com renda per capita de até meio salário mínimo.

mãe não podia pagar. “ Por meio da sua inserção e trabalho nos projetos sociais da UNAS Nina começou a ser provedora da casa.

Nina iniciou a adolescência sofrendo restrição do contexto:

Eu sempre fui muito moleca, então, depois de um tempo, minha mãe, quando eu tinha uns trezes anos, ela resolveu se mudar daqui de Heliópolis. A gente foi morar no litoral paulista que foi lá em Peruíbe e foi muito ruim, assim, porque a maioria dos meus amigos eu tinha na rua e eram meus primos próximos. Então foi muito ruim quando eu fui pra lá (Nina, 2016, 26 anos, faz parte da direção de juventude na UNAS).

Assim, mediando o processo de aprendizagem está a mãe de Nina, ela é a motivadora e a criadora de condições de aprendizagem e, ao mesmo tempo, bloqueio desta mesma aprendizagem.

Peter também se aproximou da UNAS pelo interesse na bolsa oferecida pelo curso. Peter contou que estava com 18 anos quando soube por meio de um amigo do curso que oferecia bolsa.

A gente veio e era a UNAS, eu não conhecia nada da UNAS ainda, se inscrevemos e começamos a participar desse curso. Aí a gente fazia o curso de manhã e estudava à tarde. Foi assim que eu entrei na UNAS. Aí eu acabei a escola e ainda tava na UNAS, comecei um projeto dois períodos e ainda to nessa. Agora eu trabalho aqui (Peter, 2016, 25 anos, educador no projeto Jovens Alconscientes).

O tal curso mencionado por Peter, não por coincidência é também o Agente Jovem. A diferença é que na época em que participou, a bolsa havia diminuído de R\$80,00 para R\$65,00. Daí em diante Peter contou-me de outros projetos dos quais fez parte (Centro da Juventude, Jovens Alconscientes, Jovens Urbanos, Coletivo Coca-Cola e Facebook da Comunidade). Quando o indago sobre como é sua participação dentro de tais projetos ouço a seguinte resposta:

É, no começo, quando me chamaram eu vim porque tinha bolsa. E como eu não fazia nada, só estudava no outro período. Pra mim era bom fazer alguma coisa e ganhar dinheiro ainda. Então, no começo eu vim pelo dinheiro e depois fui conhecendo pessoas, vendo como funcionava o projeto social e fui me interessando (Peter, 2016, 25 anos, educador no projeto Jovens Alconscientes).

A medida que vivencia o projeto Peter (2016) afirma que seu interesse em participar dos projetos sociais deixa de ser financeiro e está relacionado ao fato de “conhecer pessoas novas, aprender coisas novas. Acho que conhecimento nunca é demais, então sempre que eu aprendia alguma coisa eu gostava (...) quanto mais eu aprendia, mais eu gostava dessa área”.

Como Nina, Peter revela que a motivação da permanência do projeto é a abertura de horizontes que o mesmo propicia. Vigotski (1996a) oferece elementos para pensar o interesse na adolescência, etapa em que, por meio do pensamento em conceitos, todas as funções psicológicas se renovam. Tendo como consequência disso uma abertura de horizontes da experiência, diferentemente da fantasia da infância que é concreta. “Pero tan solo en la edad de transición, junto con la formación de conceptos es cuando avanza decisivamente por el camino de la auto comprensión, del desarrollo y estructuración de la consciencia” (VIGOTSKI, 1996a, p. 72).

Binho, diferentemente dos outros jovens que continuaram na UNAS resolveu sair, pois além de não se sentir valorizado pela instituição, também sentia falta de ter mais opções de projetos direcionados para a juventude. É possível perceber que na visão de Binho a UNAS ao invés de ampliar seus horizontes, mostrou sua necessidade de ir para outros espaços.

Dada a importância da participação nos projetos sociais é preciso lembrar que todos os projetos sociais que estão vinculados à UNAS dependem da iniciativa do poder privado (empresas), exceto o Centro da Criança e do Adolescente³² (CCA), que como contou Régis, atualmente é uma das únicas políticas públicas implantadas.

Já tem os CCA's que são políticas públicas. Mas já tive projetos que são riquíssimos de conteúdo, de metodologia de trabalho, de envolvimento com aquele atendido, que a gente fala, *pow*, esse projeto tem que se tornar política pública e a gente fez esse papel de fazer esse link com o poder público e que não virou. É o projeto Se Liga Galera, que é um projeto parecido com o Alconscientes, que é um projeto que tinha oficinas e aulas. Então, em um dia da semana eles tinham uma aula, ou de cidadania ou de meio ambiente, teatro, mais voltado à cultura. E, no outro dia eles tinham as oficinas, que era de DJ, hip-hop, dança, grafite. Era um projeto que envolvia muito a juventude aqui dentro, não tinha bolsa, nem nada, mas eles não faltavam um dia, porque eles percebiam a riqueza de conhecimento e de oportunidade que eles estavam tendo. Era um projeto que não tinha um custo altíssimo, que com certeza o poder público poderia bancar, mas que infelizmente não vai pra frente (Régis, 2016, 40 anos, liderança dos projetos voltados para a juventude na UNAS).

A respeito dos projetos que não vão para a frente, ele mencionou que

³² O Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) consiste no desenvolvimento de atividades com público de seis a 14 anos e onze meses, tendo como foco a constituição de espaço de convivência a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Deve atender a crianças e adolescentes com deficiência, retiradas do trabalho infantil e/ou submetidas a outras violações de direitos, com atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e prevenção de situações de risco social. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica.

O que acontece, quando a gente fala de política pública e fala desse projeto contínuo, a gente sabe a diferença que faz dessa continuidade do projeto. As crianças, por exemplo, de creche elas entram com seis meses de idade e saem com quatro anos e aí da creche ele já vai pra EMEI (Escola Municipal de Ensino Infantil), aí ela fica até os seis anos e com seis anos ela pode ir pro CCA e depois quebrou. Isso eu to falando pros que conseguem vaga, como se tivesse oportunidades pra todos, mas não é assim que acontece, o raciocínio que eu quero seguir é esse... Do CCA vai até os 14 anos, até ali ela foi atendida, mas depois não tem mais projetos. Só vai ter projetos com 16 anos e aí a gente tem dois anos... Hoje em dia o jovem fica vulnerável a tudo e é no momento mais difícil, porque é o momento de descoberta. Então até os 14 anos e 11 meses a gente trabalhou a questão da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e tal. Ele vai colocar em prática, mas ele não tá preparado ainda. A escola não dá conta de preparar esse jovem, a família não dá conta, tem que ter um algo a mais e é aí onde entra o projeto social, mas se você não tem o projeto social, ele fica vulnerável. Ele acaba saindo pra experimentar, porque foi isso que a gente falou pra ele... Você tem autonomia, só que quando ele sai pra prática, se ele não tá totalmente preparado, ele acaba perdendo o rumo, então, experimentando drogas ou, no caso das meninas, engravidando precocemente, pegando doenças, porque ele ainda não tá preparado pra dizer não. E, esse projeto social pode fazer a diferença na vida dele, porque quando ele não tá no projeto social a gente tenta preparar ele pra essa vida, para os desafios que ele vai enfrentar mais pra frente. Quando você quebra essa corrente, você acaba deixando ele vulnerável, por isso eu falo tem que ter políticas públicas dos seis meses de idade, que é a creche, até o cara entrar na faculdade. Porque aí sim vai fazer a diferença. Aqui a gente tem o CEU Heliópolis, que tem a creche, EMEI, tem a Campos Sales e tem a ETEC. Se a criança der certo, ela consegue passar toda a formação dela até os 16 anos naquele complexo ali, mas é uma criança que tenha muita sorte, que consiga as vagas, aí ela consegue e tem como fazer o comparativo. Pega essa criança que passou por tudo isso e pega a criança que não passou pra ver o grau de desenvolvimento dela, o grau de articulação dela, qual é o plano de vida que ela tem, o que ela quer cursar na faculdade. Então, faz total diferença, infelizmente a gente tem muitos buracos e eles podem ser minimizados através dos projetos sociais, mas pra isso tem que ter vontade do poder público, tem que ter investimento, porque você não consegue fazer uma ação social, contínua sem recurso, você consegue fazer até determinado momento, até certo ponto, só que dali pra frente você não consegue. Você também tem família pra se sustentar e fazer outras coisas. Tem muito projeto que as pessoas começaram a fazer sem recurso nenhum, só que aí elas não conseguem mais dar continuidade, é isso que acontece (Régis, 2016, 40 anos, liderança dos projetos voltados para a juventude na UNAS).

A fala de Régis é importante por três motivos. De um vai ao encontro da literatura em que foi possível identificar um vazio em termos de políticas públicas para a juventude brasileira, pois os programas, no geral, limitam-se à faixa etária de 17 anos. De outro, revela a tendência do processo de desenvolvimento infantil que ocorre pela mediação dos projetos sociais. A preocupação de Régis de como o espaço vazio – pela ausência de projetos sociais - e a autonomia – incentivada pela UNAS – afetam os jovens vai de encontro com o objetivo da pesquisa de colaborar com a compreensão de como a participação em projetos sociais afeta a configuração da subjetividade.

7.2.1. Bairro Educador Heliópolis na contramão do “apertador de parafuso”

A expressão “apertador de parafuso” surgiu em uma das conversas realizadas com Peter quando falávamos de sua opinião sobre a escola. Perguntei o que significava e ele respondeu

É, você ser operário, vai ficar lá pra sempre apertando parafuso e nunca vai ser mais do que isso. A escola formou você pra isso. Vamos dizer assim, o que o governo quer é que você seja mais. Se você começa a parar e a criticar, questionar aí você vai virar um problema, né. Porque vai votar melhor, vai começar a criticar e as pessoas não querem isso. Então, o projeto social mostra esse outro ponto, que o mundo é muito maior do que você aprende na escola. Você começa a ver que política é importante e essas coisas você tem que aprender fora da escola. O projeto social é basicamente isso (Peter, 2016, 25 anos, educador no projeto Jovens Alconscientes).

Para Novaes (2006), ao considerar a juventude de periferia, é importante ressaltar o fato de que jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais. Entre os jovens brasileiros de hoje, a desigualdade se explicita claramente na vivência da relação escola/trabalho. A indagação sobre e quando um jovem começa e termina de estudar ou trabalhar expõe as fissuras de classe presentes na sociedade brasileira. Esse “quando” e esse “como” revelam acessos diferenciados a partir das condições econômicas dos pais. Contudo, nas trajetórias dos jovens, as diferenças de origem social e a situação de classe não esgotam o assunto. É esse reconhecimento do caráter histórico e ideológico do processo de desenvolvimento da adolescência que demanda uma consideração de questões presentes em um contexto social determinado, as quais atuam como mediações dos mesmos. Para tanto, entendemos que o sujeito depende da sociedade, ao mesmo tempo em que tem seus próprios movimentos psicológicos. Tal ideia está exposta no texto *Manuscritos*, de 1929, de Vigotski, no qual o autor afirma que por trás de todas as funções superiores e suas relações estão também as relações geneticamente sociais, relações reais das pessoas. Daí a ideia de *Homo duplex*³³ em que Vigotski problematiza sua possibilidade de se desdobrar pelo signo (eu/mim, eu/outro) e pela linguagem, controlar e ser controlado, experienciando o drama das relações interpessoais; busca compreender o funcionamento do signo na atividade mental, na formação do que ele chama “personalidade” e pergunta: “O que é o homem? Para nós, o homem é uma pessoa social - um agregado de relações sociais, corporificado num indivíduo (VIGOTSKI, 1989, p.66).” A partir do que foi explicitado

³³ Homem duplo (lat.)

anteriormente é possível mencionar que é na dialética entre a radicalidade biológica e as determinações sociais que o adolescente se transforma.

Assim é possível pensar na mediação que a UNAS exerce sobre os jovens com a visão de Bairro Educador. Todos os jovens com quem conversei, de uma maneira ou de outra, foram afetados por tais valores/ideias. A respeito do Bairro Educador destaco a fala de Safra quando disse que

[...] então todo mundo é educador, até a criança menor que vai educar o outro. Então, no CCA eu tenho a atividade da semana.... Hoje eu vou falar sobre o estereotipo do homem e da mulher, e aí ele começa a falar de uma questão de que o homem bateu na mulher, mas porque a mulher era negra, então ele trouxe toda a outra questão do racismo. Então, essa atividade eu pratico todo dia e começo a fazer em cima do que eles estão me falando, porque eles precisam disso. Então, o papel que a gente tem é muito diferente de uma escola. No primeiro dia você vai sentir o que eles querem, então, a gente trabalha em cima do que eles precisam aprender. Tem os nossos valores também envolvidos, então, a gente quer que eles pensem da mesma forma que a gente. Não tem como falar que você vai criar um pensamento só seu, porque a gente que tá lá influencia. Acho que nasce de uma pessoa e vai crescendo assim, né, vai contaminando (Safra,2016, 18 anos, rapper, atualmente trabalha como educador).

Na fala de Nina, ainda é possível identificar o sentido que ela dá à solidariedade quando resgata a sua relação com a avó ao dizer que

Essa questão da solidariedade é uma coisa que.... Eu morei um tempo, esqueci de falar, fiquei um tempo com a minha avó quando a gente voltou lá no Ipiranga. Minha avó, ela teve treze filhos, e ainda ela cuidava de um monte de netos na casa dela e teve um tempo em que ela teve derrame e aí ela cuidava de tudo. Ela lavava desde as roupas do meu tio, fazia comida e fazia não sei o que. Então, quando aconteceu isso com ela foi um baque na família, e eu lembro que eu tava morando com ela. E fui eu que comecei a ajudar ela nas tarefas que ela fazia e também ficava com ela. E foi onde que eu mais peguei essa parte assim, de que meio tio deixava aquela bagunça e não merecia que ela fizesse aquilo..., Mas ela fazia, porque era por amor, porque era o filho dela. Ela não queria nada em troca com aquilo, então, uma coisa que você acaba aprendendo, que você fazendo as coisas pelo outro você não precisa dar tudo na mão, né? Mas você fazer alguma coisa que mude aquilo e que vá fazer alguma diferença pro outro. É um valor que eu acho que a gente da UNAS tem. A questão de que tudo passa pela educação, então, a UNAS sempre tá passando essa visão de formação, a gente discute política, o que tá acontecendo na educação nas escolas, discute saúde, discute tudo que a gente puder discutir. Então, a UNAS tá sempre colocando a escola como centro de liderança, a importância dos professores. São valores que eu acho que a gente apreende muito, a autonomia de poder fazer as coisas também, não aquela autonomia de você decidir tudo, mas aquela autonomia de você poder tomar atitude de fazer coisas que são coletivas, de ideias coletivas. Então, esses valores que a UNAS passa são palavras que a gente já aprendia na família, mas não sabia que era assim. Então, acho que tem tudo a ver com o que a minha avó fazia dentro de casa, então, tinha época que a minha mãe deixava a gente sozinho na escola, quando eu comecei a trabalhar na UNAS ela não me buscava mais, comecei a fazer compra, ela deixava fazer compra dentro de casa sozinha. Então, isso minha mãe foi ensinando aos poucos

e que a gente foi aprendendo aqui dentro da UNAS também, então eu acho que batia (Nina, 2016, 26 anos, faz parte da direção de juventude na UNAS).

É possível identificar que os valores trazidos pela UNAS com o Bairro Educador influenciam diretamente a visão dos jovens nas diferentes esferas da vida (familiar, escolar, rede de amigos, trabalho).

7.2.2. Formas de (r)existir da juventude

Para começar a falar sobre juventude é importante ressaltar que a mesma se encontra em constante disputa, constituindo-se, portanto, numa construção social politicamente disputada (Bourdieu, 1983). Em uma breve retomada histórica é possível identificar a década de 1990 por meio de estudos sociológicos que passam a abordar a juventude a partir de seu poder de transformação pelo seu trabalho e de seu potencial junto aos movimentos sociais, e não somente pela via da vulnerabilidade ou da violência (ABRAMO, 1997). Dito isto, abaixo a visão de um dos jovens sobre esse tema.

Eu penso que a gente já mudou.... Que antigamente o jovem era o futuro da nação e agora o discurso é de que o jovem não quer nada com a vida, né. Você já ouviu muito, a gente já ouviu muito. E aí você vê centenas de jovens ocupando as escolas, porque essa escola não vai fechar. Como você acha que ficou a cara dessas pessoas que falavam isso? Que estão lá no governo. A gente mostrou que é totalmente diferente do que eles pensam. Até o Passe-Livre, esse tipo de coisa né. Porque, assim, o governo que assumiu ele tem uma história de luta, hoje o governo ele não luta mais, né. Então, se o governo não luta pela gente, a gente vai ter que lutar contra o governo, né. Então, a gente mostrou pro pessoal que o jovem quer sim, que eles sabem dos seus direitos. Então, há mudança, logo vai ter uma mudança na sociedade em relação à política e tal. Em quem a gente coloca lá e quem a gente escolhe. Eu sei que por mais que a gente escolha, alguma coisa vai acontecer. É muito dinheiro envolvido, é muito fácil de desviar dinheiro, né, se eles fazem isso toda hora é porque é muito fácil. Mas a gente também fez a manifestação aqui e tal, teve uma passeata em torno da UNAS. Tinha umas duas escolas e tal, fizemos faixa e organizamos, chamamos os alunos e os professores. É isso, a gente mostrou que a gente quer ter voz. Que a gente consegue se articular e que a gente sabe o que tá falando, sabe o que tá fazendo. Não é assim, “vamos brincar de fazer protesto.” (Safra, 2016, 18 anos, rapper, atualmente trabalha como educador).

Em sua fala, Safra ressaltou que os jovens, especificamente os que estão dentro da UNAS, não estão de brincadeira: “não é assim vamos brincar de fazer protesto”. Outra visão sobre a participação nos projetos da UNAS é trazida por Binho, jovem de 23 anos que

atualmente não está mais envolvido com a instituição. Diferentemente dos outros jovens, Binho ressaltou que

Os jovens aqui hoje não têm tantas escolhas. Porque o projeto que tem aqui é o Jovens Alconscientes, mas tem poucos jovens aqui. Se a gente for ver, os jovens que estão ali são jovens que já cruzei em algum lugar e eles só estão interessados porque conheceram um jovem que participou, mas eles só estão participando da grana, porque eles precisam levar dinheiro pra casa, porque a mãe tá no pé do filho falando assim: - Você tem que trazer uma carteira assinada. E aí é como você juntar pra ele, conseguir debater e deixar a família satisfeita, sabe? (Binho, 2017, 23 anos, atuante no coletivo Gleba do Pêssego).

Ainda sobre seu desligamento da UNAS, Binho explicou que não concordava com questões administrativas da entidade, além do sentimento de frustração por não se sentir reconhecido dentro das atividades, pois

Ai eu pensava, o que eu vou fazer num lugar em que eles não estão me valorizando? Porque pode me pagar mal, mas eu quero estar feliz no que eu tô fazendo, eu quero ser reconhecido pelo meu trabalho, mas não tinha esse reconhecimento, então o porquê de eu estar aqui? [...] traziam gente de fora pra cá e era bem ruim, sabe? Eles pensavam mais no currículo dessa pessoa, “ah poderia ter ido pra França e ter passado só um dia e não ter absorvido nada de lá”. Mas aí ela voltava e eles viam que tinha no currículo, então, vamos trabalhar. Oi? Não é assim que funciona. E a galera que ficou no seu pé, não é que eu tava pensando isso. Eu nunca faço esperando da pessoa, mas eu acho que às vezes é o mínimo, sabe? (Binho, 2017, 23 anos, atuante no coletivo Gleba do Pêssego).

A respeito da ideia de afetação, Espinosa dirá que um corpo humano pode sofrer afetações de distintas formas, de modo que estas afetações podem potencializar a existência ou diminuir a potência de existir. “Por afeto compreendo as afecções do corpo, pelas quais sua potência de agir é aumentada ou diminuída, estimulada ou refreada, e, ao mesmo tempo, as ideias dessas afecções” (*Ética* III, definição 3). Desta forma, a ação e o pensamento humano encontram-se diretamente conectados à potência do corpo de ser afetado. Em Espinosa as ideias são formulações da mente a partir das afetações que o corpo sofre. Para Vigotski (2009), os afetos também se encontram entrelaçados aos pensamentos, tanto que o autor dirá que,

Em toda ideia existe, em forma elaborada, uma relação afetiva do homem com a realidade representada nessa ideia. Ela permite revelar o movimento direto que vai da necessidade e das motivações do homem a um determinado sentido do seu pensamento, e o movimento inverso, as dinâmicas do pensamento à dinâmica do comportamento e à atividade concreta do indivíduo (VIGOTSKI, 2009, p.17).

Nesta conexão indissociável, para Espinosa o homem procurará sempre por encontros que acredite ampliar a sua potência de existir e julgará algo como bom ou mau a partir dessas afetações. Sobre isto é possível compreender o movimento de Binho que, ao sentir-se desvalorizado pela UNAS, decide ampliar seus espaços de atuação para outros locais.

[...] eu consegui entrar no Instituto Criar³⁴ e desenvolver toda aquela coisa que estava guardada e expor pra fora, mas mesmo assim eu tava me permeando um pouco de saber o que estava acontecendo na comunidade, mas depois que eu sai da UNAS me abriu muito mais o campo e o olhar. Eu acho que na rádio você tem uma onda das pessoas ouvirem a sua voz, só que no cinema é muito maior, apesar de que você mostra alguma coisa. Você sempre mostra o que você está disposto a propor, sabe? (Binho, 2017, 23 anos, atuante no coletivo Gleba do Pêssego).

Segundo Espinosa, a alegria e a tristeza são os afetos primários, estando o primeiro conectado à potencialização da existência, a autonomia, e o segundo, a refração, passividade “por alegria compreenderei, daqui por diante, uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição maior. Por tristeza, em troca, compreenderei uma paixão pela qual a mente passa a uma perfeição menor” (*Ética* III, prop. 11, corol. I).

Outro aspecto importante de ser pensado sobre a participação de Binho na UNAS é sua relação com o Alconscientes, que se dá por um caráter de voluntário. Binho contou que, diferentemente dos outros jovens que participavam, ele não recebia nenhum salário, pois não se encaixava no critério de idade. “Era dos 15 para 18 anos, passou dos 19 anos não era mais permitido por conta que eles eram vinculados ao CCAA”. Chamou-nos a atenção o fato de apesar de sua intensa participação nos projetos, mesmo assim haver um “não reconhecimento” por parte da instituição. Afinal de contas, qual o perfil de jovem de projeto social que é aceito pela UNAS? Neste ponto nos indagamos com a seguinte questão: levando em consideração que Binho está na posição de antagonista em relação aos outros jovens, será que há espaço na UNAS para a figura do artista? Podemos considera-lo um jovem que transgredir pela via da arte?

Durante a conversa com Binho, outras afetações foram surgindo, por exemplo, quando começou a contar a história de Heliópolis, ele disse que apesar de tudo, sente-se inspirado pela luta dos moradores.

³⁴Fundado em 2003 pelo apresentador de TV Luciano Huck, o Instituto Criar de Tv, Cinema e Novas Mídias tem como missão promover o desenvolvimento profissional, sociocultural e pessoal de jovens por meio do audiovisual. Retirado do link: <http://www.institutocriar.org/>

É uma liderança que eu gosto muito, me inspira muito, porque eu vejo pelo João Prefeito e pela Genésia que eles lutaram muito, muito pra erguer a comunidade e dar um nome pra ela, sabe? Não mostrar que ela é só uma favela e sim um bairro. Aqui a gente tem tudo, sabe? A gente tem Centro de Convivências, lugares que a gente pode fazer exposições, é pouco, é escasso, mas a gente tem espaços. Aí essas histórias são muito inspiradoras pra mim, porque o João Prefeito foi até preso, né? Eu conheço pouco a história dele, mas pelo o que eu sei os moradores bateram de frente com a polícia, sabe? Pra não sair daqui, o terreno não era nosso, mas eles estavam lá pra ocupar porque tinha muita gente que não tinha pra onde ir e aqui era só um campo que não ia usufruir de nada e é uma história que me inspira. Eu uso isso lá fora, a cada batalha que a gente vê a gente não pode abaixar a cabeça. A gente vai levar um soco na cara, vai, mas vai alimentar ainda mais a nossa batalha, é o que eu tô vendo hoje em dia. Olhar pra trás e ver que tinham coisas boas, mas não tinha tanto, e olhar isso pra hoje a gente alcançou muita coisa. Eu fico muito orgulhoso e fico ainda mais inspirado por conta deles, Genésia e João Prefeito são pessoas que são muito inspiradoras pra mim (Binho, 2017, 23 anos, atuante no coletivo Gleba do Pêssego).

É importante destacar que o desejo de Binho de voltar para a comunidade mesmo não sendo contratado pela UNAS demonstra que a UNAS consegue criar um desejo pelo comum mesmo sendo considerado um transgressor. É forte em todos eles esse sentimento do comum.

Em síntese Binho é a transgressão, enquanto Safra, Peter e Nina são os sujeitos típicos dos projetos sociais. A pesquisa revelou três unidades de sentido: os projetos sociais como única possibilidade de emprego, a deformação do sentimento do comum e da consciência política e a marca do social.

7.2.3. Santíssima trindade do capital: autonomia, trabalho e dinheiro

Safra, de 18 anos, foi uma das crianças que acessou o CCA aos oito anos de idade em 2006. Ele contou-me ainda que em 2009 foi a época em que aprendeu a fazer rimas, consequência disso foi o início de sua participação nos eventos da UNAS em torno da comunidade. Ainda sobre sua trajetória, ele enfatizou que quando saiu do CCA entrou para o Instituto Baccarelli³⁵ a fim de fazer música. “Aí fiquei pouco tempo no Baccarelli porque não me senti confortável e depois entrei nos Jovens Alconscientes.” A respeito de seu desconforto Safra disse que

³⁵A história do Instituto Baccarelli começou em 1996, quando o maestro Sílvio Baccarelli assistiu pela TV a um incêndio na comunidade de Heliópolis, em São Paulo. Comovido com a luta das famílias para recuperar suas casas e pertences, ele se dirigiu à escola para ensinar instrumentos de orquestra para as crianças e adolescentes. A partir de então, o instituto começou a ganhar reconhecimento e o apoio de grandes empresas. Atualmente, o instituto atende cerca de 1.000 crianças e jovens em programas socioculturais, que por meio de formação musical e artística proporcionam desenvolvimento pessoal e oportunidade de profissionalização na música.

Não me senti confortável porque o que acontece: eu entrei pra fazer violino e aí fiquei muito tempo na fila de espera do violino, né? Sendo que tinha muita gente, às vezes, de classe média que já entrava, porque já tinha tido contato com o instrumento. Era muito mais fácil de entrar e a gente aqui da comunidade não tem essa mesma oportunidade, né? Não tem como comprar! Um violino hoje tá custando em torno de R\$2.000 a R\$3.000 (Safra, 2016, 18 anos, rapper, atualmente trabalha como educador).

Como já foi dito, aí reside a confluência perversa e a crise discursiva que caracterizam os movimentos sociais e de esquerda, uma vez que o projeto político da democracia radical pluralista e o da democracia neoliberal recorrem às noções comuns (sociedade civil, participação, cidadania, democracia), mas com significados e sentidos diferentes. Essa pretensa comunidade discursiva acaba por camuflar os antagonismos entre ambos os projetos, para benefício do segundo (o neoliberal), tornando-o digerível para parcelas da população, inclusive daquelas que serão imediatamente as mais prejudicadas com o seu fortalecimento, ou seja, as classes populares. A exposição do conflito, por outro lado, demonstraria exatamente o que está em jogo: “uma disputa político-cultural entre distintos desenhos de sociedade e os respectivos setores sociais neles empenhados (DAGNINO, 2005, p. 61) ”.

Conforme fomos conversando mais sobre o funcionamento do Instituto Baccarelli, Safra explicou-me que para entrar na orquestra o critério era ter algum tipo de experiência com o instrumento, no caso dele, o violino, e que para ter acesso à aula tinha que passar por uma fila de espera que demorava o tempo que ele não tinha. “E eu não tinha esse tempo, porque aí eu já tinha que começar a trabalhar e ter meu dinheiro... Porque começa a ter namorada, amigos pra sair e a minha mãe não vai me dar o dinheiro pra sair, porque não tem condições também. ”

Uma problematização importante sobre a existência de projetos sociais foi feita por Safra quando mencionou que

Assim, primeiramente, por que existe o projeto social? É porque tá faltando e se tá faltando é porque o governo não tá fazendo o papel dele. Se o governo tivesse fazendo o papel dele, não precisaria do projeto social. Então, a gente faz um projeto social pra capacitar aquela pessoa de ir buscar as coisas que ela precisa. Então, por isso eu falei, antigamente eu nem pensava no que eu queria ser e acredito que muito amigo meu também não sabe o que quer, né. Eu sei porque eu fiz parte de um projeto social, então, eu quero entrar numa faculdade pra também poder disputar qualquer outro espaço que a outra pessoa também tenha. Que uma pessoa que tenha estudo também tem, nem que eu tenha que pagar por essa faculdade. Aí, então, é isso acho que ele contribui muito pra pessoa ir buscar o seu espaço e ter espaço é igualdade, né (Safra, 2016, 18 anos, rapper e, atualmente, atua como educador).

Safra demonstra a situação paradoxal de sua participação em projeto social quando afirma que “o projeto social é uma maneira de melhorar o ser humano, mas não de melhorar a situação financeira, até mesmo porque tem a ver com a iniciativa do governo de financiamento do projeto social, de coisa pública e tal”. Outro aspecto levantado por Safra é o projeto social como um “trabalho ingrato”, pois “às vezes você tá ganhando dinheiro e às vezes você não tá ganhando dinheiro, mas tá fazendo mais coisas do que quando você tava ganhando dinheiro.”

A respeito da síntese da unidade do Projeto Social como emprego demonstrada pela necessidade de Safra de começar a trabalhar e/ou fazer bicos, para ter seu próprio dinheiro – fato comum a todos os outros jovens –, Lyra (2013) aponta que, isto, constitui-se como elemento impulsionador do desejo de independência e autonomia dos adolescentes e não como momento pelo qual a supervisão familiar falha e abrem-se as portas para a inserção no tráfico de drogas. A percepção do desenvolvimento etário é bastante flexível na vida desses adolescentes, o que reafirma que o desenvolvimento não se dá apenas pelo cunho cronológico e etário, o desenvolvimento encontra-se atrelado ao contexto social no qual o sujeito vive, determinando suas experiências e podendo antecipar ou retroceder o desenvolvimento e a inserção no mundo adulto. Outra questão pela qual isso também se torna perceptível refere-se ao início de inserção no mundo do trabalho dos outros adolescentes. Nesta etapa do desenvolvimento, o adolescente passa a ter essa necessidade de desejar ter dinheiro para comprar coisas para si, para sair com os amigos, para dar conta de suas necessidades pessoais.

Para o jovem de periferia a inserção no mercado de trabalho é mais sofrida, as escolas não são adequadas, ao mesmo tempo em que os jovens tendem a serem vistos como ociosos e delinquentes. É neste contexto que os jovens têm sido alvos dos projetos sociais. Desta forma, compreende-se que os jovens são sujeitos sociais (DAYRELL, 2003; GROPP, 2000) que pensam, agem, ou seja, vivem, num movimento dialético e contraditório do seu tempo (SANTOS, 2013, p.90).

A adolescência passa pela fase final de autonomia que se caracteriza como sendo o momento pelo qual o desejo pela independência se concretiza e o jovem passa a buscar sua autonomia. O adolescente afinará suas relações com seus pares de iguais na construção de grupos homogêneos. No entanto, não estará em jogo neste processo de sociabilização a necessidade de uma aceitação, mas obter um status adulto frente aos outros adolescentes, que por sua vez possuem a mesma demanda. Com a liberdade amplificada e a descoberta de prazeres

e diversões que o mundo pode oferecer, a rua passa a ser o local onde este jovem passará a maior parte do tempo e o adolescente vai “autoproclamar sua emancipação diante da família” (LYRA, 2013, p.83). A rua passa a ser o contraponto da casa: lugar onde é visto e reconhecido por seus pares e pela comunidade.

7.2.4. Ampliação de horizontes

A respeito do sentido que Peter dá ao projeto social por mostrar que “o mundo é muito maior do que você aprende na escola”, Vigotski (1996) enfatiza que os processos de imaginação, criação e fantasia, também se transformam na adolescência, uma vez que a capacidade de abstração em conceitos traz novas aberturas a esses processos básicos. Como consequência, o adolescente possui a abertura para novos horizontes.

Na concepção vigotskiana, a sociedade bloqueia a abertura de novos horizontes que ocorrem na adolescência pela capacidade de elaborar conceitos abstratos. A análise sociológica sobre juventude demonstra claramente essa mediação da sociedade, tanto ao cercar os horizontes e interesses, quanto à criação de novos horizontes e interesses e que esta oferta é atravessada pela luta de classes. A respeito da sua relação com o projeto social, Peter(2016) disse que “então o projeto social mostra esse outro ponto, que o mundo é muito maior do que você aprende na escola.” Sua fala nos leva a entender o projeto social como uma possibilidade de abertura para novos horizontes, especificamente no campo da escola.

As experiências sociais vão aparecendo e amadurecem os novos interesses, novas necessidades e capacidades de viver a experiência do outro simbolicamente, que podem vir a se transformar em uma “pólvora social”, quando se junta as pessoas em um mesmo sentimento. O processo psicossocial que Vigotski (1989) denomina de signo emocional comum permite que as pessoas partilhem das mesmas emoções com a possibilidade de formar agrupamentos com ideia comum.

Vigotski (1996), ao entender a adolescência como um momento da vida que possibilita a ampliação de horizontes, também considera que esse processo é cercado e controlado pela sociedade e pela cultura. Portanto, vai depender da classe social ao qual ele ou ela pertence. A respeito disso, Vigotski (1996) enfatiza que, apesar do adolescente operário e o adolescente

burguês terem as mesmas mudanças biológicas na primeira fase da adolescência, há diferenças no desenvolvimento de ambos no que diz respeito às suas manifestações e interesses.

A respeito do histórico de luta por moradias da UNAS, Peter (2016) contou-me que “não é só de moradia que a gente precisa, a gente precisa de educação, de lazer, de saneamento básico e aí vai aumentando a luta, vai aumentando as pessoas, a entidade e aí vai sempre somando mais gente que também quer essas melhorias”.

Nessa perspectiva de abertura de horizontes, é possível entender a participação na UNAS como formas de atuação política não institucionalizada, que atuam em relação ao exterior, aos outros, como meios de proteção e segurança diante de uma ordem excludente (CRUZ, 2007). Já internamente, funcionam com os quais podem construir um sentido comum em um tempo de incertezas.

7.2.5. Responsabilidade social da empresa: marca do social

A marca do social é um nome escolhido para indicar um dos significados dos projetos sociais, que é plenamente conhecido pelos jovens: a de responsabilidade social como um *status* de estilo/marca almejado. A respeito disso, na visão dos jovens sobre sua participação em projetos, Peter explicou a visão que ele tem do motivo que leva as empresas aos projetos sociais

Porque imagina com as concorrentes, porque vamos dizer tem a Coca-Cola e tem a Ambev. Se a Coca-Cola faz o comercial, que além de tudo eles ainda ajudam em projetos sociais, as pessoas vão pensar: nossa a Coca-Cola ainda se preocupa então... Vai ser um ponto positivo, vamos dizer assim, pra consumir o produto e aí acaba que hoje em dia todo mundo quer investir em comunidade, projetos sociais, porque as pessoas se importam se as empresas que, vamos dizer, consomem se preocupam também com as pessoas. Não é só uma empresa que tá lá, capitalista, que quer dinheiro e sugar recursos. Então, acho que é isso. Acho que é esse o status que eu quis dizer (Peter, 2016, 25 anos, educador no projeto Jovens Alconscientes).

Nesse sentido, a marca do social pode ser entendida como uma ideia travestida de inclusão, que continua a gerar exclusões por meio da manutenção de desigualdades sociais. Para Sawaia (2006), a dialética inclusão/exclusão se materializa na gestão empreendida das subjetividades. Assim, para compreender a vivência da exclusão social não é possível apenas o traçado da perspectiva econômica, pois, ela também se dá no campo de diferentes legitimações, quais sejam social e/ou individual ao se manifestarem no cotidiano como sociabilidade,

identidade, consciência, inconsciência e, sobretudo, o que nos interessou olhar mais a fundo, no campo das afetações.

As teses centrais do neoliberalismo, considerando o conceito de mercado como eixo das relações sociais, bem como a defesa do estado mínimo contra o estado benfeitor, têm sido orientadoras das políticas sociais e, muito especialmente, das políticas educacionais. As políticas sociais, pode-se dizer, foram também atiradas às leis de mercado. A nova estratégia de legitimação do sistema capitalista globalizado, “tem como eixo central a passagem das lógicas do Estado para as lógicas da sociedade do mercado”. Entendida a sociedade civil como mercado, altera-se qualquer princípio de igualdade, porque aqui impõem-se a lógica de quem detém maior poder político-econômico (riqueza, poder, saber), mergulhado na lógica da concorrência, sobejamente alicerçada nos princípios do individualismo” (MONTAÑO, 1999).

CAPÍTULO 8 – “PERSONAGEM DO SOCIAL”: ANÁLISES, DESCRIÇÕES E REFLEXÕES

Como informado na metodologia, um dos momentos da análise foi selecionar acontecimentos marcantes e analisa-los. Um foi o Fórum da Juventude e o outro o Encontro Final – procedimento que foi inserido por decorrência da pesquisa. Este encontro foi importante, pois permitiu sintetizar as contradições que caracterizam o desenvolvimento dos jovens e conhecer outro sofrimento ético-político: o “personagem do social”. O fórum é um espaço importante de exercitar e estimular a participação – esta é a palavra central na construção do Fórum da Juventude. Foi surpresa verificar o quanto faz diferença o fato dos jovens que participam do fórum, também, participarem do projeto Jovens Alconscientes. Ele oferece a garantia de acesso material (financeiro) e mobiliza os jovens a estarem em diferentes espaços, incluindo o fórum. Sobre isto, é possível verificar o papel da UNAS ao realizar a mediação dos investimentos da Ambev, adequa o ato de responsabilidade social da empresa e seus objetivos aos interesses do coletivo.

No encontro com os jovens nos sentamos em semicírculo, quando estávamos todos reunidos. O tema que deu início à conversa foi os imprevistos e a correria para chegarem. Nina foi a primeira a contar que quase não se lembrou que hoje iríamos nos encontrar. Chamou-me a atenção a sua expressão facial, estava nitidamente cansada e com orelhas.

Safra entrou na sala e avisou que teria que ir embora, pois havia uma pessoa que o esperava em sua casa para fazer a gravação.

Pronto! A deixa estava dada, quase em coro um por um começaram a avisar que também teriam que ir embora. “Não consigo ficar mais”; “todo mundo precisa ir”; “meu Deus que agenda!”. Cercados por esse tempo permeado de tarefas começamos nossa conversa. Expliquei para o grupo que a ideia era falar sobre o que foi feito individualmente e coletivamente. E em seguida sugeri que começássemos por Safra.

É na fala de Safra que a palavra personagem vem à tona. Com o olhar na imagem que produziu ele começou a contar que nunca imaginou que “as coisas tomariam esse rumo”, compartilhou com o grupo que hoje ele sente que tem um “pensamento muito pessoal”, pois está pensando mais no que ele quer fazer. Em sua fala foi possível perceber sua angústia ao

dizer que “até mesmo em bens materiais, às vezes, eu me sinto confuso naquilo que eu quero, né? Porque às vezes a gente tá fazendo um trabalho social, mas não tá tendo impacto”. A fala de Safra é contínua, seus pensamentos foram se articulando e na medida em que falava, trouxe o quanto se vê num “jogo” em que faz o possível para não ser apenas um “personagem” com as pessoas, sobre essa maneira de sentir, pensar e agir, Safra trouxe que

Sempre agindo no coletivo, mas tendo uma visão mais pessoal assim da situação, não pensar de uma forma tão macro como eu pensava, porque às vezes a gente olha muito pros outros e pra situação de uma forma geral e esquece da gente. Acho que é essa mudança, antes eu pensava muito mais numa coisa utópica, “ah eu vou salvar o planeta”. Na verdade, eu sei que tem muita gente que não quer ser ajudada, acho que o trabalho social tem a ver com isso, com ajudar as outras pessoas, mas a gente tem que ser ajudado. É isso (Safra, 2016, 18 anos, rapper e, atualmente, atua como educador).



Figura 1: Registro da produção de Safra realizada no encontro com os jovens.

Após a fala de Safra, veio a voz de Nina (2017) “o meu tá quase batendo na do Safra também”. Em sua imagem, outras palavras surgiram como o “guia de sobrevivência” em que

compartilha com o grupo suas angústias de tentar sobreviver em meio a essa “bagunça”. Sua voz vai ganhando mais velocidade ao dizer que

A gente fica pensando na comunidade, fica pensando no mundo e em tanta coisa, mas na verdade tá uma loucura, mas ao mesmo tempo eu começo a pensar em mim. Aí volta tudo de novo, porque tudo o que você quer fazer pra você depende de tudo aquilo que tá acontecendo no mundo, então, tô procurando um guia de sobrevivência que é a palavra que eu achei ali (Nina, 2017, 26 anos, faz parte da direção de juventude na UNAS).



Figura 2: Registro da produção de Nina realizada no encontro com os jovens.

Seguindo a conversa, Binho (2017) disse que também ele percebe que sua produção cabe nos contextos de Nina e Safra. Contudo, reforça que sente que está muito mais numa “vivência da militância” com ele mesmo. Compartilhou com o grupo que durante muito tempo de sua vida, no contexto escolar, havia recebido influência de “padrões europeus”, mas que agora está neste momento de “quebra de padrões”. Contou que o que faz sentido para ele é estar na “militância da questão negra e do machismo, porque o homem negro, ele não pode ser gay”. Outro ponto tocado por Binho foi o quanto sua aparência (uso de turbantes, brinco de caveira na orelha, roupas sobrepostas) e sua postura enquanto artista (grafiteiro) o colocam no papel de transgressor dos padrões vigentes. Trouxe, como exemplo, a entrevista de emprego para uma produtora que tem como público pessoas que trabalham em banco, “todo mundo engravatado”.

Contou que não foi contratado, que no dia da entrevista ele tinha ido de brinco e turbante, “eu recebi a notícia de que não fui selecionado por causa da minha aparência”.

A figura do transgressor trazida por Binho mobilizou no grupo a discussão sobre “aceitação”, gerador de um conflito trazido pelos jovens no âmbito familiar, do trabalho e da rede de amigos; em que para ser aceito é preciso vestir um determinado personagem. Safratrouxe o exemplo de quando fez *dread* no cabelo e depois tirou, pois, “a minha sogra não gostou, a minha mãe não gostou, os meus amigos não gostaram”. Como resposta, Binho (2017) é enfático ao dizer: “Mas aí quando você se aceita, você taca um foda-se pro mundo!”. Sobre isto, podemos entender a figura do transgressor como aquele que diz não ao “personagem”, que busca outra e diferente maneira de estar nas relações. Nas palavras de Safra (2017) é possível mentir para os outros, exceto para si próprio, ou seja, “então não ser um personagem pra gente”.



Figura 3: Registro da produção de Binho realizada no encontro com os jovens.

Qual é esse personagem que emergiu na imagem? É certo que todos nós, em alguma medida, carregamos diversos personagens, Fernando Pessoa expressou de forma simples e igualmente brilhante em seus poemas ao dizer que “eu sou muitos”. E como fala Vigotski, o psicológico tem que ser analisado como drama (1929/2000), ele é marcado por conflitos, contradições, nem poderia ser diferente já que é gerado no social que apresenta todas esses processos. Mas, segundo o psicólogo soviético, pode haver uma ruptura dos nexos entre as funções psicológicas e uma delas se tornar senhora do processo psicológico, cerceando e/ou comandando o processo de desenvolvimento e separando o agir, do pensar e do sentir.

Esse personagem que surgiu na imagem é o “personagem do social” e, neste trabalho, o utilizamos como uma unidade de sentido que contém uma denúncia trazida pelos jovens do como a participação dentro dos projetos sociais influencia diretamente a configuração de sua subjetividade, a do “personagem do social”. Ela indica uma característica de configuração da subjetividade dos jovens: o conflito entre aquilo que sente e aquilo que se faz como obrigação; entre o desejo e o dever. Na fala de Safra é possível constatar isto quando ele disse

Ás vezes a gente deixa de fazer muita coisa na nossa vida pra seguir esse jogo, né? Eu me vejo muito nesse jogo e eu não queria ser um personagem, eu não queria ser um personagem com as pessoas, tá até aí a palavra personagem. Que as pessoas me vissem de tal forma, mas na verdade eu preciso de outra, então eu tento sempre ser a mesma pessoa na minha casa, no meu serviço, e aí com os meus amigos (Safra, 2016, 18 anos, rapper e, atualmente, atua como educador).

O “personagem do social” tem como base dois projetos de vida: um pautado na militância (UNAS) e outro, no empreendedorismo, orientado pelo neoliberalismo³⁶. As vozes morais vêm desses dois grandes papéis, daquilo que a sociedade está colocando de possibilidades, desenvolvimento e identidade. O personagem social vai se construir nessas diferentes situações sociais que a sociedade cria para ele como única possibilidade de destino. Em termos de motivações é possível identificamos no personagem do social a característica de urgência do social, colocada pelos valores do empreendedorismo e da militância. A respeito disso e da situação de estar no social, Nina apontou que

³⁶ De acordo com Moraes (2001), o neoliberalismo consolidou-se por um constante ataque às formas de regulação econômica do século XX – tais como o socialismo, o keynesianismo, o Estado do Bem-Estar, o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino americano. Assim, também para Anderson (1995), o neoliberalismo se diferenciou do liberalismo clássico fundamentalmente pelo contexto em que surgiu, compondo uma intervenção teórica e política contra o Estado interventor e de Bem-Estar.

Mas tem tanta coisa acontecendo, é tanta bagunça que às vezes você fica perdido, se o trabalho que você tá fazendo tá mesmo ajudando as pessoas ou se tô deixando de cuidar de mim. Porque a gente tem sonhos também, eu até coloquei ali, que eu tenho pensando muito em mim nesses últimos tempos, do que eu quero pra mim. A gente fica pensando na comunidade, fica pensando no mundo e em tanta coisa, mas na verdade tá uma loucura, mas ao mesmo tempo eu começo a pensar em mim aí volta tudo de novo, porque tudo o que você quer fazer pra você depende de tudo aquilo que tá acontecendo no mundo, então tô procurando um guia de sobrevivência que é a palavra que eu achei ali. Se alguém conseguir achar, pelo amor de Deus (risos) (Nina, 2017, 26 anos, faz parte da direção de juventude na UNAS).

O espaço de encontro permitiu a identificação daquilo que denominamos como o entrecruzamento entre empreendedorismo e militância, ambas interferindo diretamente em determinadas questões que são explicitadas a partir das seguintes dimensões sociais: 1) tempo, 2) solidão como sofrimento ético-político e 3) subjetividade como drama.

8.1. Cadê o tempo para sentir?

A temporalidade é evidentemente uma estrutura organizada, e esses três pretensos "elementos" do tempo, passado, presente, futuro, não devem ser considerados como uma coleção de "dados" cuja soma deve ser feita - por exemplo, como uma série infinita de "agora", alguns dos quais ainda não são, outros que não são mais -, mas como momentos estruturados de uma síntese original. Senão encontraremos, em primeiro lugar, este paradoxo: o passado não é mais, o futuro ainda não é, quanto ao presente instantâneo, todos sabem que ele não é tudo, é o limite de uma divisão infinita, como o ponto sem dimensão.

Jean-Paul Sartre, em 'O Ser e o Nada'

Nos encontros individuais e em grupos com os jovens percebe-se que há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho/atividades, tempo insuficiente para dar conta das solicitações da militância, das participações nos projetos sociais, da família e outras, de ordem social e cultural, atravessada pelo personagem do social.

Desta maneira, percebemos que a forma desses jovens lidarem com o tempo influencia o empobrecimento da experiência, a ampliação de horizontes como proposta por Vigotski (1996). Há muita velocidade no cotidiano destes jovens atravessado por um acúmulo de informações, pelas urgências da UNAS. Sobra pouco tempo para o compartilhamento das experiências ou estão inscritas nas linhas de tempo dos indivíduos, e não o oposto. Ou seja, esquece-se da premissa de que as pessoas se humanizam, cada vez mais, na medida em que, se relacionam com o outro e os outros à medida que constroem experiências.

Durante o encontro surgiu, a necessidade de ter tempo para “sentar”, ou seja, tempo de descansar. O cotidiano destes jovens está tão preenchido pelas atividades dos projetos sociais e pelo trabalho, que fazem com que o tempo do lazer se torne uma obrigação; tudo o que é relacionado ao prazer é obrigação. Nina contou que sua tia está enchendo o saco para que ela vá ver seus afilhados dançarem na festa junina, mas que o que realmente queria era dormir até meio-dia. “No domingo eu durmo se nada aparecer”.

A vivência do tempo para estes jovens pode ser entendida a partir de um cenário em que há uma espécie de capitalismo não direto, pois o mesmo passa a ser mediado pela UNAS e pelas empresas que oferecem cursos de responsabilidade social.

Nesse sentido, precisamos de mais Kairós e menos Chronos, mais tempo que se vive do que tempo que se usa, que se consome e é consumido por ele. Acumular experiência através do espaço intersujeito vai depender disso, da exposição na arena da convivência, de mais espaços de encontro, especialmente, considerando a palavra como fator importante de/para a memória. Palavras como parte responsável pela produção da realidade, como o “final do desenvolvimento, o coroamento da ação” (VIGOTSKI, 1999, p. 190). Vai impactar também, portanto, na construção coletiva da experiência.

8.2. A solidão de estar só no coletivo

Outro dado que apareceu durante o encontro com os jovens foi o sentimento de solidão pela ausência de espaço em que haja escuta. Quando perguntei sobre o que eles acharam do encontro, Nina respondeu que é importante mais momentos como esse, pois “não precisa falar nada, só escuta.”

Eles expressam o sofrimento ético político da solidão (o momento de sentar e não ter que estar com a máscara do social – “às vezes eu só quero sentar”, desejo do momento dele, solidão boa. Perceberam que um não conhecia o outro, solidão de se relacionar como militante e não como amigos. Solidão em meio a multidão.

No movimento dessas afecções, na sociabilidade, Sawaia (2009) fala de respostas afetivas aos processos de assujeitamento à desigualdade social. Quanto ao sofrimento ético-político trata-se:

de sofrimento/paixão gerado nos maus encontros caracterizados por servidão, heterônoma e injustiça, sofrimento que se cristaliza na forma de potência de padecimento, isto é, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência (Sawaia, 2009, p. 370).

Esse modo de entender o sofrimento ético-político também é analisado pela autora, em 2011, ao acentuar: “são as afecções que marcam a atividade de um corpo, que diminuem a potência de ação e nos mantêm na servidão em todas as esferas da vida” (Sawaia, 2011, p. 42). Partindo da compreensão espinosana, Sawaia destaca a relação entre sofrimento ético-político e autonomia, destacando a dimensão ética dos afetos. Assim, ressalta que se trata de um sofrimento vinculado às relações com a sociedade, nas quais, mediante as afecções, o corpo vivencia um abaixamento de potência proveniente da passividade, da servidão ou heteronímia frente a situações de exclusão engendrada pela desigualdade social.

Nas reflexões de Sawaia (2009), baseadas em Espinosa as emoções são maneiras de o corpo e da mente sentirem as modificações geradas pelas afecções. Na análise da autora, aí “reside a principal contribuição de Espinosa à Psicologia, a relação positiva entre o poder que tem um corpo de ser afetado, na forma de emoções e sentimentos, e o seu poder de agir, de pensar e desejar” (Sawaia, 2009, p. 367).

A alegria leva o sujeito a agir e não se deixa levar por causas externas na compreensão do que ocorre com ele em suas afecções. Por outro lado, quando o sujeito tem explicações de suas afetações em causas externas, o sujeito não age, mas se torna passivo. Espinosa define isso como causa inadequada e diz que padecemos: “quando, em nós, sucede algo, ou quando de nossa natureza se segue algo de que não somos causa senão parcial” (1677/2010, *Ética*, Parte III, Def. 3).

Os jovens estão em contato diariamente, mas “esse corpo e esse eu são desencarnados, insensíveis ao outro. Sem o perceber, em nome do coletivo e das questões públicas, estamos, sutilmente, formatando e despotencializando nosso “conatus”” (SAWAIA, 2006, p. 106). No mundo das relações sociais, a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão.

8.3. Subjetividade como drama

Comecei esta pesquisa acreditando em traçar as determinações sociais de ter sido educado em projetos de responsabilidade social e como isso interfere na configuração da subjetividade. Contudo, nos demos conta de que não é tão simples assim, a cada passo que avançávamos, a pesquisa ia mostrando sua multiplicidade e sua complexidade. Nas obras de Vigotski e, sobretudo, com aquilo que os jovens mostraram, foi possível entender a afirmação de Vigotski de identificar a subjetividade como um drama que reflete as contradições sociais e, internamente, as contradições entre sentir, pensar e agir. A pesquisa mostrou uma das formas de determinação social agir no drama subjetivo.

Nessa contradição entre identidades pressupostas, desejos e identidade pode ser entendida em seus aspectos de estabilidade do ser, de modo que, independente das representações e atuações possíveis de serem exercidas por uma pessoa, é na identidade que ela é encontrada de fato por si mesma e pelos outros. É quase uma entidade à parte que hora aparece, hora é subjugada por algo que não é a realidade da pessoa.

Assim, a partir de Sawaia (1995), identidade pode ser entendida não como substância imutável e idêntica a si mesma ao longo de sua existência, mas um devir, processo de identificações em curso, de confronto entre igualdade e alteridade. O devir é introduzido na questão identitária, considerada sob um prisma tridimensional: o que era, é e poderá ser. Dimensões potencialmente intercambiáveis que se relacionam em um movimento dialético.

O drama atravessa a obra de Vigotski e, em diversos momentos e situações é retomado, como quando afirma que o desenvolvimento é dramático. Entretanto, a concepção de psiquismo como drama é mais explorado por Vigotski a partir da obra de Politzer (1928/2004). Assim como Vigotski, Politzer apontava a existência de uma crise na psicologia e a necessidade de desenvolvimento de uma ciência que permitisse o conhecimento da concretude do humano. Ele tinha como intenção o desenvolvimento da Psicologia Concreta, o que significa primordialmente considerar os fenômenos psicológicos em primeira pessoa. As ciências têm como objeto de estudo algo em terceira pessoa: quando um geógrafo estuda um rio, estuda **ele**; quando um físico estuda a luz emitida por um determinado equipamento também estuda algo que não está em si mesmo, estuda **ela**. A Psicologia difere-se destas ciências porque deve estudar o **eu**. A terceira pessoa é o indefinido e analisar os processos psicológicos de alguém é o mesmo que analisar o de ninguém: a Psicologia precisa ocupar-se dos sujeitos reais em sua vida e experiências concretas.

O drama, portanto, remete-nos aos acontecimentos que compõem uma história particular e que se centra na ação que perpassa tais acontecimentos. Opõe-se às epopeias, que eram as narrativas em verso de acontecimentos e, portanto, privilegia a ação em detrimento à narração. As emoções estão presentes nesse drama, visto que ele não se constitui como simples desenrolar de fatos ao longo do tempo. A exigência da ação não retira o aspecto emocional do drama; ao contrário, transforma-a em condição fundamental para a compreensão do ato. Qualquer ação exige uma série de decisões, por trás das quais há sempre diversos (e às vezes contraditórios) motivos; o resultado dessas ações, por outro lado, suscita também outras tantas emoções e sentimentos e assim sucessivamente (SANTOS, 2015).

O drama considera a totalidade da vida do homem e a Psicologia deve tomá-lo como o centro de uma série de acontecimentos que só têm sentido porque estão relacionados com ele na primeira pessoa. Além disso,

O drama não é nada “interior”. Na medida em que requer um *lugar*, o drama desenrola-se no espaço como o movimento ordinário e como, em geral, todos os fenômenos da natureza. Pois o lugar em que estou atualmente não é simplesmente o lugar da minha vida fisiológica e da minha vida biológica, é também o lugar da minha vida dramática e, mais ainda, as ações, os crimes, as loucuras têm lugar no espaço, assim como a respiração e as secreções internas. Sob outro aspecto, é verdade também que o espaço só pode conter o *arcabouço* do drama: o elemento propriamente dramático deixou de ser espacial. Mas tampouco é *interior*, pois nada mais é do que a *significação*. Ora, esta não pode ter assento em lugar: não é interior, nem exterior; ela está além, ou melhor, fora dessas possibilidades, sem que isso comprometa de maneira alguma sua realidade. (POLITZER, 1928/2004, p. 187, grifos no original).

Assim, considerar a vida em seu sentido dramático significa, antes de tudo, tomar o indivíduo em sua singularidade; sua vida é singular porque cada acontecimento deve ser compreendido como um ato que é um segmento de um drama maior. Ou seja, cada fato só pode ser compreendido tendo como perspectiva de análise o todo da vida do sujeito que se comporta. A minha vida é um drama que, ainda que relacionado aos dramas das pessoas que me cercam, não pode ser explicada a partir deles. Vigotski apropriou-se dessa compreensão do psiquismo como drama e também para nós é importante que o drama não seja compreendido exclusivamente em seu aspecto coloquial, como algo triste, repleto de emoções intensas (e exageradas). Reforçamos que ainda que a emoção seja parte componente do drama do psiquismo ela não é exclusiva e não deve preponderar sobre as demais funções e processos psicológicos. É necessário considerar também que, embora se assemelhe ao drama teatral, a inserção do drama na Psicologia não pode ser uma mera anexação deste conceito. Neste ponto

concordamos com Delari Junior (2011, p. 183) quando, ao comentar uma passagem de Politzer sobre a Psicologia imitar o teatro, afirma que é necessário considerar o próprio conceito de imitação na obra de Vigotski, o qual não se constitui como mera reprodução. A imitação é um ato criativo que possibilita o desenvolvimento; assim, imitando o teatro, a psicologia pode desenvolver-se criando sua própria forma de compreender e analisar o drama do psiquismo. O drama é uma unidade de análise que engloba emoção e pensamento, indivíduo e meio, o conflito entre os diferentes motivos, a complexa organização das funções psicológicas superando a concepção de psiquismo como estrutura ou sistema. De acordo com Vigotski (1929/2000),

O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: *a dinâmica da personalidade é o drama*. (...) Em sonho, a esposa traiu (Othello), deve morrer: tragédia. O drama sempre é a luta de *tais ligações* (dever e sentimento; paixão, etc.). Senão, não pode ser drama, isto é, *choque dos sistemas*. *A psicologia "humaniza-se"* (p. 35, grifos no original).

A Psicologia deve analisar a personalidade como drama porque (1) envolve o conflito, o choque entre sistemas diferentes – dever e querer, os sistemas do pensamento e da emoção; os diferentes motivos e estímulos ambientais – e (2) porque o sentimento e o pensamento estão na pessoa e por isso não podem ser considerados apenas em seu aspecto abstrato; (3) porque o drama pressupõe a ação, uma decisão ou comprometimento que vai redirecionar o próprio drama, ou seja, irá reorganizar o psiquismo (SANTOS, 2015).

Na fala dos jovens, conforme fomos nos aproximando cada vez mais de seus interesses, angústias e sonhos também encontramos o conflito vivido por eles que foi sintetizado no *personagem social* - imperativo categórico, obrigação por estar no social -, enquanto há sentimentos e pensamentos que não condizem com esse personagem. Quem nos dá indícios desse conflito é Safra, quando diz que “eu quero ajudar, mas também preciso ser ajudado”

Assim, ao mesmo tempo em que a ideia do psicológico como drama remete a relação dialética que existe entre homem e sociedade, ela explica a singularidade. A sociedade ensina o que é tristeza, e quem deve ficar triste, mas a tristeza é só de quem sente; determinado papel social, nesse caso, o personagem social exige uma série de ações, mas a forma de inserção no ambiente pode entrar em contradição com essas exigências. Enquanto Politzer afirma que o drama traz a psicologia para a primeira pessoa, Vigotski indica que isso significa humanizar a própria psicologia. Assim, como num drama, ainda que alguns elementos estejam sempre presentes, as formas como eles se apresentam em um texto específico é distinta das outras,

conforme demonstra Binho, Safra, Nina e Peter. E, assim como em um drama teatral, os conflitos que se estabelecem no psiquismo são bastante intensos (SANTOS, 2015).

(SANTOS, 2015).

Desse modo, deve-se entendê-la em movimento de síntese, numa trajetória onde ocorrem mudanças nas redes de sociabilidade e solidariedade, reposição identitária, sem olvidar da necessidade de “apresentar-se e ser representado como igual a si mesmo (...) para garantir relações, intrapessoal, interpessoal, intergrupar e internacional” (SAWAIA, 1995, p. 125), e como forma de escapar das teias de uma fluidez interminável na construção da identidade das pessoas e dos grupos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa! Escrever estas considerações não foi fácil, comecei e parei, pensei e repensei - inúmeras vezes - antes de, finalmente, meus dedos inquietos tomarem uma direção. De início, trago para estas linhas um trecho da canção de Milton Nascimento em que avisa “a hora do encontro é também despedida”. Não sei muito bem especificar o momento em que a dissertação e eu nos encontramos, talvez, lá no estágio de comunitário ou na primeira vez que me sentei com a Bader para falar do meu interesse em ingressar no mestrado. Enfim, talvez o mais certo é que essa pesquisa nasceu de vários e de diversos encontros! Sua construção pode ser comparada com a arquitetura das palavras, é um desenho escrito do cenário no qual se desenvolveu a trama narrada.

Encontre aquilo que ama, diria Nietzsche, e quando encontrar não volte atrás por nada. Quando estamos experimentando um corpo intensivo é inconfundível em nós os sopros de uma alegria criadora. Assim, esta pesquisa se meteu a falar sobre juventude de periferia e suas configurações na participação em projetos sociais.

Um primeiro ponto a destacar diz respeito a pesquisa participante, metodologia empregada neste trabalho que implicou em mudanças ao longo do processo. Os objetivos foram modificados a depender dos acontecimentos que emergiram no campo. A sensação de estar, nesta posição, como pesquisadora, fez-me lembrar um verso de Alberto Caetano quando indaga: “Olá, guardador de rebanhos, aí à beira da estrada, que te diz o vento que passa?”. No processo desta pesquisa foi preciso aprender a ter ouvidos sensíveis ao vento, afinal, mais importante do que falar foi poder escutar os jovens em seus ruídos e sussurros. Assim, a necessidade de aprofundar mais a relação dos jovens com a UNAS apareceu à medida em que ouvíamos mais a história de vida dos jovens e o quanto a mesma exerce uma importante mediação para eles. Compreendemos que não seria possível analisar as afetações na configuração de suas subjetividades na participação de projetos sociais financiados por empresas privadas sem também compreender a participação dentro da UNAS, identificado como um lócus da zona de desenvolvimento proximal e que, propositalmente faz a mediação de projetos sociais.

Dessa forma, assinalamos que esse estudo abre janelas para a discussão sobre o que foi trazido pelos jovens por meio da figura do “personagem social”, que anuncia que a experiência

de ser um militante jovem da pobreza é gerador de um tipo específico de sofrimento ético-político, vivido singularmente por cada um dos sujeitos da pesquisa. Em certa medida, a militância incentivada pela UNAS e experimentada como dever acarreta em diminuição do espaço para a experiência comum da juventude, pois os jovens sentem-se pressionados pelo coletivo ou, colocado de outra maneira, nas palavras de Manoel de Barros: “Perdoai. Mas eu preciso ser Outros. ”

A cerca das afetações dos jovens, entendemos que determinam a configuração dramática da subjetividade, especialmente, duas grandes forças: o imperativo categórico - obrigação moral da participação social - e o desejo e necessidades individuais, os quais não podemos esquecer são determinados socialmente, em um tempo cada vez mais marcado pelo discurso neoliberal.

Por fim, se é verdade que estudar a juventude é uma possibilidade de estudar a sociedade brasileira, logo, estudar a configuração de jovens de projetos sociais – que se constrói a partir de contradições entre os interesses públicos e interesses privados – pode contribuir para a denúncia presente na modernização das roupagens cada vez mais sedutoras como, por exemplo, da figura do empreendedor, que apenas camuflam as desigualdades sociais. É preciso estar atento ao discurso neoliberal das empresas que financiam os projetos sociais. Por outro lado, abrem oportunidades de ter uma remuneração e motiva a participação em outras atividades do bairro. Foi possível perceber como Nina, Binho, Safra e Peter, criam ou não linhas de fuga perante as desigualdades e dificuldades que lhe são apresentadas. Uma vez que não são passivos diante dos espaços em que estão inseridos, seja no projeto social ou na militância da UNAS que ameniza o neoliberalismo, mas aprisiona ao “personagem do social”.

Encerro estas considerações com a sensação de que esse final ainda terá muitos outros inícios e relembro a frase que ouvi ser repetida a gritos quando participei da 18ª Caminhada pela Paz: “A Paz é de todos, ou não é de ninguém! ”.

Mas as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão.
Carlos Drummond de Andrade

Não podemos ficar alheios e distraídos. Nem o momento comporta atitudes de indiferença. Não durmamos, pois, que a paz será uma realidade, ela que, agora, não passa de uma promessa.
Albert Camus

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista brasileira de educação: São Paulo, n° 5, 1997.

ALVITO, M., ZALUAR, A. (orgs). **Um Século de Favela** (3a ed). Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BADIOU, A. La idea del comunismo. In. A. HOUNIE (Comp.). **Sobre la idea del comunismo** (pp. 155-166). Barcelona: Paidós, 2010.

BADIOU, A. **Para uma teoria do sujeito: conferências brasileiras**. Trad. Emerson Xavier da Silva & Gilda Sodré. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BARBALHO, A. **A cria o está no ar: juventudes, política, cultura e m dia**. Fortaleza: EdUECE, 2013.

BATISTA, C. B; MAYORGA, C.; NASCIMENTO, R. F. **Pesquisa a o participativa e transforma o social: Estudo sobre adolescência em comunidade**. In: FAZZI (org) **Diálogos em Extensão: Encontros da Rede PUC sobre Infância, Adolescência e Juventude**. Belo Horizonte: PUC Minas, p.159-178, 2010.

BARBOSA, E. F. V. **Políticas Públicas para o ensino médio e juventude brasileira**. Disserta o (Mestrado em Educa o). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

BARROS, M. L. G nero, cidade e gera o: perspectivas femininas. In: BARROS, M. L. **Família e gera es**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 17-38, 2006.

BOCK, A. M. B. (2002). **A Psicologia Sócio Histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia**. In A. M. B. BOCK, M. G. M. GONÇALVES & O. FURTADO (Orgs.), **Psicologia Sócio-Histórica: Uma perspectiva crítica em Psicologia** (2a ed., pp. 15-35). São Paulo: Cortez.

BOURDIEU, P. A Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros**. São Paulo, Edusp/Editora 34, 2000.

CARRIL, L. **Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CRUZ, R.R. **Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto**. Enciclopedia Latinoamericana de Sociocultura y Comunicación, Bogotá, 2007.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In:

DAGNINO, E. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.103-115.

DAGNINO, E. **Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal**. Revista Rio de Janeiro, 15, p. 45-66, 2005.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95 – 110, 2004.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Set /Out /Nov /Dez 2003 N. 24.

DELARI JUNIOR, A. **Sentidos do drama na perspectiva de Vigotski**: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 16, n. 2, June 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722011000200002&lng=en&nrm=iso>. Access on 11 June 2017.

DIAS, M. D. A. **A saúde de trabalhadores jovens como indicador psicossocial da dialética exclusão/inclusão: Estudo de caso com jovens operários em indústria de confecção**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ESPINOSA, B. **Ética**. Tradução Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes e Antônio Simões. Ed. Nova Cultural (Os pensadores), 1991.

ESPINOSA, B. **Tratado político** (2ª ed.). Lisboa: Estampa, 1977.

FALS BORDA, O. Reflexiones sobre la aplicación del método de estudio-acción en Colombia. In: **Simposio sobre política de enseñanza e investigación en ciencias sociales**. Doc. n. 8. p. 19-24. Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima, 1972.

FÁVERO, O., SPÓSITO, M. P., CARRANO, P., NOVAES, R.R. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: MEC/Unesco, 2007.

FELTRAN, G. S. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2005.

FELTRAN, G. S. **Isolamento, solidão e superfluidade: sobre abismos cotidianos**. In: KOFES, S. (org.). Histórias de vida, biografias e trajetórias. Cadernos IFCH, n.31. Campinas: IFCH/Unicamp, 2004.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

FILHO, M. A. F. M. Responsabilidade social e investimento social privado: entre o discurso e a evidenciação. **Rev. contab. finanç. vol.19 no.47 São Paulo, 2008**.

FOUCAULT, M. Poder e saber. In M. B. Motta (Org.). **Estratégia, poder-saber** (Coleção Ditos & Escritos, Vol. 4, pp. 223-240). 2a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREIRE, P. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34-41.

GARAY, A. B. S. **As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho**. REGE, v. 18, n. 1, p. 93-109, São Paulo, 2011.

GIL, C. Z. V. **Jovens e participação: a experiência da ONG trilha cidadã**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GONZÁLEZ-REY, F. L. **Sobre a rede de significações, o sentido e a pessoa: uma reflexão para o debate.** In M. C. ROSSETIFERREIRA, K. DE S. AMORIM, A. P. S. SILVA & A. M. A. CARVALHO (Orgs.), Rede de significações, 2004.

GROPP, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro. Editora Difel, 2000.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública - Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HAGUETE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1987, p.163.

HARDT, M. **Gillez Deleuze: um aprendizado e filosofia.** São Paulo: Ed. 34, 1996.

IBGE. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil – 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/default.shtm>>. Acesso em: 16 de setembro de 2016.

IBGE. **Censo de 2010.** Disponível em: < <http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

JOHNS, P., MONTEIRO, A. Responsabilidade social empresarial: a nova face da indústria do tabaco. **Aliança do controle do tabagismo, São Paulo, 2005.**

KEHL, M. R. A fratria órfã – O esforço civilizatório do RAP na periferia de São Paulo. In: **Função Fraternal.** Org. Maria Rita Kehl, Rio de Janeiro: Ed. Relume Dumará, 2000.

LANE, S.T.M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S.T.M. & CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento.** 14 ed. São Paulo: Brasiliense; 2012; p.10-19.

LANDIM, L. (org.). **Ações em sociedade. Militância, caridade, assistência etc.** Rio de Janeiro, Iser, NAU, 1998.

LOMBARDI, J. C. (organizador). **Globalização, pós-modernidade e educação: história, filosofia, e temas transversais**. 2. ed. revista e ampliada – Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR: Caçador-SC: UNC, 2003 – (Coleção Educação Contemporânea).

KOWARICK, L.; BONDUKI, N. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, L. (Org). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LEON, O. D. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, M.T.; SOUSA, S. M. G. (Org.) **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Goiânia: Ed. UFG: Cãnone Editorial, p. 47-76, 2009.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. **Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital**. Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2., p. 115-130, 2004.

LOURENÇO, B.; QUEIROZ, L.B. **Crescimento e desenvolvimento puberal na adolescência**. Revista Medicina, São Paulo, abr.-jun.;89(2):70-5, 2010.

LYRA, D. **A república dos meninos: juventude, tráfico e virtude**. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

MACEDO e CASTRO, J. P. **UNESCO – Educando os jovens cidadãos e capturando redes de interesses: uma pedagogia da democracia no Brasil**. Tese de Doutorado. Museu Nacional, UFRJ, 2006.

MACHADO, Marília N. M. **Práticas psicossociais: pesquisando e intervindo**. Belo horizonte: edições do Campo Social, 2004.

MALVASI, P. A. **ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas**. Interface (Botucatu. Impresso), v. 12, p. 605-617, 2008.

MARX, K., ENGELS, F. **Sobre el colonialismo**. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1973.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude**. Brasília: MTE, SE, 2011.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 6^o edição, 2010.

MORAES, R. **Neoliberalismo.** De onde vem e para onde vai? São Paulo: Senac, 2001. (Série Ponto Futuro n.6).

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: neurose.** Tradução de Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MOTTA, A.; OLIVEIRA, E. O reggae e o hip hop à moda brasileira: radicalizando a diferença. In: **Democracia Viva**, nº04. Rio de Janeiro: Ibase/Moderna, 1998.

NETTO, N.B. **Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialético.** Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

NEWMAN, F. e HOLZMAN, L. **Lev Vygotsky: cientista revolucionário.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F (orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**, Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

OLIVEIRA, A. A. S.; TRANCOSO, A. E. R.; MAHEIRIE, K.; MOREIRA, M. I. C. A contribuição da Psicologia sócio-histórica na análise de produção conceitual de juventude. In: **IColóquio Psicologia Sócio-Histórica e o Contexto Brasileiro: Interdisciplinaridade e Transformação Social.** Santos, 2013.

OZELLA, S. (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica.** São Paulo: Cortez, 2003.

PELIANO, A. M. (Coord.); BEGHIN, N. **A Ação Social das Empresas do Sudeste: quem são e onde estão.** IPEA, 1999, São Paulo. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 de maio de 2015.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais: Um estudo sobre o processo de escolarização pública dos jovens pobres.** Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2010.

PEREIRA, F. C. **O que é empoderamento?** In: Sapiência. Nº8, junho de 2006. Teresina. PI. Informativo científico da FAPEPI. Disponível em <http://www.fapepi.pi.gov.br/novafapepi/sapiencia8/artigos1.php>. Acesso em 28/05/2015.

PESSOA, F. **Qualquer caminho leva a toda parte.** In: Poesia. 1918-1930. Fernando Pessoa: edição Manuela Parreira da Silva, Ana Maria Freitas, Madalena Dine. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 87-88.

PINO, A. **O social e o cultural na obra de Vigotski.** Revista de Educação e Sociedade, Campinas: Cedes, n.71, p.45-78, julho/2000.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos para o Brasil. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (orgs). **Juventude e Sociedade.** São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

POLITZER, G. **Crítica dos Fundamentos da Psicologia:** A Psicologia e a Psicanálise. (1928). 2ª ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2004.

ROLNIK, R. **A Cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

SANTOS, L. G. **Inconsciente: uma reflexão desde a Psicologia de Vigotski.** Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, S. R. **Detalhes capturados: um esforço de mapear a favela da Maré tendo a juventude como ferramenta.** Monografia apresentada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2013.

SANTOS, S. R. **Na roda uma pesquisa em andamento: quais tem sido e quais são as expectativas de jovens da maior favela do Rio de Janeiro, a Maré, quando o território anunciam mudanças na sociabilidade?** II Jornadas internacionales “sociedades contemporáneas, subjetividad y educación”, Rio de Janeiro, 2014.

SAWAIA, B. B. **A emoção como locus de produção do conhecimento uma reflexão inspirada em Vygotsky e no seu diálogo com Espinosa.** III Conferência de Pesquisa Sócio-cultural, 2000.

SAWAIA, B. B. **A consciência em construção no trabalho de construção da existência.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

SAWAIA, B. B. Introdução: Exclusão ou inclusão perversa?. In: SAWAIA, B. B. et al (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 7-13.

SAWAIA, B. B. **O calor do lugar: segregação urbana e identidade.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.9, n.2, p. 20-24, 1995.

SAWAIA, B. B. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. et al (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 97-118.

SAWAIA, B. B. **Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social.** Psicologia & Sociedade; 21 (3): 364-372, 2009.

SAWAIA, B. B. **Transformação social: um objeto pertinente à psicologia social?.** Psicol. Soc. vol.26 no.spe2 Belo Horizonte, 2014.

SERVO, M. L. S.; ARAÚJO, P. O. **Grupo focal em pesquisas sociais.** Revista espaço acadêmico, n° 137, 2012.

SILVA, L. F. **Crime, ostentação e afetividade: um estudo psicossocial sobre o adolescente em conflito com a lei.** Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

SNJ (Secretaria Nacional da Juventude). **Agenda Juventude Brasil: pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros 2013.** Secretaria Nacional de Juventude, Brasília, 2014.

SOUZA, R.M. **O discurso do protagonismo juvenil.** (1998). São Paulo: Paulus, 2008.

SZAZI, E. **Terceiro Setor. Regulação no Brasil.** Gife. São Paulo, Petrópolis, 2000.

TASSARA, E. T. O. Avaliação de projetos sociais: uma alternativa política de inclusão? In: SOUZA, L.; TRINDADE, Z. A (orgs.). **Violência e exclusão: convivendo com paradoxos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 75 – 104, 2004.

TELLES, V. S. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TORRES, H. G.; MARQUES, E.; FERREIRA, M. P. e BITAR, S. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos avançados, vol. 17, n°47, São Paulo, 2003.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7° Edição Martins Fontes, São Paulo, 2008.

VIGOTSKI, L.S. **Concrète Human Psychology**. Soviet Psychology, 27(2), 1989.

VIGOTSKI, L. S. **La imaginación y el arte en la infância**. Akal, Madrid, 1986.

VIGOTSKI, L.S. **Manuscrito de 1929**. In: Educação & Sociedade, XXI (71), Campinas: Papyrus, p. 23-44, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. In Obras escogidas. Madrid: Visor Distribuciones, 1995 (Trabalho original publicado em 1931).

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, v.2, 1993.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo II. Madrid: Visor, 1996.

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo IV. Madrid: Visor, 1996a.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIGOTSKI, L. S. **Teoria e Método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIGOTSKI, L. S. **The Vygotsky reader**. Oxford: Blackwell, 1994.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade**. Rio de Janeiro, Revan, 2001.

WAISELFISZ J.J. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. Secretária-geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Brasília (DF), 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil.pdf>. Acesso em: 22 de dezembro de 2016.